

Flavia Soares Ramos

**ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA AGROECOLÓGICA,
ONDE E COMO ESTÃO AS MULHERES RURAIS?
UM ESTUDO NA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS (SC)**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia Política
da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção de grau de
Mestre em Sociologia Política.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria
Ignez Silveira Paulilo

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ramos, Flavia Soares

Entre a teoria e a prática agroecológica: onde e como
estão as mulheres rurais? : Um estudo na Região da Grande
Florianópolis / Flavia Soares Ramos ; orientadora, Maria
Igneza Silveira Paulilo - Florianópolis, SC, 2016.
159 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. agroecologia. 3. mulheres
rurais. 4. agricultura familiar. I. Paulilo, Maria Ignez
Silveira. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.

Flavia Soares Ramos

**ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA AGROECOLÓGICA,
ONDE E COMO ESTÃO AS MULHERES RURAIS?
UM ESTUDO NA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS (SC)**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de mestre
e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política.

Florianópolis, 07 de abril de 2016.

Profª Dra., Marcia Grisotti
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora

Profª Dra. Maria Ignez Silveira Paulilo
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis/SC

Profª Dra. Elizabeth Farias da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis/SC

Profª Dra. Márcia da Silva Mazon
Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis/SC

Dra. Vilenia Venancio Porto Aguiar

Para minha mãe e meu pai.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, meus agradecimentos sempre serão aos meus pais, Luciane e Carlos, que, em distintas situações, se privaram de desfrutar os rendimentos do seu trabalho para investir no meu projeto pessoal. Também sou grata às minhas irmãs, Carla Regina e Anmali e a todas aos membros da família VIRAPESO (Vieira, Ramos, Pellenz e Soares).

Reverencio minha orientadora, Maria Ignez Silveira Paulilo, que mais que minha mestre ao longo de anos, é também um exemplo para mim. Sua admirável forma de conduzir trabalhos e projetos colaborou para a formação de um grupo de trabalho unido e que, de diferentes maneiras, também contribuíram para essa dissertação. Assim, agradeço também aos colegas que compartilharam o espaço do Núcleo de Pesquisa sobre Agricultura Familiar de 2010 a 2016: Kelem, Lara, Ana Paula, Fábio, Valdete, Cleber, Hélio, Isabela, Tcharles, especialmente Karolyna Herrera, pela amizade sincera.

Também sou grata a todos os colegas da turma de mestrado da qual fiz parte, porque, diferente do que escuto comumente, a nossa foi muito unida tanto nas frustrações, como nas vitórias de cada um e de cada uma. Em nossa história ficarão gravadas as discussões in/críveis/termináveis/sanas/ e os Sociostocks...

Cumprimento também todos os professores e professoras, funcionários e funcionárias do Departamento de Sociologia Política e de outros departamentos, com quem tive oportunidade de aprender.

Agradeço ao Capes, pelo financiamento que viabilizou a realização desse mestrado.

Não posso deixar de agradecer àquel@s que estiveram muito presentes durante minha trajetória acadêmica e me ajudaram a ampliar minha visão de mundo em muitos sentidos, Meninos do Bosque: Natália, Dani, Kess, Luiza, Thania, Barbara e Fer. Que a chama da contestação sempre esteja acesa e flamejante.

Entre os amigos, há muitos que precisariam ser agradecidos pela colaboração (mesmo sem saber) para que esse trabalho fosse realizado. Sintam-se todos abraçados e beijados. Em especial, agradeço ao Tiago Loli NoName, pela ajuda tecnológica, não apenas nesse trabalho final, mas em toda a minha vida acadêmica.

Sou eternamente grata também ao meu companheiro, Sebastião Gaudêncio, por conhecer minhas fraquezas e me apoiar apesar de tudo. Por ouvir minhas formulações, por me acompanhar em campo, por fazer fotografias lindas desse momento, por ser meu porto-seguro quando

tudo parecia sem-saída. Também o agradeço pela oportunidade de experimentar a vida no campo e por aproximar-me de sua família, composta, sobretudo, de agricultores familiares.

Finalmente, agradeço todas as pessoas que participaram dessa pesquisa, especialmente às mulheres agricultoras, pela confiança e ensinamentos.

Sincera gratidão!

RESUMO

Esse trabalho teve como principal objetivo perceber em que medida a participação de mulheres em grupos produtivos orientados por ideais agroecológicos (crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico e à ciência, com proposta de construção de relações equitativas entre seres humanos e natureza), possibilita a visibilização e a valorização das mulheres agricultoras e do trabalho que realizam. Nosso recorte de pesquisa nos levou a realizar dez entrevistas semi-estruturadas com agricultoras da Região da Grande Florianópolis que fazem parte do Núcleo Litoral Catarinense, um dos núcleos regionais da Rede Ecovida de Agroecologia. Essa escolha foi orientada de modo que pudéssemos observar um movimento agroecológico formado por homens e mulheres (misto), diferentemente do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), composto exclusivamente por mulheres, e que tem como uma das suas bandeiras de luta a agroecologia. Para atingir nosso objetivo principal, portanto, estabelecemos alguns objetivos específicos que serviram como indicadores para posterior análise, entre eles, observamos aspectos relacionados ao trabalho, à certificação, à divisão da renda, ao acesso aos recursos econômicos e à participação das mulheres nas atividades do grupo produtivo. Além disso, buscamos compreender através de entrevistas com informantes-chave como é inserido o debate de gênero pelas entidades que orientam os grupos produtivos. De maneira geral, observamos que as mulheres entrevistadas, mesmo que intensamente envolvidas em várias etapas do processo produtivo, não têm acesso à renda, aos bens ou à certificação na mesma medida em que seus respectivos companheiros. Apesar disso, porém, as entrevistadas não identificam situações e/ou relações de subordinação e/ou opressão, de modo que nos leva a concluir que a participação das mulheres em grupos e movimentos agroecológico mistos e que não enfatizam a questão de gênero como um princípio para a sustentabilidade, não implica necessariamente em maior visibilização e valorização da mulher e do seu trabalho.

Palavras-chave: agroecologia; mulheres rurais; agricultura familiar.

ABSTRACT

This study examines to what extent the participation of rural women in organized Agroecological groups (which hold as principles a critique of science and of the hegemonic development model as well as more equitable relations between humans and nature) really enables their visibility and the appreciation of the work they perform. In order to do that we carried out ten semi-structured interviews with female family farmers who belong to the Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia (an agroecological farmers' association from the Greater Florianópolis Region, in the state of Santa Catarina). The sample was chosen so that we could observe a mixed agroecological movement formed by men and women, unlike the Movimento de Mulheres Camponesas – MMC (Peasant Women's Movement) composed exclusively by women and also with agroecological principles. To achieve our main objective, we set out some indicators for further analysis, including the observation of aspects related to work, certification, the division of income, access to economic resources and female participation in the organization's activities. Interviews with key informants were also conducted to understand how gender issues were debated and framed by the organization. The interviews with these women showed that despite the fact that they were intensely involved in various stages of the production process, they are not named in certification processes and do not have access to the same income and property rights as their male peers. However, the interviewees were not able to identify situations and/or relationships of subordination and/or oppression. We conclude that the women's participation in mixed gender agroecological groups and movements that do not emphasize the issue of gender as a principle for sustainability does not necessarily imply in greater visibility and empowerment of women and their work.

Keywords: agroecology; rural women; family agriculture

LISTA DE SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CEASA – Centro de Abastecimento
Cepagro – Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
CIAPO – Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
CNAPO – Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPT - Comissão Pastoral da Terra
EBAA – Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENA – Encontro Nacional de Agroecologia
Epagri – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAO - Food and Agriculture Organization/Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
GT – Grupo de Trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
ONG – Organização Não Governamental
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTA – Projeto Tecnologias Alternativas
UGT – Unidade de Gestão Técnica

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 - Abrangência do Núcleo Litoral Catarinense	33
Mapa 2 - Distribuição das regionais do MMC/SC, 2005	34
Mapa 3 - Número de produtores orgânicos por UGT	37

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação dos grupos, sua localização, número de associados, número de certificações e número de mulheres dentro do perfil da pesquisa	39
Quadro 2 - Médias de horas trabalhadas – jornada semanal na agropecuária	60
Quadro 3 - Dados das entrevistadas: idade, etnia, estado civil, grau de escolaridade, número de filhos e de residentes na casa.	92
Quadro 4 - Tempo na agroecologia e de certificação, responsável pela conversão, titularidade da certificação, e número médio de culturas ...	99
Quadro 5 - Principais canais de comercialização das unidades em que as mulheres foram entrevistadas.....	116
Quadro 6 - Programação dos eventos da Rede Ecovida e Núcleo Litoral Catarinense no ano de 2015	129

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Agroecologia na intersecção entre objetivos ambientais, sociais e econômicos 67

Figura 2 - Evolução do debate sobre agriculturas alternativas e agroecologia no Brasil, por décadas 68

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	23
1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA	27
1.1.1 Objetivo geral	27
1.1.2 Objetivos específicos	28
1.2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E PROCEDIMENTOS DE CAMPO.....	28
1.2.1 Recorte de pesquisa e justificativa	31
1.2.2 Breve contextualização dos municípios	39
2. TRABALHO INVISÍVEL, MAS INDISPENSÁVEL	44
2.1 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	45
2.2 UM OLHAR SOBRE A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL.....	46
2.3 MODERNIZAÇÃO E A INVISIBILIDADE DAS MULHERES RURAIS	50
2.4 MULHERES RURAIS E O ACESSO A RECURSOS ECONÔMICOS	57
3 AGROECOLOGIA	60
3.1 TRAJETÓRIA HISTÓRIA, CONCEITOS E PRÁTICAS	61
3.2 AGROECOLOGIA NO CONTEXTO BRASILEIRO	67
3.3 AS MULHERES NA AGROECOLOGIA	75
3.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA E O NÚCLEO LITORAL CATARINENSE .	86
4 AS MULHERES AGRICULTORAS DO NÚCLEO LITORAL CATARINENSE NA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS	91
4.1 INDICADORES DE ANÁLISE	98
4.1.1 Sobre as motivações para a conversão agroecológica	100
4.1.2. Sobre o trabalho	107
4.1.3 Sobre os recursos econômicos	113
4.1.4 Sobre o acesso das mulheres aos recursos econômicos	118
4.1.5 Sobre a participação das mulheres no processo produtivo e decisório nas famílias e grupos a que são vinculadas	122
4.1.6 A inserção do debate de gênero no Núcleo Litoral Catarinense	127
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140
ANEXO	154

1. Introdução

Há cerca de dez mil anos, no período neolítico, os grupos humanos começaram a desenvolver sistemas de cultivo e de criação que, a princípio, eram feitos em áreas bastante restritas, especialmente em locais de vazantes de rio e onde não houvesse florestas ou flora expressiva. A partir do aprimoramento desses sistemas de cultivo e criação, houve um crescente sedentarismo dos seres humanos, pois enquanto esperavam para colher o que plantaram, os mesmos puderam dedicar-se a outras atividades com barro, argila, fibras vegetais, entre outros materiais, repercutindo na melhoria das condições de vida e, conseqüentemente, no aumento populacional e na complexificação das organizações sociais e dos próprios sistemas produtivos. Dessa maneira, houve uma ampliação das áreas ocupadas pelos grupos humanos e, com isso, as técnicas agrícolas foram adaptadas às condições naturais específicas (objeto ecológico), sempre visando às necessidades de autoconsumo do grupo (objeto econômico), de modo que foi desenvolvido, ao longo de milênios e baseado em pequenas e grandes revoluções, uma infinidade de sistemas agrários distintos e desiguais quanto ao desempenho (MAZOYER, M.; ROUDART, L., 2010).

Talvez a mais significativa das revoluções agrícolas tenha se dado a partir do século XIX, baseada no acúmulo da ciência e da química modernas, pressionadas pelos discursos sobre as necessidades de uma crescente população mundial, cada vez mais urbana. Para atender ao objetivo de aumentar os índices de produtividade agrícola, portanto, mais do que a inserção de insumos químicos, maquinários específicos, novas ferramentas e dispositivos, essa revolução engendrou uma nova racionalidade técnica que retirou a centralidade da natureza nos processos de produção agrícola e disseminou a ideia de que os seres humanos poderiam dominar o meio ambiente em sua totalidade, moldando-o conforme suas necessidades e interesses.

É inegável que esse novo modo de produzir incidiu em um aumento real da produtividade agrícola em nível mundial, no entanto, o objetivo que justificava a modernização não foi atingido, uma vez que não foi sanada a fome no mundo. Além disso, a modernização agrícola repercutiu ainda em muitas consequências negativas e até mesmo catastróficas tanto na perspectiva ambiental, como também econômica, social e cultural, como será discutido em maior profundidade ao longo desse trabalho. Por ora é interessante reter que esses efeitos da

modernização fomentaram resistências individuais e coletivas, que defendem inúmeras formas alternativas de agricultura, as quais estão relacionadas com a própria diversidade do meio ambiente e das possibilidades produtivas que cada ecossistema oferece. Muitas dessas correntes, porém, foram e continuam sendo acusadas de retorno ao passado e, dentre os muitos motivos, consideramos que os principais sejam colocados devido à sua defesa por relações mais harmônica com a natureza e por consideração e respeito às experimentações e saberes populares e tradicionais, ou seja, por não serem ancoradas exclusivamente nos postulados científicos.

Pela impossibilidade de discutir cada uma das propostas alternativas, optamos em focar nossa atenção na agroecologia, ciência que surgiu a partir dos anos 1970 com o objetivo de dar uma base teórica comum aos diferentes tipos de práticas agrícolas ecológicas (ASSIS; ROMEIRO, 2002). Além disso, essa perspectiva nos parece interessante para pensar as mulheres agricultoras nesse contexto, visto que, se a agricultura em si foi desenvolvida por homens e mulheres ao longo de milênios de observação e atuação junto à natureza, com a modernização agrícola houve uma invisibilização das mulheres e do seu trabalho nos processos produtivos. Essa mudança na condição das mulheres, porém, não ocorreu apenas na agricultura, mas foi reflexo de toda uma reestruturação da sociedade moderna a partir da expansão do liberalismo (BANDEIRA, 2008). Com isso, as mulheres foram subordinadas e enclausuradas no que se convencionou chamar de espaço privado e destinadas ao trabalho doméstico ou reprodutivo, em oposição ao espaço público, ocupado pelos homens, os quais realizariam as atividades produtivas, a partir das quais deveriam garantir o sustento da família nuclear. No âmbito doméstico, porém, as mulheres eram responsáveis pelas atividades de manutenção da vida, a saber, alimentar, cuidar, propiciar um ambiente agradável e seguro (físico e psicologicamente), entre outras.

No meio rural, observamos que, especialmente naqueles contextos onde houve processos de modernização da agricultura com maior intensidade, a produção de alimentos foi substituída pela produção de mercadorias (ou *commodities*), que podem até mesmo ser alimentos, mas que são destinadas sobretudo ao mercado consumidor, e não mais para atender as necessidades do grupo, como anteriormente. Essa atividade de produção, por sua vez, direcionada ao mercado, tornou-se responsabilidade exclusiva dos homens (provedores do lar),

que recebem treinamentos para a utilização das tecnologias disponíveis, realizam as transições comerciais com agentes externos, possuem os meios de produção, como terra e recursos econômicos de maneira geral. Tal exclusividade, porém, não significa que a atividade é realizada apenas por eles, visto que uma boa parte das mulheres continuam a trabalhar no campo junto com os demais membros da família, embora suas atividades nesse espaço tenha sido rebaixada a condição de “ajuda”, uma vez que não são de sua responsabilidade. Sua obrigação, como já dito, está nas atividades do âmbito doméstico, as quais, de maneira geral, realizam com exclusividade. Assim, encarregadas do cuidado da família, uma das atividades comuns no seu cotidiano é a produção de alimentos para o auto-consumo, de forma que mantêm uma produção diversificada, a partir da qual foram preservadas não apenas inúmeras espécies, como também técnicas de cultivo e saberes ancestrais, que passaram a ser valorizados pelas propostas de agriculturas alternativas e pela agroecologia.

É nesse sentido que buscamos relacionar as possibilidades de visibilização e de valorização das mulheres rurais e dos seus trabalhos com a agroecologia. Ou seja, se a agroecologia apoia diferentes formas de agricultura e recorre aos saberes populares para pensar tecnologias condizentes e favoráveis a uma nova relação entre seres humanos e natureza, resta-nos saber se isso repercute na criação de novas relações entre homens e mulheres e implica na redistribuição do poder dentro das famílias e na sociedade, visto que em muitos casos são as mulheres que detém esse conhecimento.

Para pensarmos essas questões, nos propusemos a investigar mulheres agricultoras da Região da Grande Florianópolis e que fazem parte de grupos produtivos alinhados à proposta agroecológica por meio da Rede Ecovida de Agroecologia¹. Consideramos que observar um movimento composto por homens e mulheres (misto), de diferentes campos de atuação (agricultores/as, técnicos/as, consumidores/as), pode

¹ A Rede Ecovida de Agroecologia foi formada em 1998. É composta por agricultores familiares, técnicos e consumidores reunidos em associações, cooperativas e grupos informais em quatro estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e parte de São Paulo). Seu funcionamento é descentralizado e se baseia na criação de Núcleos Regionais. (Site eletrônico: <http://www.ecovida.org.br/a-rede/>).

ser interessante para pensarmos como são compreendidas e trabalhadas as questões de gênero entre as pessoas que o compõem.

A construção dessa reflexão está dividida em cinco blocos. O primeiro deles dispõe acerca dos objetivos gerais e específicos, das considerações metodológicas e procedimentos de campo adotados e apresenta o recorte de pesquisa, onde consta, além da nossa justificativa, uma breve apresentação dos municípios que fizeram parte da pesquisa.

No segundo bloco, intitulado “Trabalho invisível mas indispensável”, apresentamos o referencial teórico feminista que discute a divisão sexual do trabalho. A seguir, adentramos nas consequências da modernização da agricultura e da expansão do capitalismo no campo para compreender o que isso representou em termos da divisão sexual no meio rural e dos impactos para as mulheres rurais, relacionados à sua restrição de acesso aos recursos econômicos. Finalizamos essa parte com informações e dados atuais sobre a realidade das mulheres do meio rural e/ou agricultoras no Brasil.

A terceira sessão dedica-se especificamente à discussão da agroecologia. Na primeira parte, portanto, buscamos remontar a trajetória e o contexto histórico do surgimento da agroecologia, bem como enfatizar o conceito adotado nesse trabalho e as práticas decorrentes dessa perspectiva. Na segunda parte, nosso foco se coloca sobre o desenvolvimento da agroecologia no Brasil especificamente, evidenciando o modo como foi sendo incorporada por diferentes agentes no decorrer das décadas, desde 1970 até os dias atuais. A seguir, demonstramos como, apesar de teoricamente a agroecologia ter condições de favorecer a construção de relações mais equitativas entre homens e mulheres, permanece praticamente invisível a contribuição das mulheres para essa prática nos trabalhos acadêmicos, o que pode repercutir na permanência da situação de invisibilidade feminina. Para finalizar esse capítulo, evidenciamos algumas características dos movimentos agroecológicos, aos quais as mulheres participantes dessa pesquisa fazem parte, a saber a Rede Ecovida de Agroecologia e o Núcleo Litoral Catarinense.

O quarto capítulo dessa dissertação se concentra nas análises das entrevistas. No primeiro e mais extenso bloco, estão em foco as mulheres agricultoras da Região da Grande Florianópolis associadas ao

Núcleo Litoral Catarinense². Primeiramente apresentamos algumas características das mesmas, para, a seguir, pensar sobre as principais motivações que as levaram, junto com suas famílias ou não, a converter e/ou certificar a produção para modelos alternativos de agricultura, reunidos sob a égide da agroecologia. Também discutimos questões sobre o trabalho realizado nessas unidades produtivas, o acesso aos recursos econômicos, da família e das mulheres especificamente, e a participação das mesmas nos processos produtivos e decisórios tanto nas famílias como nos grupos produtivos aos quais estão vinculadas. Na última parte desse capítulo, buscamos fazer uma reflexão sobre como se insere o debate de gênero na Rede Ecovida de Agroecologia e no Núcleo Litoral Catarinense, para tanto, recorreremos às entrevistas com a coordenadora atual do Núcleo e o coordenador de desenvolvimento rural da ONG Cepagro, que foi a principal entidade articuladora para a formação desse Núcleo e que teve também um importante papel para a construção da Rede Ecovida.

1.1 Objetivos da pesquisa

1.1.1 Objetivo geral

A princípio, nosso objetivo central foi pensado no sentido de compreender em que medida a participação das mulheres rurais em projetos agroecológicos contribuía para que elas auferissem renda (seja pela valorização do seu trabalho individual ou pela divisão dos rendimentos familiares) e se o acesso a esse soldo repercutia em maior autonomia. No entanto, após a realização do pré-campo, percebemos que essa questão não se colocava, visto que, de maneira geral, a maior parte das mulheres com quem conversamos não acessava de fato uma renda. Dessa maneira, reorientamos o objetivo geral da pesquisa para tentar perceber se a conversão do estabelecimento agrícola para sistemas de produção de base agroecológica a partir de grupos mistos (sem ênfase feminista) possibilita que haja maior visibilização e/ou alguma valorização das mulheres agricultoras e seu trabalho.

² O Núcleo Litoral Catarinense foi fundado em 2002 e é um dos núcleos regionais que compõem a Rede Ecovida de Agroecologia.

1.1.2 Objetivos específicos

- * Identificar os principais motivos e motivadores que contribuíram para a conversão³ e/ou certificação⁴ agroecológica;
- * Observar quais atividades competem às mulheres na unidade produtiva;
- * Inferir se houve alguma (re)distribuição da renda entre os membros da família após a conversão para a agroecologia e/ou acesso a outros recursos, como crédito, financiamento e terra.
- * Identificar quais são os principais investimentos feitos pelas mulheres que têm acesso à renda própria;
- * Perceber como se dá a integração da mulher não somente no processo produtivo, mas também no processo decisório dentro da família e no grupo produtivo;
- * Avaliar em que condições ocorre a participação das mulheres em atividades de formação (agroecológicas e/ou feministas), ou seja, como a família se organiza na sua ausência;
- * Analisar como a participação na produção agroecológica é significada pelas mulheres, trazendo suas próprias formulações e análises;
- * Identificar o esforço de inserir o debate de gênero nas reuniões e encontros da Rede Ecovida, do Núcleo e dos grupos produtivos.

1.2 Considerações metodológicas e procedimentos de campo

Observando-se os objetivos propostos para esse trabalho, percebemos que metodologicamente trata-se de um estudo de caso, uma vez que se coloca o desafio de apreender um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto (YIN, 2005). Para Howard Becker (1999), o estudo de caso tem um duplo propósito: “por um lado, tenta chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo (...). [e por outro] tenta desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades

³ Entende-se por transição ou conversão agroecológica “o processo de mudança ou substituição das atuais formas de produção por sistemas agroecológicos que incorporam princípios, métodos e tecnologias de base ecológica” (LIMA; CARMO, 2006, p. 62)

⁴ A certificação é a o processo de acreditação da produção orgânica de acordo com as normas de conformidade estabelecidas, podendo ser por auditoria externa ou participativa, como é o caso estudado nesse trabalho.

do processo e estruturas sociais.” (p. 118). Tal consideração revela a dificuldade em estabelecer objetivos fixos, uma vez que a partir da observação da realidade pode emergir uma grande variedade de problemas teóricos e descritivos. Essa variedade, no entanto, não pode ser desculpa para as já muito criticadas fragilidades metodológicas e de planejamento da pesquisa do qual são comumente acusados os estudos de caso. Para tentar desviar-nos dessas críticas, a seguir será descrito como se deu a realização da pesquisa, desde seu planejamento até a análise das informações coletadas a campo.

A primeira etapa da pesquisa foi constituída pelo mapeamento da literatura disponível e pela aproximação com o campo. Nesse momento inicial, buscamos contatar informantes-chave, como uma (ex) integrante do Grupo de Trabalho (GT) Gênero da Rede Ecovida, técnicos do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO⁵) e agricultores e agricultoras, por meio de participação em reuniões do Núcleo Litoral Catarinense⁶ e de um grupo produtivo⁷. Essa aproximação suscitou as questões iniciais e nos auxiliou a definir a amostra intencional como um recurso a ser utilizado.

Após essa etapa inicial e com a qualificação realizada, onde várias sugestões foram frutíferas, participamos do Encontro do Núcleo Litoral Catarinense, nos dias 9 e 10 de setembro de 2015 em Imbuia, onde mediamos uma oficina intitulada “Gênero e Mulheres”⁸. Nesse oportunidade, onde estivemos mais próxima das mulheres que participam do Núcleo, pudemos aplicar três questionários e realizar três entrevistas com o objetivo de testar as questões inicialmente elaboradas.

De maneira ideal, almejávamos uma aproximação com a atual coordenação do Núcleo Litoral Catarinense para auxiliar-nos na seleção

⁵ Como será visto mais adiante, a ONG Cepagro foi a articuladora inicial para a formação do Núcleo Litoral Catarinense em 2002 e manteve-se na coordenação do mesmo até 2013, quando passou a tarefa de gestão para os próprios agricultores e agricultoras.

⁶ Encontro Geral em Jaraguá do Sul, em junho de 2015; e oficina de precificação na sede do Cepagro (CCA/UFSC), em agosto de 2015.

⁷ Encontro do Grupo de Biguaçu, em 02 de junho de 2015.

⁸ Essa oficina estava na programação original do evento e seria mediada por uma integrante da Rede Ecovida de Agroecologia. No entanto, essa pessoa não pôde comparecer e, sabendo das nossas pesquisas específicas nesse campo, a organização do encontro convidou Karolyna Marin Herrera e a mim para auxiliar e, dessa forma, manter a programação prevista.

da amostra, no entanto, esse contato mais profundo no início da pesquisa foi impossibilitado devido a questões pessoais da coordenação. Para suprir a necessidade de informações sobre o Núcleo nesse período inicial/exploratório da pesquisa, buscamos o apoio do Cepagro, uma vez que essa ONG não apenas auxiliou na formação do Núcleo, coordenando-o por longo período, como ainda atua e é uma referência para os agricultores, agricultoras e grupos envolvidos, como será aprofundado no próximo tópico.

Assim, a partir das informações mais específicas sobre o funcionamento do Núcleo e seus integrantes, confirmamos os elementos para a seleção da amostra⁹ e recebemos algumas indicações de mulheres que poderiam participar da pesquisa. Coube a nós entrar em contato, explicar os objetivos da pesquisa, verificar se tais mulheres se encaixavam de fato no perfil buscado, marcar as entrevistas e, a partir de então, buscar novas mulheres que poderiam participar através da indicação das próprias agricultoras.

Para a coleta de informações, optamos em trabalhar com entrevista semi-estruturada a fim de estimular o diálogo e mesmo a proposição de novas questões que eventualmente não tenham sido consideradas no momento de formulação do roteiro, mas que fossem relevantes para as entrevistadas. O roteiro-base utilizado para as entrevistas teve em torno de 90 questões, muitas das quais eram respondidas no decorrer das conversas, de forma que o tempo das entrevistas foi bastante variado, levando de 30 minutos a 2 horas.

Além disso, ao convidar e explicar sobre a pesquisa para as mulheres participantes, nossa intenção era de que pudessemos realizar a entrevista sem a presença de outros membros da família, o que na maior parte dos casos ocorreu sem problemas. Em outras situações, porém, não tivemos a privacidade almejada, sendo a entrevista acompanhada integral ou parcialmente por maridos, filhos(as) e/ou netos(as).

A ideia inicial também era de que pudessemos acompanhar cada mulher durante um dia ou um período, de acordo com a disponibilidade da mesma, para que as informações obtidas não ficassem limitadas apenas às entrevistas, mas também derivassem de observações do entorno na qual ela foi realizada. Ou seja, nos pareceu também importante conversas sobre outros assuntos, a observação do cotidiano

⁹ Mulheres que já trabalhavam com agricultura antes da conversão/certificação e em idade produtiva, ou seja, que não recebem aposentadoria.

(sabendo que o cotidiano pode não ser o mesmo quando há alguém “de fora”), e a percepção de sutilezas nas relações entre as pessoas, o que foi registrado em diário de campo. Admitimos que nem todos os encontros foram tão longos e profundos, uma vez que as próprias agricultoras estavam envolvidas em outras atividades e destinavam apenas uma parte do seu dia para receber-nos e conceder a entrevista.

Realizamos dez entrevistas que foram integralmente transcritas. Algumas informações coletadas possibilitaram a compilação de quadros que facilitam a comparação de dados. A partir da análise de conteúdo das entrevistas, buscamos identificar os pontos de proximidade entre as entrevistadas e, conseqüentemente, suas convergências.

Finalmente, em um trabalho no qual privilegiamos o enfoque de gênero no sentido de visibilizar a contribuição das mulheres agricultoras para a agricultura e a sociedade, as escolhas linguísticas que identificam o feminino e masculino se tornam uma questão a ser refletida uma vez que a língua portuguesa, conforme Biroli e Miguel (2014, p. 15) “(...) contribui para produzir a naturalidade com que o masculino é entendido como sendo o genérico da humanidade”. Tais autores, visando facilitar a leitura do seu livro “Feminismo e Política” optaram por seguir a regra gramatical padrão e, na medida do possível, recorreram a expressões mais neutras. Nós, no entanto, optamos em declinar – senão todas – a maior parte das palavras para o gênero feminino.

1.2.1 Recorte de pesquisa e justificativa

Definido nosso objeto de estudo como sendo a agroecologia, nosso sujeito são as mulheres rurais envolvidas em projetos agroecológicos e participantes do Núcleo Litoral Catarinense. O citado Núcleo faz parte da Rede Ecovida de Agroecologia e foi formalizado em 2002 com o objetivo de integrar uma série de experiências produtivas de base ecológica que vinham sendo desenvolvidas por agricultores, reunidos em associações e grupos produtivos formais e informais na região costeira de Santa Catarina. A ONG Cepagro (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo) foi a principal articuladora para a formação desse Núcleo, visto que já vinha atuando no campo de

desenvolvimento rural desde a década de 1990 (SILVEIRA, 2013, p. 185)¹⁰.

Além da articulação inicial, o Cepagro esteve na coordenação do Núcleo até o ano de 2013¹¹, quando passou a estimular que os próprios integrantes do Núcleo assumissem a responsabilidade pela sua autogestão. Dessa maneira, houve um processo de escolha para os cargos administrativos (coordenação, tesouraria, relatoria), que deveria ter validade por um ano, embora nesses três anos tenha permanecido o mesmo grupo de gestores por não haver candidatos e candidatas para assumir tais cargos. Mais adiante, faremos algumas considerações acerca desse ponto, pois é relevante, visto a dimensão do Núcleo, que atualmente está composto por 14 grupos produtivos, os quais envolvem cerca de 120 famílias, com 86 certificações (79 produtores e 7 agroindústrias), espalhadas por 26 municípios¹² catarinenses, conforme pode ser visto na figura a seguir:

¹⁰ A fundação do Cepagro ocorreu em abril de 1990 pela reunião de técnicos e pequenos agricultores que buscavam viabilizar as propriedades familiares através da formação de redes produtivas. Em 1996 o Governo do Estado de Santa Catarina reconheceu o Cepagro como Entidade de Utilidade Pública. (informações disponível na página eletrônica: <https://cepagroagroecologia.wordpress.com/historico/>)

¹¹ As atividades de coordenação do Núcleo pelo Cepagro estavam atreladas ao acesso a recursos financeiros de projetos públicos e privados, sendo tais recursos destinados à contratação de técnicos que participavam das reuniões dos grupos produtivos, organizavam atividades formativas e eventos, e também executavam e coordenavam os procedimentos de emissão de certificado para as unidades produtivas

¹² São eles: São Bonifácio, Rancho Queimado, Joinville, Imbuia, Leoberto Leal, Jaraguá do Sul, Angelina, Águas Mornas, Garopaba, Florianópolis, Paulo Lopes, Nova Trento, Major Gercino, Itapema, Porto Belo, Camboriú, Biguaçu, Guaramirim, Massaranduba, Araquari, Garuva, Imbituba, Balneário Piçarras, Balneário Barra do Sul, Vidal Ramos e Alfredo Wagner.

Mapa 1: Abrangência do Núcleo Litoral Catarinense



Fonte: CEPAGRO 2013.

Quanto às justificativas para trabalhar com o Núcleo Litoral Catarinense, apresentamos pelo menos duas. A primeira surge da constatação da importância da agricultura familiar no estado catarinense, onde é possível observar uma expressiva heterogeneidade produtiva entre as regiões (Buainain, 2006) e mesmo entre as microrregiões. Assim, o Núcleo comporta também no seu interior distintas formas de organização produtiva, desenvolvendo diversas atividades, dentre as quais: agricultura, horticultura, fruticultura, atividade leiteira, extração de mel, artesanato, floricultura, fitoterápicos, turismo rural e ecológico,

processamento de laticínios, frutas e outros alimentos, entre outras. Como nosso enfoque está nas mulheres, essa diversidade produtiva pode ser interessante uma vez que alguns autores e autoras indicam que quanto maior a heterogeneidade das atividades realizadas nos estabelecimentos rurais, maior é a possibilidade de participação das mulheres na produção.

Em segundo lugar, o Núcleo Litoral Catarinense mostrou-se uma proposta interessante para esse estudo por se tratar de um espaço misto (de homens e mulheres) que trabalha a partir da ideia da “família rural”. Essa característica específica nos possibilita pensar se a agroecologia, através dos seus preceitos básicos, é capaz de alterar relações de poder e incidir em transformações na vida das mulheres envolvidas e, consequentemente, das famílias. Para ficar mais claro, é preciso dizer que essa escolha se confirmou como interessante quando detectamos que os municípios que compõem o Núcleo coincidem com as áreas de menor (ou nenhuma) influência do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), como pode ser visto no mapa a seguir:

Mapa 2: Distribuição das regionais do MMC/SC, 2005



Fonte: Revista Camponesas MMC, 2005 *apud* SALVARO, 2010, p. 67

Esse movimento surgiu em Santa Catarina em 1981, e atualmente está organizado em dezoito estados brasileiros. Identificam-se enquanto um "Movimento autônomo, democrático, popular, feminista e de classe, na perspectiva socialista"¹³, que buscam igualdade de direitos para as mulheres, o fim de todas as formas de violência, e garantir a segurança alimentar através de um projeto de agricultura ecológica. Além do seu forte vínculo com a agroecologia, sua orientação está bastante alinhada às correntes do ecofeminismo, especialmente o essencialista¹⁴, conforme identificou Valdete Boni (2012) em sua tese de doutorado. Para essa autora, há duas posturas evidentes entre as mulheres do MMC:

“Por um lado, utilizam muito a ideia de que a natureza é feminina e, assim como a mulher, gera a vida, cuida da vida. Por outro lado também evidenciam a necessidade de cuidar da natureza. Ao trabalharem a agroecologia, mostram que querem produzir alimentos saudáveis para suas famílias, mas também preservar os recursos naturais, ou seja, mesmo reafirmando o cuidado dos filhos pelas mulheres, mostram que, como filhas, devem cuidar de sua mãe, a natureza. O vínculo com a terra para as mulheres do MMC está voltado tanto para a ideia de que natureza nos provê dos bens que precisamos, como de uma ideia religiosa de natureza, aproximando-se da

¹³ Disponível no sítio eletrônico do MMC: <http://www.mmcbrasil.com.br>

¹⁴ Valdete Boni (2012) apresenta o ecofeminismo em duas grandes correntes (que desdobram-se em diversas vertentes): o clássico e o construcionista. A primeira, também identificada como ecofeminismo essencialista, “(...) se caracterizou muito pela diferenciação entre homens e mulheres, na qual os homens eram identificados como tendo atitudes mais agressivas tanto em relação à mulher como em relação à natureza. E a mulher, por sua vez, era vista como mais próxima dos filhos e da natureza. Ela era a geradora de vida, assim como a natureza” (*ibidem*, p. 98). O ecofeminismo espiritualista, cuja principal representante é Vandana Shiva, difere um pouco dessa ideia porque insere discussões acerca do modelo de desenvolvimento, embora reforce que “(...) as mulheres, por serem geradoras de vida, assim como a natureza, têm uma ligação mais forte com esta e se preocupam mais com as questões ambientais” (*ibidem*, p. 99). A segunda corrente surge da crítica ao essencialismo, mas busca conservar o ponto de partida: “(...) a existência de uma relação entre domínio patriarcal sobre as mulheres e domínio da natureza” (*ibidem*, p. 100)

noção difundida nas culturas não ocidentais, em que a terra é vista como deusa e mãe.” (*ibidem*, p. 221)

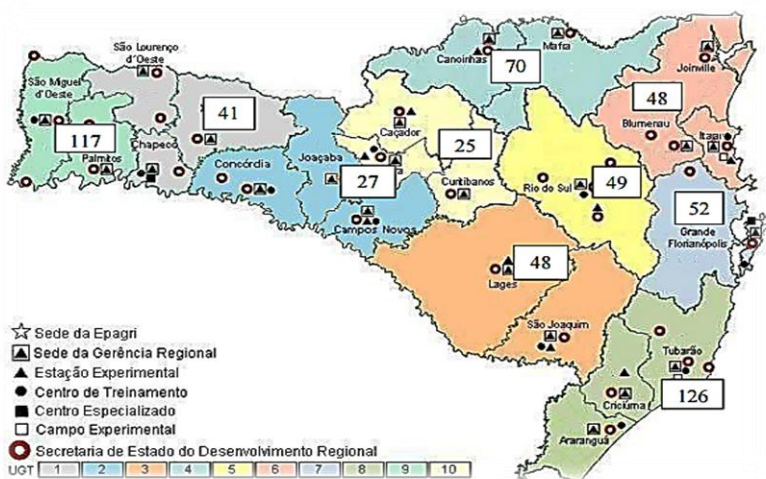
Para Catherine Roach, a simbologia Mãe Terra é problemática porque indica a incondicionalidade do amor materno, ou seja, “*La madre en la cultura patriarcal es aquella que nos provee de todas las materias, se deshace de toda nuestra basura, y satisface todas nuestras necesidades y caprichos sin ningún coste*” (ROACH, 2003, p. 112 *apud* BONI, 2012, p. 220). Essa forma de compreender tem, pelo menos, dois desdobramentos: um que se refere ao reforço da ideia de que existe um papel específico de mulher (cuidar da família, mesmo que não haja nenhum reconhecimento econômico e/ou social, como comumente não há) e outro que as responsabiliza pela preservação da natureza, por ser algo natural ou essencial delas.

Apesar de a relação mulher e natureza feita pelo movimento refletir em uma ampla divulgação da agroecologia no interior do estado catarinense, não podemos deixar de considerar que a mesma é historicamente questionada pelo feminismo de maneira geral. Dessa maneira, nosso trabalho com mulheres na agroecologia se coloca mais interessado em compreender as relações a partir daquilo que Bina Agarwal denomina como “ambientalismo feminista” (ALIER, 2011), ou seja, que busca compreender o protagonismo e/ou o interesse das mulheres pela preservação do meio ambiente devido às condições (ou restrições) materiais que impactam diretamente o seu papel socialmente construído de responsáveis pela reprodução da família.

Tendo sido o Movimento das Mulheres Camponesas e o feminismo daí decorrente e aí praticado já estudado por outras autoras (BONI, 2012; HERRERA, 2015; PAULILO, 2003 e 2009; entre outras), nos interessou compreender como é feita a discussão de gênero em um movimento misto cuja bandeira central é a agroecologia. Pois é preciso considerar que o fato da Rede Ecovida e do Núcleo Litoral Catarinense não ter uma perspectiva declaradamente feminista como o Movimento de Mulheres Camponesas, não significa necessariamente que não haja discussões de gênero ou pelo menos um esforço para inserir tais questões em encontros e reuniões. Identificar tal esforço e também que perspectiva assume o debate igualmente consta entre os objetivos desse trabalho.

Além desse recorte, realizamos um outro devido a ampla abrangência espacial do Núcleo Litoral Catarinense, visando operacionalizar a pesquisa de campo. Dessa maneira, concentramos nossas análises nos municípios que constituem a chamada UGT 7 – Grande Florianópolis, segundo a definição da Epagri¹⁵. Apesar dessa região estar em 4º lugar no número de produtores orgânicos do Estado, é a que mais comercializa produtos com essa característica¹⁶, chegando a 1/3 do valor total, que em 2012 foi de R\$ 12,656 milhões de reais (ZOLDAN; MIOR, 2012).

Mapa 3: Número de produtores orgânicos por UGT



Fonte: ZOLDAN; MIOR, 2012, p. 21

¹⁵ UGT significa Unidade de Gestão Técnica e tem por objetivo integrar o trabalho de pesquisa, capacitação e extensão rural nos municípios. Desde 2007, a Epagri contabiliza 10 UGT's no estado catarinense.

¹⁶ Uma das explicações para isso está no fato de a região metropolitana da Grande Florianópolis ser bastante urbanizada. Dessa maneira, as áreas rurais que fazem parte dessa região podem ser vistas a partir de perspectivas funcionais, conforme indica Karam (2004, sem página): “como cinturão verde, do ponto de vista da produção de alimentos; como espaço de lazer, com sítios e chácaras da população urbana; como espaços de preservação ambiental, na maioria das vezes de mananciais reservados ao abastecimento de água para as cidades locais”

Identificamos nove municípios nessa intersecção proposta (Núcleo Litoral Catarinense e UGT 7), embora em apenas seis tenhamos encontrados agricultoras dentro do perfil buscado, sendo eles Nova Trento, Major Gercino, Rancho Queimado, Águas Mornas, Biguaçu e São Bonifácio, o que nos levou a percorrer cerca de 750 quilômetros.

Finalmente chegamos ao perfil para compor a amostra intencional e realizar a análise proposta nessa pesquisa. Buscamos as seguintes características: mulheres; tradicionalmente agricultoras¹⁷; em idade produtiva¹⁸; que exercessem atividades na agricultura e/ou em outros projetos agroecológicos.

Para a nossa surpresa (e alguma frustração), a busca por mulheres com esse perfil mostrou-se mais difícil do que o esperado no momento inicial do projeto, seja pelo baixo ou nenhum envolvimento das mulheres em alguns grupos produtivos, ou pela forte presença de neo-rurais, ou a existência de muitas mulheres aposentadas. Além disso, o número de participantes dos grupos pareceu ser inferior àquele divulgado nos meios de comunicação da Rede Ecovida e Cepagro, impressão essa que talvez fosse evitada se tivéssemos tido acesso às informações a partir da coordenação do próprio Núcleo. Enfim, todas essas constatações podem ser bastante interessantes e frutíferas em trabalhos futuros, mas por ora obstaculizou nosso campo.

Assim, dentro das possibilidades, entrevistamos todas as mulheres dentro do perfil estabelecido que encontramos e resolvemos incluir outras agricultoras que a princípio não fariam parte da proposta original. As exceções, no entanto, podem ser justificadas. Uma delas refere-se a uma agricultora aposentada, mas que já praticava agroecologia anos antes de acessar o benefício, sendo não somente protagonista da conversão em seu próprio estabelecimento como também referência na sua região. Outras duas mulheres não têm origem

¹⁷ Notamos expressiva participação dos chamados neo-rurais no Núcleo Litoral Catarinense. O neo-ruralismo é um “fenômeno de pessoas oriundas da cidade que realizam um movimento em direção ao campo” (MATTOS, 2010, p. 3), dedicando-se ou não às atividades agrícolas. No caso do Núcleo, apesar do envolvimento com a agroecologia, optamos em não investigar propriamente as mulheres neo-rurais, por compreender que muitas delas já vêm de experiências de trabalho assalariado e de organização familiar diferenciada.

¹⁸ Essa escolha se justifica pela inegável importância do acesso à aposentadoria pelas mulheres agricultoras, conforme demonstrado por Arlene Renk (2001).

de fato na agricultura, mas trabalham nesse ramo e vivem no meio rural desde que se casaram com agricultores, tendo, portanto, acompanhado ou protagonizado o processo de transição agroecológica ou de certificação em seus estabelecimentos, como veremos mais adiante.

1.2.2 Breve contextualização dos municípios

Como já dito, a pesquisa de campo desse trabalho foi feito com mulheres de quatro grupos produtivos que fazem parte do Núcleo Litoral Catarinense. O quadro a seguir identifica os grupos e os respectivos municípios onde a pesquisa foi realizada, o número de associados e certificados por grupo e o número de mulheres que participaram da pesquisa, ou seja, todas aquelas dentro do perfil estabelecido para a amostra e também as exceções:

Quadro 1: identificação dos grupos, sua localização, número de associados, número de produtores certificados e número de mulheres entrevistadas.

Nome do grupo	Município(s)	Nº de associados	Nº de produtores certificados ¹⁹	Nº de mulheres entrevistadas
Grupo Associada	Nova Trento e Major Gercino	8	6	2
Grupo Harmonia da Terra	Rancho Queimado e Águas Mornas	13	12	2
Grupo Biguaçu	Biguaçu	10	7	3
Grupo Água Corrente	São Bonifácio	4	4	3
TOTAL		35	29	10

¹⁹ De acordo com a coordenação do Núcleo, a diferença entre o número de associados (informado pelas entrevistadas) e de certificados por grupo (informado pela coordenação) ocorre porque nem todos os participantes são necessariamente produtores ou, para aqueles que o são, ainda não tem certificação, visto que para consegui-la é preciso estar de acordo com as normas da conformidade orgânica.

Apesar de a nossa ênfase não estar propriamente na investigação dos Municípios, ainda assim consideramos que uma contextualização sucinta seja interessante para percebermos algumas características de cada local. Lembramos que todos os municípios estão localizados na região da Grande Florianópolis.

Nova Trento

A região de Nova Trento começou a ser colonizada por italianos a partir de 1875, ocorrendo em 1887 a formalização da municipalidade. De acordo com o último censo demográfico realizado em 2010 pelo IBGE, Nova Trento tinha 12.190 habitantes. Desse total, 3.060 residiam no meio rural (cerca de 25%), sendo 1.618 homens e 1.442 mulheres (IBGE, 2010).

Já o Censo Agropecuário de 2006 revelou que no município havia então 456 estabelecimentos rurais, sendo que apenas 30 deles estavam sob controle de mulheres: 28 em condições de proprietárias, 1 arrendatária e 1 parceira (IBGE, 2006). Segundo Cipriani (1998), os principais produtos agrícolas na região são mandioca, milho, fumo, feijão, uva, pêssego, banana, laranja, amora, além dos derivados da pecuária, avicultura e apicultura. Ao lado do turismo rural e ecológico, o turismo religioso tem crescido na região, especialmente após a canonização de Madre Paulina em 2002, conforme é indicado no sítio eletrônico da Secretaria de Turismo e Cultura de Nova Trento.

O município faz limite com Botuverá, Brusque, Canelinha, Leoberto Leal, Major Gercino e São João Batista.

Major Gercino

Major Gercino foi colonizado na mesma época que Nova Trento, embora sua emancipação municipal tenha ocorrido bem mais tarde, apenas em 1961²⁰. Os principais colonizadores foram portugueses,

²⁰ Há uma ampla discussão sobre os processos de emancipação municipal no Brasil, aqui, destacamos que de 1946 até 1964, ou seja, entre dois regimes ditatoriais centralizadores (Era Vargas e Governo Militar), há a criação de um sistema federativo, onde municipalismo ganha proeminência. Segundo Edison

italianos, alemães e poloneses. Pela contagem do IBGE de 2010, a sua população total era de 3.279 habitantes, entre os quais 2.030 viviam no meio rural (cerca de 61%). Entre esses, 1.035 eram homens e 995 mulheres (IBGE, 2010).

Em 2006, contavam-se 313 estabelecimentos agropecuários, sendo que apenas 19 eram de responsabilidade feminina, a saber, 17 eram proprietárias, 1 arrendatária e 1 assentada sem titulação definitiva (IBGE, 2006).

De acordo com as informações disponíveis pela Prefeitura Municipal em seu sítio eletrônico, a fruticultura é a principal atividade econômica. Destacam-se os parreirais, que ocupam cerca de 90% do território e dos quais se produz diferentes vinhos, sucos e champanha.

Os limites municipais são: Nova Trento, Angelina, Antônio Carlos, São João Batista e Leoberto Leal.

Rancho Queimado

Apesar de a região já estar na rota de tropeiros desde 1787, sua fundação municipal ocorreu oficialmente em 1962 (Prefeitura Municipal de Rancho Queimado). O município se caracteriza pelos intensos traços da colonização alemã na arquitetura, costumes e tradições.

Em 2010, a população total do município era de 2.748 habitantes, dentre os quais 53% viviam no meio rural, ou seja, 1.458 pessoas. Os homens eram 751 e as mulheres 707 (IBGE, 2010). Quanto aos estabelecimentos agropecuários, em 2006 haviam 473 no total e, entre eles, apenas 26 tinham mulheres como responsáveis, 25 como proprietárias e 1 produtora sem área²¹ (IBGE, 2006).

As principais atividades econômicas da região são o turismo e a agricultura, destacando-se a produção de cebola, feijão, tomate, milho e principalmente o morango, que inclusive lhe confere o título de Capital Catarinense dessa fruta.

Favero (2004) em 1940 existia, no Brasil, 1.574 unidades municipais, chegando a 4.235 em 1963.

²¹ Apesar de não se tratar de um estabelecimento agrícola, essa categoria foi incluída no Censo Agropecuário de 2006 e é utilizada para referir-se àqueles empregados do estabelecimento que administraram alguma atividade de criação ou produção.

Os limites territoriais do município são Angelina, Anitápolis, Águas Mornas, Alfredo Wagner e Leoberto Leal (Brüggemann, 2001).

Águas Mornas

A região de Águas Mornas começou a ser ocupada em 1837 por colonizadores alemães, sendo elevada à categoria de município em 1961 (Prefeitura Municipal de Águas Mornas).

Na última contagem do IBGE, o município era composto por 5.548 habitantes, entre os quais 3.222 viviam no meio rural (58%). Entre esses, 1.638 eram homens e 1.583 mulheres (IBGE, 2010)

Sobre os estabelecimentos agropecuários, em 2006 contava-se 477 unidades, estando 42 sob responsabilidade feminina: 3 na condição de ocupantes, 1 parceira, 4 produtoras sem área e 34 proprietárias (IBGE, 2006). A base econômica do município são os hortifrutigranjeiros (sendo o maior produtor da região da Grande Florianópolis), a agricultura – com destaque para as produções de mandioca, milho e feijão – e turismo.

Biguaçu

O início da história de Biguaçu data de 1748, com a chegada de imigrantes portugueses oriundos do Arquipélago dos Açores e Ilha da Madeira. A sua conformação atual, porém, dá-se na década de 1960, após o desmembramento de alguns distritos que se elevam à categoria de municípios, como Antônio Carlos e Governador Celso Ramos (IBGE, sem data).

A população total em 2010 era de 58.206 habitantes, com apenas 9% deles residindo no meio rural (equivalente a 5.449 pessoas). Entre os habitantes da zona rural, 2.758 eram homens e 2.691 mulheres (IBGE, 2010). Quanto ao número de estabelecimentos agropecuários, em 2006 havia 612 unidades, dentre as quais 54 estavam sob responsabilidade feminina: 53 proprietárias e 1 produtora sem área (IBGE, 2006).

Destaca-se que até a década de 1970 a economia do município baseava-se sobretudo na agricultura, pecuária e pesca. Atualmente, o setor industrial é o de maior relevância, embora permaneça a produção agrícola na região, especialmente de plantas para jardinagem e gêneros alimentícios (verduras e frutas). Os limites territoriais se encontram com os municípios de Antônio Carlos, Governador Celso Ramos, Tijucas,

Canelinha, São João Batista, São José e o Oceano Atlântico (Prefeitura Municipal de Biguaçu)

São Bonifácio

A fundação de São Bonifácio também está relacionada com a colonização alemã a partir de 1864, embora seu reconhecimento como município tenha ocorrido apenas em 1962 (FARIAS, 2013).

A população em 2010 foi contada em 3.008 pessoas, com uma significativa parte delas vivendo no meio rural: 2.323, ou seja, 77%. Entre essas, 1.201 eram homens e 1.122 mulheres (IBGE, 2010).

Quanto aos estabelecimentos agropecuários em 2006, o total era de 675, estando 148 sob responsabilidade feminina: 2 arrendatárias, 10 ocupantes, 3 parceiras, 2 produtoras sem área e 131 proprietárias (IBGE, 2006). De acordo com informações da Prefeitura Municipal, a economia é baseada na agricultura, especialmente com o plantio do fumo, olericultura e laticínios.

O município faz divisa com Paulo Lopes, São Martinho, Santa Rosa de Lima, Anitápolis, Rancho Queimado e Santo Amaro da Imperatriz.

A partir dessa sucinta amostra dos municípios, chamamos atenção para algumas características que podem ser interessantes para a análise posterior. A primeira é que, dos seis municípios, quatro deles tem a população rural em número superior que ao da população urbana (são eles: Major Gercino, Rancho Queimado, São Bonifácio e Águas Mornas), que coincidem com o fato de serem os menores entre os observados nessa pesquisa. Entre a população rural, percebe-se também que em todas as regiões rurais o número de habitantes mulheres é inferior ao de homens, embora não seja uma diferença realmente grande. Mais expressivo, por sua vez, é a diferença de controle dos estabelecimentos rurais, que apesar de estar longe de equiparar-se aos homens, são mais significativas para mulheres de São Bonifácio e Águas Mornas.

2. O trabalho invisível, mas indispensável

Ao longo da história, houve muitas transformações no chamado mundo do trabalho, as mais impactantes, talvez, sejam aquelas decorridas em função da Revolução Industrial, a partir do século XVIII. Nesse momento é que ocorre a consolidação global (embora não linear) e triunfante do modo de produção capitalista (HOBSBAWN, 2011). Sob a lente da sociologia, nesse novo modo de produzir, separou-se não somente o trabalhador do meio de produção, como se distinguiram também os espaços e tipos de trabalhos e as pessoas destinadas a realizá-los.

Ou seja, se antes, senão todo, mas pelo menos uma parte considerável das atividades necessárias à manutenção da vida eram realizadas nas casas de maneira artesanal e a partir da mão de obra dos membros da família²², com a expansão da industrialização, o produtor deixa de ser o dono do meio de produção e, conseqüentemente, de satisfazer suas necessidades pela sua própria produção, de modo que o sustento da família passa a depender do salário advindo da venda de mão de obra. O trabalho realizado sob essas condições e ao qual se estipula um valor de troca, passou a ser considerado produtivo. Algumas atividades, porém, permaneceram no âmbito doméstico e, embora fundamentais para a reprodução da vida, foram consideradas improdutivas e/reprodutivas, uma vez que seu valor era de uso.

Essa nova organização do trabalho não apenas dividiu a sociedade/classe entre burgueses (donos do meio de produção) e proletários (trabalhadores), como também contribuiu para a divisão do trabalho no interior das famílias, que, acompanhando a crescente industrialização, foram se nuclearizando. Dessa maneira, se o trabalho produtivo apresenta-se como responsabilidade do homem, o trabalho doméstico “(...) seria, por assim dizer, um dote natural que as mulheres aportariam ao casamento em troca do seu sustento” (SORJ, 2000, p. 28). Para Friedrich Engels (2009, p. 69):

“A família individual moderna está baseada na
escravidão doméstica, transparente ou

²² A família, nesse contexto, da Idade Média até o século XVIII, já estava marcada pelos laços de consanguinidade patriarcal, mas era extensa e as relações sociais e vida pública se misturavam ao ambiente familiar (FACO, 2007).

dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são compostas exclusivamente por famílias individuais. Hoje em dia é o homem que, na maioria dos casos, tem de ser o suporte, o sustento da família, pelo menos nas classes possuidoras, e isso lhe dá uma posição de dominador que não precisa de nenhum privilégio legal específico. Na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletário. [...]”

A partir dessas considerações iniciais, o objetivo desse capítulo é demonstrar as principais implicações decorridas da cisão do trabalho, enfatizando os impactos para as mulheres rurais no contexto brasileiro em meados do século XX.

2.1 A divisão sexual do trabalho

A separação do trabalho em produtivo e reprodutivo, como já dissemos na apresentação do capítulo, determinou não apenas a qualidade dos trabalhos, mas também a quem caberia a responsabilidade pela sua execução. Essa definição foi legitimada pela ideologia naturalista (destino natural dos diferentes sexos) e tradição funcionalista (solidariedade mecânica e complementaridade), de modo que ao homem, em seu papel de provedor, caberia exclusivamente o trabalho produtivo e à mulher, em seu papel de mãe, as atividades reprodutivas (FARIA, 2009, HIRATA; KERGOAT, 2007).

No entanto, como chama a atenção Eileen Boris (2014, p. 101) “a cisão ideológica entre casa e trabalho, no Ocidente industrializado, obscureceu as formas pelas quais cada uma dessas órbitas conforma a outra”. Isto quer dizer que, apesar de não haver na realidade uma separação rígida e/ou total entre o trabalho produtivo e reprodutivo e de ambos estarem em relação de dependência direta, sob a perspectiva hegemônica apenas o trabalho produtivo é considerado trabalho, enquanto as demais atividades são realizadas gratuitamente pelas mulheres e apropriadas para a manutenção do sistema. Segundo Bila Sorj (2000), a Sociologia do Trabalho também contribuiu para reforçar essa divisão do trabalho, visto que mantinha sua ênfase de análise exclusivamente sobre as atividades relacionadas ao mercado.

A partir das décadas de 1950/60, mudanças significativas nesse campo começaram a surgir quando as feministas (sobretudo as marxistas) passaram a se dedicar à investigação da divisão sexual do trabalho, identificando-a como a base material para a desigualdade de gênero. Dessa maneira, asseguraram ser necessário repensar e, sobretudo, ressignificar o “trabalho”, ampliando seu conceito. Ou seja, não se tratava apenas de incluir as atividades domésticas naquilo que era considerado “trabalho”, mas retirar a supremacia do “capital” e enfatizar a “produção do viver” (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Essa proposta incide também no princípio que hierarquiza os trabalhos (*ibidem*), segundo o qual o trabalho de homem tem mais valor que o trabalho de mulher. O valor desigual a que se refere não diz respeito somente ao reconhecimento social (trabalho *versus* não trabalho), mas também implica em disparidades econômicas, como será visto mais adiante. Por ora, cabe enfatizar que tal desigualdade de relações é apontada como uma das bases que mantém o atual sistema econômico (FARIA & MORENO, 2012, p. 5 *apud*: CARRASCO, 2012).

Para Cristina Carrasco, o principal motivo pelo qual o capitalismo se esforça para invisibilizar a atividade essencial de “cuidar da vida” é que isso “facilita o repasse de custos da produção capitalista para a esfera doméstica” (CARRASCO, 2003, p. 19). Ou seja, a naturalização do cuidado e responsabilidade pela família como algo próprio da mulher, faz recair sobre ela o ônus da reprodução da força de trabalho para o capital.

2.2 Um olhar sobre a modernização agrícola no Brasil

Apesar de nossa afirmação, no início desse capítulo, de que o capitalismo se consolidou globalmente a partir do século XVIII, é bem verdade que isso não ocorreu de maneira linear. Assim, apesar de algumas culturas agrícolas produzidas no Brasil já estarem inseridas no mercado mundial nessa época e mesmo antes (como o café, o açúcar e o algodão, por exemplo²³), é apenas a partir de 1930, na chamada Era

²³ Tamás Szmrecsányi (1990) indica que em 1820 o café era responsável por 18% do valor total das exportações brasileiras, ocupando o terceiro lugar, atrás do açúcar e do algodão. Duas décadas depois, esse produto já ocupa o primeiro lugar e representa 40% das exportações.

Vargas, que ocorre a intensificação da industrialização a partir do modelo de substituição de importações²⁴.

Com o esgotamento desse modelo, o Brasil mergulha numa crise econômica que o impele a avançar mais um estágio rumo ao desenvolvimento capitalista, havendo duas alternativas possíveis para tanto: a primeira, encaminhada pelo período getulista e caracterizada como desenvolvimento autônomo ou nacionalista-reformista; e a segunda, de desenvolvimento associado ao capital externo. A segunda alternativa é levada a cabo com a instauração do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek na segunda metade da década de 1950 (GONÇALVES NETO, 1997). Dessa maneira, buscando aproximar-se das economias capitalistas avançadas, o Brasil orienta seu projeto de desenvolvimento para o fortalecimento da industrialização, buscando, sobretudo, o crescimento econômico. Mas se por um lado se pretendia fortalecer a industrialização, por outro, a agricultura brasileira era considerada por muitos como um entrave para o desenvolvimento da economia²⁵.

Maria de Nazareth Wanderley (2011) indica que tanto o atraso na agricultura, como o capitalismo produzido no Brasil, guardam particularidades decorrentes da sua condição colonial, do sistema de escravidão e da concentração de terras. Tais características, segundo a mesma,

“(...) se expressam no fato de que, em muitas circunstâncias, as relações de trabalho e produção, até então predominantes no meio rural brasileiro, não correspondiam às relações capital-trabalho próprias do capitalismo, mas reproduziam um trabalhador de muitas formas responsável direto pela sua própria subsistência” (*ibem*, p. 24).

É sabido, também que nem todas as camadas sociais relacionadas ao meio rural identificavam-se na figura do camponês. Ou seja, desde a

²⁴ Para maiores informações, ver a obra “Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira”, de Maria da Conceição Tavares, publicada em 1963 (GONÇALVES NETO, 1997)

²⁵ Paulilo (1990) observa que a tese da existência do dualismo estrutural (agricultura atrasada e indústria adiantada), defendida especialmente por Jacques Lambert, justificou a política de modernização Brasil: era preciso desenvolver o setor “atrasado” para que o país deixasse de ser subdesenvolvido.

formação do Brasil Colônia, sempre houve uma forte oligarquia rural, formada por senhores de engenho, fazendeiros e, desde a expansão do ciclo do café (de 1825 a 1875), empresários rurais (SZMRECSÁNYI, 1990). Dessa forma, é seguro afirmar que as consequências do projeto de modernizar a agricultura incidu de diferentes formas nessas distintas classes e implicou na intensificação do processo de diferenciação social das mesmas (TEIXEIRA, 2005), como será visto a seguir.

Antes, porém, é preciso evidenciar alguns aspectos sobre a política de modernização. Para isso, nos voltamos ao Estatuto da Terra, assinado em 1964²⁶, pelo então presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro presidente do período militar. Esse documento prescreve as orientações quanto ao uso da terra e estabelece as diretrizes para o nascente modelo de desenvolvimento rural. Entre as diretrizes, constam:

“(...) assistência técnica; produção e distribuição de sementes e mudas; criação, venda e distribuição de reprodutores e de uso de inseminação artificial. Mecanização agrícola, cooperativismo; industrialização e beneficiamento de produtos; eletrificação e obras de infraestrutura; seguro agrícola; educação, através de estabelecimentos agrícolas de orientação profissional; garantia de preços mínimos à produção agrícola” (WANDERLEY, 2011, p. 29)

Além disso, o Estatuto informa também sobre a fonte dos recursos a serem investidos para a aquisição deste “pacote tecnológico” (o próprio Estado, majoritariamente, através de créditos subsidiados) e sobre os destinatários de tais investimentos, sendo os grandes proprietários os maiores beneficiados, embora não seja possível afirmar que os investimentos estavam de fato direcionados ao segmento patronal. Para Wanderley (2009) isso ocorreu pela maneira como foram elaboradas as políticas públicas, pois ao estarem baseadas na associação entre progresso e escala da propriedade, fez com que os mesmos

²⁶ Wanderley (2011) indica que o Estatuto da Terra serviu de apoio aos movimentos sociais, especialmente durante o período da ditadura, em suas lutas pela reforma agrária. Apesar de o documento permanecer vigorando até os dias atuais, não se pode dizer que a reforma agrária tenha sido realizada de acordo com as prescrições e amplitude contidas ali.

recursos fossem disputados tanto por agricultores familiares, ou “miniprodutores”, como pelos grandes proprietários, sendo esta uma disputa desigual.

Apesar da dificuldade de acesso a créditos e financiamentos pelo segmento dos pequenos produtores, muitos deles ainda esforçaram-se para modernizar seus estabelecimentos. Um primeiro aspecto que pode justificar esse interesse é o papel assumido pela extensão rural nesse período. De acordo com Emma Siliprandi (2002), as instituições de extensão rural trabalhavam no sentido de profissionalizar e modernizar o campo sob o ponto de vista da produção agrícola, tendo como objetivo reduzir a pobreza rural, entendida então como fruto da ignorância e da suposta resistência que os agricultores teriam às mudanças. O segundo aspecto é a expectativa de ganhos mais significativos pelos próprios agricultores. José Graziano da Silva (1982, p. 29/30) explica da seguinte maneira:

“(…) como os chamados insumos modernos – especialmente fertilizantes, defensivos e a mecanização – são fortemente subsidiados, as condições de lucratividade das culturas ditas modernas (justamente porque utilizam maiores proporções de insumos modernos) são maiores; ainda mais porque, sendo quase sempre produtos de exportação e/ou de transformação industrial (como cana, café, soja, trigo, etc.), têm sempre uma evolução dos preços relativamente mais favorável do que as culturas tradicionais, que são basicamente produtos alimentícios (arroz, mandioca, feijão, etc.), cujos preços repercutem diretamente no aumento do custo de vida. Não é coincidência, portanto, verificar que as culturas ‘modernas’ têm uma lucratividade maior que as tradicionais”

A seguir, os impactos da modernização agrícola serão aprofundados a partir de outra perspectiva, por ora gostaria apenas de ressaltar que esse processo, também conhecido como Revolução Verde, engendrou uma série de subordinações e hierarquias, como, por exemplo, entre campo e cidade, agricultura e indústria, saber popular/tradicional e conhecimento científico, homens e mulheres.

2.3 Modernização e a invisibilidade das mulheres rurais

Assim, partindo dessa breve análise conjuntural, passamos a desenvolver as consequências decorrentes desse projeto modernizante, especialmente para as mulheres rurais. Fazendo um resgate sobre o que foi comentado na primeira parte desse capítulo, é compreensível que a expansão e consolidação do capitalismo no meio rural tenha contribuído para o reforço da divisão do trabalho em produtivo e reprodutivo, destinando o primeiro aos homens e o segundo, às mulheres²⁷. Manteremos o uso dessa distinção para facilitar a sistematização das análises a seguir, e também para evidenciar a flexibilidade das mulheres em ambos os espaços de trabalho (DE GRANDI, 2003)

Assim, conforme já dito, o Estado teve influência fundamental no processo de implementação da modernização, sendo uma de suas principais ferramentas a extensão rural. Todavia, mais do que divulgar as técnicas e insumos, os programas de extensão assumiram um papel significativo na conformação de novas relações entre os integrantes das famílias rurais ao ter entre seus objetivos o desenvolvimento das comunidades rurais, o que invariavelmente era relacionado ao feminino (SILIPRANDI, 2002). Isso é explicitado pela estratégia utilizada a partir dos anos 60, quando iam a campo, juntos, um técnico agrícola homem e uma mulher para trabalhar questões referentes à chamada Economia Doméstica. A seguir, reproduzimos parte da retrospectiva histórica feita por Emma Siliprandi (2002, p. 41):

“(...) no caso das mulheres rurais, esse viés se manifestava basicamente na negação do seu papel enquanto agricultoras. A elas era oferecida a possibilidade de organização em grupos (clubes de mães, de senhoras e outros), acompanhados pelas extensionistas de bem-estar social, e orientados, em sua maioria, para os temas considerados "femininos". De forma geral, mesmo que não fosse essa a intenção, os grupos ajudavam a consolidar a idéia de que havia um lugar separado entre as mulheres e os homens no meio

²⁷ Com isso não queremos dizer que antes da modernização da agricultura não havia diferenças entre trabalho de homem e trabalho de mulher, as quais se baseavam principalmente na distinção biológica e eram reforçadas pela influência da religião.

rural, assumindo uma divisão sexual do trabalho que, na prática, negligenciava o papel produtivo que as mulheres sempre desempenharam na agricultura. Essa ação contribuiu para a exclusão das mulheres dos espaços onde se tratava das questões tecnológicas e de financiamento da produção agrícola, embora elas sempre tenham participado ativamente dessas atividades e sobre elas recaíssem as consequências das mudanças ocorridas.”

A expansão do uso de tecnologias poupadoras de mão de obra, especialmente de máquinas agrícolas, também é apontada por alguns autores como sendo responsável pelo afastamento das mulheres das atividades produtivas. Gema Esmeraldo (2013) afirma que quanto mais as máquinas foram utilizadas, mais as mulheres reduziram suas atividades na roça. Para os homens, essa situação seria inversa, uma vez que isso representou um acréscimo de responsabilidade, implicando, ainda, na sua participação em cursos e capacitações sobre o uso dessas tecnologias (BRUMER, 2004). Além disso, como aponta Alessandra De Grandi (2003, p. 41), “a falta de conhecimento e treinamento faz com que as mulheres fiquem com as tarefas de menor prestígio e importância, sendo sempre excluídas, portanto, do trabalho que requer tecnologia”.

No entanto, nem todos os estabelecimentos rurais tinham acesso ao pacote tecnológico completo, e, mesmo que tivessem, ainda assim algumas atividades permaneceram exigindo mão de obra e, nesses casos, recorria-se a força de trabalho disponível no estabelecimento, ou seja, da própria família. O trabalho realizado pelos demais membros da família, em especial pelas mulheres e crianças, apesar de fundamental para o “conjunto da obra”, não tinha a mesma visibilidade daquele realizado pelo “chefe da família”, sendo considerado enquanto ajuda. Heleieth Saffioti (1987, p. 15) afirma que “(...) sempre que a atividade de alguém se configurar como ajuda, [significa que] a responsabilidade é do outro”, ou seja, quando alguém realiza atividades que não lhe são atribuídas de acordo com os papéis de gênero já discutidos (produtivo para os homens

e reprodutivo para as mulheres), essa se configura simplesmente como favor, auxílio ou apoio²⁸.

Além disso, disseminou-se a ideia de que o trabalho feito pelas mulheres (e crianças) era mais leve que o dos homens. A princípio, poderíamos supor que essa destinação dos trabalhos leves e pesados se daria a partir das condições e características físicas daqueles que os realizam, no entanto, um exame mais comprometido demonstra que não é bem assim. Para esclarecer melhor esse ponto, recorreremos ao estudo realizado por Maria Ignez Paulilo (1987), a partir de pesquisas no Nordeste, Sul e Sudeste no fim da década de 1970 e início de 80. Esse estudo demonstra que a qualificação do trabalho nesses termos (leve/pesado) não se dava pelas características da atividade em si, mas, sobretudo, pela posição ocupada na hierarquia familiar de quem os realizava e que havia variações de acordo com as condições de exploração da terra nas diversas regiões observadas. Assim, o trabalho das mulheres, considerado leve, ou “agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço” (PAULILO, 1987, p. 7), pode demandar a utilização de grande força e habilidade física, concentração, destreza motora, podendo, inclusive, implicar riscos à saúde.

Uma das consequências em não se considerar como trabalho as atividades realizadas pelas mulheres (mesmo àquelas realizadas na esfera produtiva) ou apenas classificá-las como “ajuda” ou trabalho “leve”, é a justificativa para o pagamento de uma remuneração inferior (quando se trata de um trabalho assalariado), mas principalmente o não recebimento de um valor correspondente (caso mais comum entre as mulheres no meio rural)²⁹. Dessa maneira, as mulheres realizam o

²⁸ A autora aponta que quando os homens realizam atividades domésticas, essas também são consideradas como “ajuda”, mas que “nada mais injusto do que tentar disfarçar a dominação dos homens sobre as mulheres através da ‘ajuda’ que os primeiros podem oferecer às últimas” (SAFFIOTI, 1987, p. 15). Por outro lado, considerar como ajuda o trabalho das mulheres na esfera produtiva também é uma forma de dominação.

²⁹ Os homens rurais poderiam alegar que também não recebem um valor específico para eles (equivalente ao salário), mas a diferença está no fato de que geralmente são eles quem têm o controle sobre os rendimentos globais, decidindo onde e como investir, embora nem sempre tais investimentos estejam de acordo com as necessidades e interesses dos demais membros da família (DEERE; LÉON, 2002).

trabalho gratuitamente, em nome do “amor” e visando o bem da família. Visto isso, fica claro que as mulheres rurais não deixaram de participar do trabalho produtivo de fato, mas sim que sua participação nesse âmbito foi invisibilizada.

Além dos impactos decorrentes da modernização agrícola no trabalho produtivo, houve também consequências no trabalho reprodutivo, o qual se pode considerar exclusivo das mulheres. Entre eles, estão as diversas atividades necessárias para a “sustentabilidade da vida”, como alimentar, vestir, manter o ambiente limpo e funcional, educar, socializar, cuidar, entre outras. Devido à dimensão desse trabalho, optamos em discorrer especialmente sobre a tarefa de alimentar.

Para Inês Claudete Burg (2005), a modernização da agricultura afetou essa atividade ao alterar as relações de subsistência do núcleo familiar. Ou seja, se antes todos os membros da família camponesa se dedicavam a produzir senão tudo, mas pelo menos uma boa parte dos alimentos a serem consumidos, após a adesão ao projeto modernizante, a produção passa a ser orientada por uma lógica diversa, segundo a qual se privilegia uma (ou poucas) culturas que sejam mais valorizadas e direcionadas ao mercado³⁰. Dessa maneira, perdeu-se em termos de espaço físico e de mão de obra disponível para a produção de subsistência de forma que mais itens da alimentação familiar passaram a ser comprados com o dinheiro proveniente da comercialização. Para Burg essa nova situação contribuiu para tornar a mulher mais dependente do marido, visto que era ele quem comercializava e administrava a renda, embora fosse ela quem preparasse os alimentos.

No entanto, os policultivos não foram totalmente abandonados: eles mantiveram sua importância para a segurança alimentar e nutricional das famílias, especialmente quando a integração das unidades produtivas ao processo de modernização não era capaz de gerar rendimentos suficientes para atender as necessidades básicas da família. Como a responsabilidade pela alimentação era “coisa de mulher”, não surpreende que tenham sido elas as principais responsáveis

³⁰ A autora referencia especialmente o Sul do país, onde os policultivos foram substituídos por monoculturas, como de milho e/ou soja.

pela continuidade da produção de alimentos para o consumo próprio³¹, alimentos esses produzidos nos espaços “vagos” deixados pela cultura principal e em horários alternativos às demais tarefas que precisavam ser realizadas.

É importante salientar que quando a produção de alimentos para o consumo próprio deixa de ser o objetivo central da família, esses passam a ser considerados enquanto “miudezas”, demonstrando o status de inferioridade do trabalho feito pelas mulheres e a proeminência das atividades com valor de troca sobre aquelas com valor de uso. Iara Henn (2013) ao analisar os deslocamentos sociais das mulheres participantes em processos de construção da agricultura ecológica no Sudoeste paranaense, corrobora com essa afirmação ao constatar que “(...) todos reconhecem que, no projeto da *monocultura* na *modernização conservadora*, a horta, o pomar e outros cultivos não têm validade, pois não são lucrativos do ponto de vista do *mercado convencional*” (HENN, 2013, p. 71, grifos originais).

A responsabilidade pela alimentação da família como uma atividade destinada integralmente às mulheres tem ainda outros aspectos importantes. No meio urbano a responsabilidade das mulheres por tal atividade pode ter sido amenizada devido o acesso a alguns recursos disponíveis nas cidades, como supermercados (e a oferta de produtos prontos e/ou semi-prontos) e restaurantes, por exemplo. Já as mulheres do campo, de maneira geral, acumulam tarefas para a execução dessa atividade, ou seja, além de (simplesmente) preparar o alimento, precisam plantar, colher, coletar, conservar sementes, processar, cuidar e abater animais, entre outras tarefas³². Dessa maneira, as urbanas embora mais dependentes do acesso a recursos econômicos, estão mais independentes de fatores naturais (clima, qualidade do solo/água).

³¹ Como será visto mais adiante, a persistência do trabalho dessas mulheres é vista como um elemento fundamental para o desenvolvimento de práticas agroecológicas.

³² Gostaríamos de enfatizar que em algumas localidades rurais, o uso de fogão à lenha ainda é bastante comum, nesse caso, as mulheres acumulam ainda a função de preparar/manter o fogo aceso e muitas vezes são responsáveis pela coleta e armazenamento da lenha. O uso do fogão a lenha também requer mais tempo para o preparo dos alimentos que o fogão a gás, o que muitas vezes é preferido pelas mulheres por permitir a realização de outras atividades ao mesmo tempo.

Consideramos que as peculiaridades no modo de exercer a responsabilidade pela alimentação da família, para as mulheres rurais, incidem no desenvolvimento de uma série de estratégias que visam manter a oferta de alimentos tanto em quantidade como em qualidade (aqui entendida no sentido de diversidade). Tais estratégias vão desde técnicas para conservação de alimentos, até trocas de produtos com vizinhos e parentes e mesmo a comercialização de excedentes para que possam comprar o que não produzem ou o que venha a faltar em determinados períodos.

A comercialização dos itens produzidos pelas mulheres, derivados do trabalho em hortas, quintais, granjas domésticas e com pequenos animais, pode ocorrer em feiras ou nas próprias casas, para pessoas conhecidas. O que queremos enfatizar aqui é que, muitas vezes, a renda advinda dessa comercialização tem uma importância fundamental para o bem-estar³³ da família, embora muitas vezes passe despercebida e seja confundida com o valor de uso por ser rapidamente convertida em itens essenciais à vida e não em investimentos no estabelecimento.

Ainda é preciso colocar que as atividades realizadas pelas mulheres, seja no campo produtivo ou reprodutivo, na maior parte das vezes são realizadas simultaneamente e/ou de maneira fragmentada, o que pode vir a contribuir ainda mais para o não reconhecimento de sua importância, dando a impressão de que “não faz muito”. Para ilustrar essa questão, propomos uma pequena história.

Imaginemos uma manhã em que todos os membros da família estejam envolvidos nas atividades na lavoura. O marido e os filhos maiores vão selecionando e cortando as folhas de tabaco³⁴, enquanto os demais vão espetando-as em ripas de madeira e carregando para a carretinha do trator. Perto das 11 horas, a mulher (ou mulheres, no caso de mãe e filhas) se ausenta desse espaço para preparar o almoço, o qual pode já ter sido adiantado ou planejado na noite anterior. No caminho

³³ Nesse caso, não se trata apenas da aquisição de alimentos que não são produzidos no estabelecimento, mas também propicia o investimento em melhorias na casa, na compra de roupas, medicamentos e materiais escolares, entre outros.

³⁴ Escolhemos usar como exemplo a produção de tabaco por ser uma cultura bastante disseminada na região desse estudo e estar fortemente atrelada às indústrias.

para casa, ela passa na horta para colher alguns itens para incrementar a refeição, aproveita para aguar algumas plantas e pegar a lenha necessária para o fogão. Acende o fogo, e, enquanto prepara a comida, ela cuida da roupa, medica o sogro, verifica se os filhos menores estão prontos para irem para escola logo após comer e finaliza o preparo de uns queijos já prometidos para a quermesse da igreja. Ai então é que o restante da família chega, o marido vem de trator trazendo a carga para ser descarregada e pendurada no galpão para secar. Depois ele larga as botas num canto e, cansado, se senta na varanda para tomar um chimarrão enquanto espera o almoço que “ainda” não saiu. A esposa põe a mesa, prepara um suco e todos finalmente podem almoçar. Poderíamos continuar elaborando essa história, mas finalizaremos evocando uma passagem de Ana Terra, obra de Érico Veríssimo³⁵, que consideramos bastante elucidativa: *"Depois os homens se ergueram e foram dormir a sesta e as mulheres puseram-se a lavar os pratos"*.

Não é difícil perceber que todas as atividades realizadas nessa pequena hipotética (mas ainda muito recorrente) história são fundamentais para que o trabalho produtivo possa ser feito: é preciso comer, vestir-se, descansar, tratar dos enfermos, por exemplo. De acordo com o que foi exposto até aqui, fica evidente que as mulheres trabalham não somente naquilo que é considerado reprodutivo, mas também no que é produtivo, portanto, trabalham muito.

Eileen Boris (2014, p. 101) recupera a declaração da economista Lourdes Benería em um relatório interno da Organização Internacional do Trabalho (OIT), já em 1977, que indica que “(...) as mulheres rurais são, com frequência, os participantes mais esquecidos da economia (...)”. Além disso, embora sejam consideradas participantes marginais das atividades econômicas, são, em realidade, parte integral das mesmas ao desempenhar tanto atividades ligadas à produção de produtos e serviços como para a reprodução da força de trabalho.

Mudanças começaram a deflagrar-se especialmente a partir dos anos 1980. Por um lado, isso ocorreu devido ao acúmulo do movimento feminista e pelo comprometimento de parcelas de alguns campos de conhecimento para a compreensão e teorização sobre a realidade das mulheres rurais, defendendo ser preciso repensar o trabalho e considerar as diversas atividades realizadas pelas mulheres dentro e nos arredores

³⁵ VERÍSSIMO, Erico. **Ana Terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p.

de casa enquanto tal (PAULILO, 2009). Por outro lado, o momento de abertura política do país possibilitou que as próprias mulheres se mobilizassem, especialmente através de movimentos sociais rurais ou de movimento autônomo de mulheres³⁶, reivindicando o reconhecimento como cidadãs e agricultoras, e exigindo seus direitos (FARIA, 2009). A partir da Constituição de 1988, portanto, esses direitos são assegurados de modo que as mulheres puderam ser consideradas trabalhadoras rurais e não mais “do lar”.

Ao lado desses movimentos, outros de suma importância aparecem nesse mesmo contexto social e político. Esses movimentos, baseados em constatações empíricas dos problemas causados pelo projeto modernizante para agricultura, propõe outros referenciais que buscam ampliar a visão do rural apenas como um espaço de produção agrícola, defendendo-o, sobretudo, como um espaço de vida. Esses temas serão abordados em profundidade no próximo capítulo. Antes, porém, voltaremos nossa atenção às questões relativas ao acesso a recursos econômicos pelas mulheres rurais.

2.4 Mulheres rurais e o acesso a recursos econômicos

Como já indicado no tópico anterior, vamos discutir a partir de agora o acesso das mulheres a recursos econômicos. Essa discussão se faz necessária ainda hoje porque, apesar do vigoroso posicionamento das mulheres quanto às suas demandas específicas nas últimas décadas, os números da “invisibilidade” ainda são alarmantes, especialmente para as mulheres do campo, que constituem a proporção mais significativa de pessoas ocupadas sem remuneração (MELO; DI SABBATO, 2009) e sem acesso a crédito e à terra (DERRE; LÉON, 2002).

Segundo os dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher produzido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (Brasil, 2015), em 2012 cerca de 3 milhões e 900 mil mulheres maiores de 16 anos estavam ocupadas em atividades agrícolas, o que correspondia a 9,8% das mulheres ocupadas no país. Dentre elas, 72,6% se dedicavam ao trabalho para o próprio consumo ou a atividades não remuneradas. Cabe

³⁶ Para Gema Esmeraldo (2013), as dificuldades para reagir no plano individual e familiar impulsionam a participação das mulheres em tais movimentos.

ênfatizar que, como explica Nalu Faria (2009), a maior parte das mulheres não tem acesso aos rendimentos por esses serem apropriados integralmente pelos homens.

Léon e Deere (2002) demonstram a fragilidade dos pressupostos da economia neoclássica sobre a família³⁷, segundo os quais essa seria governada pelo altruísmo do homem (chefe) - e não pelo seu interesse próprio - com vistas, sobretudo, a maximizar o bem-estar de todos os demais membros da família. A partir de evidências empíricas coletadas por outras feministas em diversas culturas, essas autoras afirmam que: 1. nem toda a renda gerada é necessariamente investida no fundo comum; 2. o uso da renda é diferenciado para homens e mulheres; 3. o fundo comum não é necessariamente garantia de consumo compartilhado ou de divisão em partes iguais que garantam o consumo de todos os membros da família. A partir disso, elas afirmam que “a renda controlada pela mulher tem mais probabilidade de contribuir para a garantia da alimentação da família e o bem-estar dos filhos do que a controlada pelo homem” (*ibidem*, p. 42).

A não reivindicação da renda correspondente ao trabalho realizado pode estar relacionada com o fato de ainda haver dificuldades para uma significativa parcela das mulheres rurais em considerar as suas diversas (e dispersas) atividades enquanto trabalho, compreendendo-as como extensão do seu papel de mãe, esposa e/ou dona de casa e não como agricultora. Isso se percebe quando olhamos as estatísticas sobre o trabalho agropecuário, no qual a jornada média das mulheres é praticamente a metade da dos homens³⁸, conforme pode ser visto a seguir:

³⁷ Apesar das críticas que os teóricos da agroecologia apontam acerca do modelo de desenvolvimento baseado nos pressupostos da economia hegemônica, ainda há uma forte insistência em considerar a família nuclear como unidade básica de análise, como será visto no próximo capítulo.

³⁸ Dados de 2012 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE, utilizadas no Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (2015), indicam uma ampliação no número de horas dedicadas ao trabalho agropecuário pelas mulheres. Ou seja, de acordo com esses dados, elas dedicam-se 27,1 horas ao “trabalho principal” e 26,3 horas aos “afazeres domésticos”, enquanto os homens rurais dedicam 39,2 horas e 10,1 horas, respectivamente. Não podemos afirmar se houve de fato uma ampliação das horas de trabalho produtivo das mulheres ou se isso é reflexo de uma maior compreensão das suas atividades como trabalho.

Quadro 2: Médias de horas trabalhadas – jornada semanal na agropecuária

Ano	1993		1995		1998		2001		2004		2006	
Gênero	h	m	h	m	h	m	h	m	h	m	h	m
Horas	42,9	24,2	42,4	23,6	41,5	23,6	41,7	23,9	40,1	23,3	39	21,7

Fonte: MELO; DI SABATTO (2009, p. 55/56) - Compilação feita pela autora

Além disso, as características peculiares do espaço onde ocorrem as atividades no meio rural podem dificultar o auto-reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras rurais ou agricultoras, conforme indicam Melo e Di Sabatto (2009, p. 69):

“Diferentemente das trabalhadoras urbanas, que têm que sair de casa pra realizar suas tarefas extra-casa, no campo essa questão aparece de forma diversa. A distinção, na prática, é bastante sutil, na medida em que é difícil distinguir o trabalho por ela realizado na horta e no quintal do seu cotidiano de dona de casa, o que leva a uma subestimação da jornada dedicada à atividade agropecuária.”

Nesse trabalho, consideramos que além de visibilizar a contribuição das mulheres rurais e do seu trabalho, é fundamental que elas tenham acesso a uma renda. Conforme aponta Maria Ignez Paulilo (2003, p. 184) “(...) em uma sociedade em que quase tudo se compra, o acesso da mulher a alguma forma de renda própria deveria torná-la mais independente do marido e mais participante nas decisões que envolvem tanto o grupo doméstico como a sociedade mais ampla”. Visto dessa maneira, percebe-se que o acesso à renda incide não apenas em maior inserção na economia, permitindo a aquisição de bens de consumo e melhoria no bem-estar, mas sobretudo, pode implicar em autonomia e transformações nas relações de poder dentro e fora do âmbito familiar.

Reconhecendo essa condição, as mobilizações das mulheres ampliaram suas reivindicações para além do reconhecimento, inserindo em suas pautas a necessidade de garantia ao acesso à renda, educação, infra-estrutura e crédito especializado, por exemplo. Em certa medida, tem se buscado atender esses requerimentos especialmente a partir da criação da Secretaria Especial para Mulheres em 2003 e de um conjunto

de políticas públicas inéditas. Atualmente, esse conjunto refere-se a programas de atenção à saúde; educação; documentação das mulheres do campo, da floresta e das águas; transferência de renda, segurança alimentar e inclusão produtiva; acesso à terra; previdência social; organização produtiva, assistência técnica, crédito e fomento à produção; e enfrentamento à violência contra a mulher³⁹.

Sem desmerecer a importância desses programas e políticas, consideramos que é preciso ter um olhar crítico, pois conforme alerta Joan Scott (1989, p. 25/26), “(...) a mudança nas relações de gênero pode acontecer a partir de considerações sobre as necessidades do estado [*sic*]”. Perguntamo-nos o que estaria em jogo para que o Estado, finalmente, prestasse atenção às demandas das mulheres do meio rural? Como não é o objetivo central desse trabalho responder essa questão (e muitas outras que poderíamos elaborar), por ora, nos satisfaz pensar que inserir mulheres (e jovens) em seus programas é uma forma de dinamizar não somente o campo brasileiro, como também – e principalmente – a economia.

3. Agroecologia

Esse capítulo será dividido em três sessões. Na primeira, veremos como as consequências negativas da modernização da agricultura em todo o mundo impulsionaram a criação de vários projetos de desenvolvimento rural sustentável e propostas de agriculturas alternativas. No Brasil, o momento de abertura política e redemocratização na década de 1980, possibilitou que essas questões fossem discutidas por diversos setores (academia, movimentos sociais, organizações não governamentais e governamentais) e defendidas por alguns como forma de garantir direitos. Aqui apresentaremos a agroecologia, ciência que surgiu na década de 1970 com o objetivo de dar um embasamento teórico aos diferentes movimentos de agriculturas alternativas emergentes (ASSIS; ROMEIRO, 2002). Também faremos uma análise breve sobre a trajetória da agroecologia no Brasil, buscando mostrar como, além de organizar-se como ciência, essa perspectiva

³⁹ Disponível no sítio eletrônico: <http://www.spm.gov.br/assuntos/mulheres-do-campo-e-da-floresta/servicos-e-politicas-publicas>

passou a ser também incorporada como estratégia de movimentos sociais e políticas públicas estatais.

A segunda sessão está destinada à relação entre agroecologia e mulheres rurais. Para tanto, visto que as agricultoras permanecem praticamente invisíveis (ou escondidas na “unidade familiar”) na literatura sobre agroecologia, trabalharemos principalmente com pesquisadoras que buscam não apenas descrever a experiência das mulheres, mas também evidenciar sua importância e identificar as possibilidades de transformação nas relações de gênero a partir da agroecologia.

Na última parte desse capítulo, serão apresentados o Núcleo Litoral Catarinense e a Rede Ecovida de Agroecologia, por serem orientadores das experiências das mulheres que participaram da pesquisa.

3.1 Trajetória histórica, conceitos e práticas

O surgimento da agricultura é, indiscutivelmente, o resultado da observação e atuação de homens e mulheres sobre a natureza. O acúmulo de conhecimentos empíricos e a necessidade de superar limitações ecológicas, por sua vez, levaram a revoluções agrícolas, as quais, a princípio, eram orientadas, sobretudo, pelas possibilidades da própria natureza. No entanto, com o desenvolvimento da química moderna a partir do século XVI e, mais especificamente, com os postulados de Liebig no século XIX, difunde-se amplamente a ideia de que limitações ecológicas poderiam ser superadas com a aplicação de certas tecnologias e conhecimentos científicos. Com isso, não somente se retira a natureza do centro da equação produtiva, como as novas ideias repercutem na mais radical das revoluções agrícolas. (ASSIS; ROMEIRO, 2002; ASSIS, 2005).

Apenas para pontuar, é preciso dizer que a Lei do Mínimo de Justus von Liebig surgiu a partir da observação de que as plantas poderiam desenvolver-se independentemente da matéria orgânica, mas dependente de nutrientes minerais, os quais era possível calcular. Segundo Renato de Assis e Ademar Romeiro (2002, p. 69), os postulados de Liebig soaram “(...) como um ‘canto de sereia’ para os agricultores, pois viabilizavam a monocultura com a eliminação da necessidade do cultivo de plantas forrageiras para a alimentação animal cujo esterco era empregado na recuperação da fertilidade dos solos”.

Dessa maneira, a matéria orgânica passaria a ser substituída, em larga escala, por adubação mineral a partir de compostos solúveis. Nesse contexto, o solo passou a ser considerado basicamente como um fator necessário para a sustentação das plantas e meio para a difusão dos compostos (LUZZI, 2007; ASSIS; ROMEIRO, 2002).

A propagação desses princípios ocorreu concomitantemente a consolidação do capitalismo como sistema econômico hegemônico, momento esse em que muitas sociedades passaram a se configurar como industriais-urbanas. Nesse sentido, a possibilidade de produzir mais alimentos e matérias-primas de forma intensiva, a partir da difusão de monoculturas, era compreendida como uma necessidade imprescindível para alimentar a custos baixos a crescente população urbana, mas também para liberar mão de obra do meio rural, a qual seria realocada para as indústrias. O ônus desse sistema de produção, porém, recaiu sobre a natureza e repercutiu numa série de problemas ambientais e sociais, principalmente após a década de 1950, quando a sua difusão passou a nível global, ficando conhecido a partir de então como Revolução Verde.

No Brasil, como visto no capítulo anterior, a modernização da agricultura se intensificou a partir de 1960, especialmente após o lançamento do Estatuto da Terra, em 1964. Não se pode negar que esse processo repercutiu em um substancial aumento na produtividade agrícola e, conseqüentemente, ampliou a inserção do país no mercado global, mas também não se pode esconder que foram acarretadas consequências negativas desde a perspectiva ambiental, social e econômica (Wanderley, 2011, p. 105). No fim da década de 1970 e início da década de 80, alguns desses efeitos da modernização agrícola já estão bem delineados, como, por exemplo, o aumento da dívida externa e da concentração de terra e de renda, êxodo rural, perda de fertilidade dos solos e da biodiversidade como um todo, desmatamento, contaminação (solo, ar, água, animais, plantas, seres humanos), dependência tecnológica dos agricultores (Siliprandi, 2009, p. 101), levando à desestruturação de comunidades rurais e mudanças no modo de vida camponês. A partir desse período, porém, com a abertura política do país e o processo de redemocratização, possibilitou-se a crítica ao modelo de desenvolvimento vigente e, com isso, emergiram discussões acerca de projetos diferenciados de desenvolvimento rural baseados em estilos alternativos de agricultura.

Algumas dessas modalidades de agricultura alternativa já vinham sendo desenvolvidas em outros países antes mesmo da expansão global da modernização agrícola⁴⁰ e caracterizavam-se, sobretudo, por serem movimentos contestatórios ao domínio técnico industrial e à utilização de insumos químicos na agricultura (BRANDENBURG, 2002). Por esse posicionamento crítico, as correntes que defendiam as agriculturas alternativas foram acusadas de quererem retornar ao passado, no entanto, apesar de visar a recolocação da natureza e dos agricultores e agricultoras no centro do processo produtivo, os resultados da combinação desses fatores com manejo e tecnologias mais adequadas mostraram-se viáveis e positivos (econômica, ambiental e socialmente), como será visto mais adiante. Por ora, é interessante perceber como as críticas às formas alternativas de agricultura de certa maneira contribuíram para a formulação da agroecologia enquanto ciência, na década de 1970, que dentre outras coisas, visava estabelecer uma base teórica comum às diferentes modalidades de agricultura (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

Partindo da observação de que as propostas de agricultura alternativa trabalham com elementos muito além daqueles tradicionais das ciências agrônômicas, a agroecologia enquanto ciência posiciona-se crítica à própria ciência, especialmente quanto à sua compartimentalização e hierarquização dos saberes⁴¹. Dessa maneira, conforme Emma Siliprandi (2015, p. 81, grifo mantido do original),

“(...) a agroecologia é definida por seus principais teóricos como um conjunto de disciplinas científicas por meio das quais é possível analisar e atuar sobre os *agroecossistemas*, de forma a permitir a implantação de estilos de agricultura com maior nível de sustentabilidade”.

⁴⁰ Segundo Alfio Brandenburg (2002), as primeiras correntes de agricultura alternativa ou ecológica surgiram na Alemanha (agricultura biodinâmica e natural) em 1924, na Inglaterra (agricultura orgânica) e na França (agricultura biodinâmica), na década de 1940.

⁴¹ Como veremos mais adiante, além de integrar distintas disciplinas científicas, a perspectiva agroecológica considera de fundamental relevância os conhecimentos e saberes populares. Esse posicionamento leva ao questionamento da agroecologia como ciência, conforme discute Feiden (2005).

Faremos quatro considerações a partir dessa definição. A primeira refere-se ao fato de que estava claro para os formuladores⁴² da agroecologia que não bastava apenas reunir princípios ecológicos, agrônômicos e socioeconômicos, era preciso uma base conceitual comum que tornasse essa articulação frutífera. Tal constatação culminou, segundo Miguel Altieri e Clara Nicholls (2000), na criação da unidade de estudo denominada de agroecossistema, que, de acordo com Francisco Caporal e José Antônio Costabeber (2002, p. 14), são:

“(...) unidades geográficas e socioculturais [onde] ocorrem os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações sócioeconômicas, constituindo o lócus onde se pode buscar uma análise sistêmica e holística do conjunto destas relações e transformações.”

Tal conceito nos leva à segunda consideração, uma vez que evidencia que a interação de todos esses fatores resulta em realidades específicas e únicas. Compreendendo dessa maneira, o ideal de padronização técnica disseminado pela ciência agrônômica tradicional revela-se obsoleto e inapropriado para o objetivo estipulado pela agroecologia de equilibrar o potencial e a eficiência produtiva com os impactos negativos da intervenção no meio ambiente⁴³. Assim, é condição *sine qua non* para a realização desse objetivo que se compreenda especificamente cada agroecossistema onde se pretende atuar, e para isso, ninguém melhor que as populações locais rurais para contribuir na construção do conhecimento acerca do espaço onde vivem e trabalham. Ou seja, apesar de se conceituar agroecologia como “conjunto de disciplinas científicas”, seu pensamento é

⁴² Miguel Altieri e Stephen Gliessman são considerados pioneiros e principais divulgadores da proposta agroecológica (SILIPRANDI, 2015)

⁴³ Salientamos que esse sistema de produção, ao objetivar o aumento da produtividade, exigia a maior homogeneização e simplificação dos sistemas agrícolas (monoculturas), facilitando a aplicação do que foi chamado de “pacote tecnológico”, o qual incluía uma série de produtos industriais como insumos, fertilizantes, herbicidas, máquinas diversas e sementes modificadas, além de uma racionalidade diferenciada, pautada na *ciência*. Como bem evidencia Miguel Altieri e Clara Nicholls (2000, p. 13) “*Los paquetes tecnológicos homogéneos no son adaptables a la heterogeneidad campesina y sólo funcionan en condiciones similares a las de los países industriales y a las de las estaciones experimentales.*”

pluriepistemológico ao operar com base em conhecimentos científicos e saberes populares (Sevilla Guzmán, 2005, p. 1, *apud* Siliprandi, 2015, p. 87).

A terceira consideração a partir do conceito utilizado aqui, é que nele se evidencia que a agroecologia não se trata de um modo de produção agrícola, mas, sobretudo, de um suporte para identificar e implementar projetos de agricultura alternativos ao convencional e mais condizentes com as condições específicas de cada agroecossistema⁴⁴ e com a demanda da população. Além do equívoco de considerar a agroecologia simplesmente como um modo de produção, é costumeiro identificá-la como movimento filosófico, movimento social ou política pública (CAPORAL; COSTABEBER, 2002). Consideramos que essas confusões são resultados da própria maneira como surgiu a agroecologia, pois, diferente da ciência tradicional desenvolvida isoladamente em laboratórios e estações experimentais, o desenvolvimento da agroecologia ocorreu paralelamente às lutas sociais rurais em diversos países (SILIPRANDI, 2015), de modo que ambas se retroalimentavam.

O quarto e último item que queremos chamar a atenção no conceito de agroecologia, se refere ao uso da noção de sustentabilidade. Esse termo ganha maior visibilidade na década de 80 com a publicação do Relatório Brundland em 1987, que elaborava uma forte crítica ao modelo produtivista. Assim, se por um lado, essa noção passa a “(...) definir os termos do debate sobre os complexos problemas nas relações entre ambiente e desenvolvimento” (LIMA; CARMO, 2006, p. 54), por outro, começa a ser utilizado acriticamente, o que pulveriza seu conteúdo⁴⁵. Nesse momento histórico, também nota-se um movimento de crescente ecologização da agricultura, a partir do qual surgem propostas alternativas de desenvolvimento rural que podem ser classificadas em dois grandes grupos: as de caráter ecotecnocráticas e as ecossociais.

⁴⁴ Uma das metodologias utilizadas para esse fim é a de indicadores de sustentabilidade. Segundo alguns autores, “a sustentabilidade pode ser avaliada e ou mensurada por indicadores socioeconômicos, culturais e ambientais de um dado sistema.” (MENDONÇA, 2011, p. 6). Para mais informações sobre indicadores de sustentabilidade, ver: Deponti e Almeida (sem data); Altieri e Nicholls (2000).

⁴⁵ Essa mesma situação ocorre com outras noções, como gênero, empoderamento, entre outros.

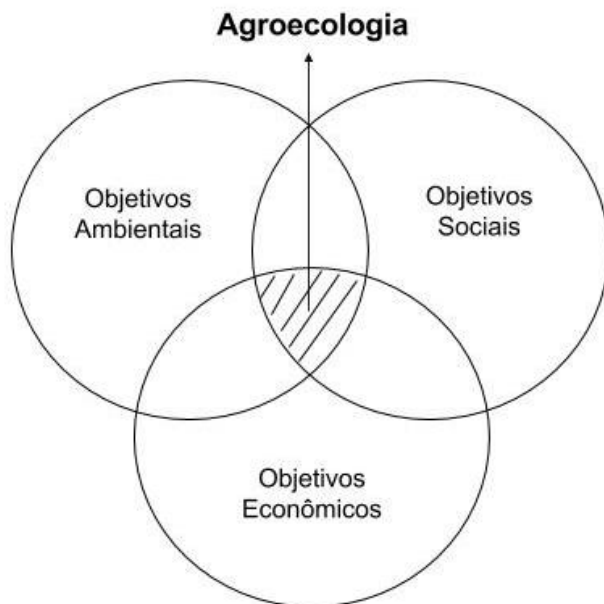
As correntes ecotecnocráticas integram o fator “meio ambiente” em suas análises e chegam a adotar algumas práticas “sustentáveis” como a produção orgânica (sem o uso de agrotóxico), mas por deixarem de questionar o modelo de desenvolvimento hegemônico e suas consequências para a sociedade, são conhecidas como “capitalismo verde” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004). Ou seja, para essas correntes o meio ambiente é apenas mais um recurso a ser gerenciado (Siliprandi, 2009), ou mais bem gerenciado, uma vez que apresentando sinais de desgaste, dificulta a manutenção do padrão de consumo e do crescimento econômico ilimitado.

Já as propostas ecossociais partem da premissa de que as relações entre os agentes sociais e os ecossistemas são inseparáveis, desconstruindo a ideia de que desenvolvimento humano se expressa pelo crescimento econômico e elaborando críticas às políticas globalizantes e imperialistas. A agroecologia, portanto, se localiza nessa segunda perspectiva, onde “(...) a natureza não é negada e substituída por outros processos de produção, mas atua como aliada, fundamentando padrões de orientação de gestão produtiva” (Brandenburg, 2002, p. 15).

Dentro dessa perspectiva, portanto, recorremos à conceituação de sustentabilidade de Siliprandi (2015, p. 81), segundo a qual está compreendida como “a capacidade de esses processos perdurarem no tempo, conciliando a atividade agrícola e a manutenção das características ecológicas do ambiente, e proporcionando meios de vida dignos para as pessoas envolvidas”. Essa formulação não apenas amplia a visão econômica que compreende o meio rural estritamente como um espaço de produção agrícola, mas também enfatiza que nesse ambiente é onde a vida acontece e precisa ser de boa qualidade⁴⁶. Ou seja, a agroecologia como proposta de sustentabilidade se localiza na intersecção de objetivos econômicos, ambientais e sociais, conforme pode ser observado na figura a seguir:

⁴⁶ Além disso, compreendemos que as propostas de desenvolvimento rural orientadas pela perspectiva econômica dominante são, na maior parte das vezes, propostas de desenvolvimento agrícola, o que nos força a usar sempre o adjetivo “sustentável” para demarcar a diferença.

Figura 1: Agroecologia na intersecção entre objetivos ambientais, sociais e econômicos.

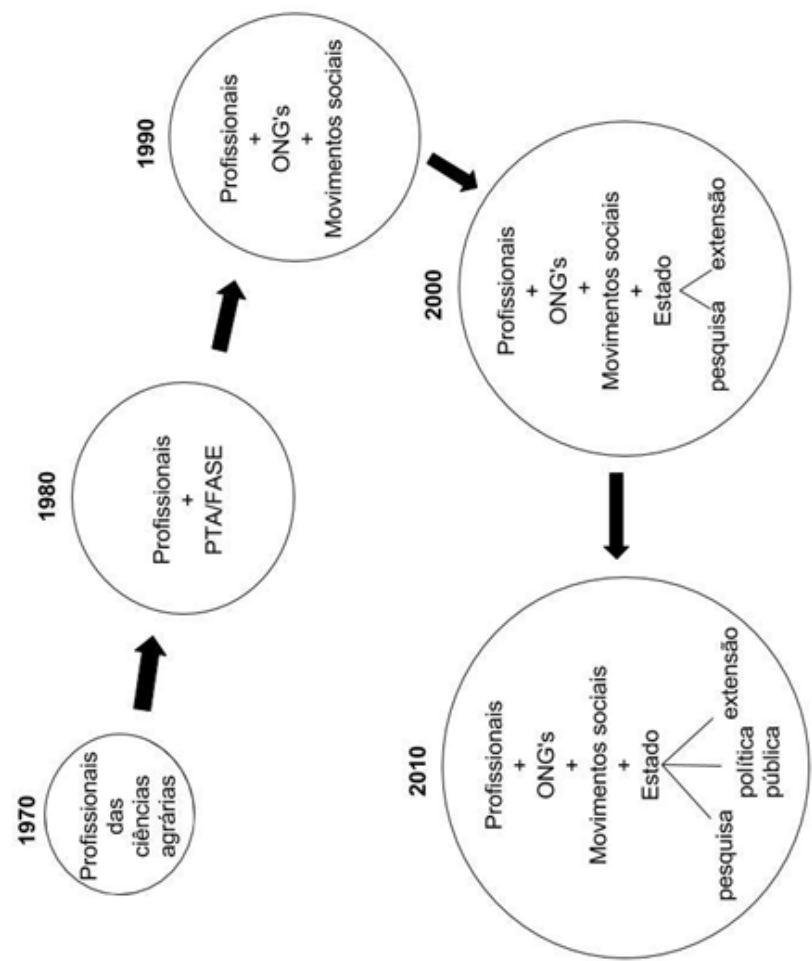


Adaptado de Altieri & Nicholls, 2000, p. 22

3.2 Agroecologia no contexto brasileiro

Nessa sessão, faremos algumas considerações sobre a trajetória da agroecologia no contexto brasileiro, tarefa não muito fácil uma vez que além de não ser linear, esse caminho foi construído por uma multiplicidade de sujeitos. Assim, apenas para colaborar com a linha de raciocínio, elaboramos um quadro simplificado que pretende mostrar a evolução da discussão:

Figura 2: Evolução do debate sobre agriculturas alternativas e agroecologia no Brasil, por décadas.



Fonte: elaborado pela autora.

De maneira similar a diversas regiões do mundo, a história da agroecologia no Brasil começou como a história das agriculturas alternativas na década de 1970. As primeiras proposições nesse sentido, segundo Cleber Bosseti (2013), emergiram em um contexto bastante específico de denúncias sobre as consequências do modelo produtivista⁴⁷. Considerando a amplitude do modelo de desenvolvimento vigente, no entanto, não é surpresa que essas críticas não tenham sido bem acolhidas, chegando até mesmo a serem hostilizadas por acadêmicos e órgãos de extensão rural que acreditavam na supremacia das técnicas convencionais.

A partir dos anos 80, ocorreram os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA), onde a princípio o público majoritário era composto por profissionais das ciências agrárias. Com a consolidação do processo de abertura política, porém, o público participante desses encontros se ampliou significativamente⁴⁸, integrando profissionais, movimentos sociais, experiências autônomas de agricultores e organizações governamentais e não-governamentais.

Nesse sentido, de ampliação do público, o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA)⁴⁹ teve um papel importante. Esse projeto tinha por objetivo identificar, sistematizar e difundir tecnologias alternativas geradas pelos próprios agricultores de todas as partes do país. Dessa maneira, com a ponte feita pelo PTA entre os profissionais já articulados através dos EBBA e agricultores, ampliou-se o rol de experiências a partir das quais eram elaboradas as propostas dos profissionais das ciências agrárias, até então poucas e que não representavam a diversidade da população rural, nem suas demandas específicas. De acordo com Paulo Petersen e Silvio Almeida (2006), nessa época já estavam sendo criadas as primeiras associações de produtores orgânicos

⁴⁷ As primeiras observações e críticas vieram dos profissionais das ciências agrárias, que tiveram papel fundamental também para as primeiras formulações de propostas alternativas para a agricultura.

⁴⁸ Em 1981 ocorreu o 1º EBAA em Curitiba, onde se formulou um primeiro conceito de agricultura alternativa; o 2º foi Petrópolis (RJ) em 1984; o 3º em Cuiabá (MT) em 1987 e o 4º em Porto Alegre (RS) em 1989. Nota-se uma crescente participação, pois se no primeiro participaram apenas 400 pessoas, no último o público era de 4000 (LUZZI, 2007; SILIPRANDI, 2015).

⁴⁹ Esse projeto contava com o apoio da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e da ONG FASE, e foi iniciado em 1983 através do financiamento pela cooperação técnica francesa (LUZZI, 2007)

em alguns estados brasileiros, no entanto, essas experiências eram conduzidas basicamente por neo-rurais (de classe média e agrônomos) e que se consolidaram a partir da exploração de um nicho de mercado crescente, mas seletivo. Dessa maneira, conforme afirmam os autores,

“(...) embora tenham cumprido o papel fundamental de introduzir junto à população urbana a preocupação com os riscos de contaminação dos alimentos pelos insumos sintéticos, essas associações, pela sua própria natureza, não se colocaram o objetivo de atuar no enfrentamento dos processos estruturais responsáveis pela expropriação dos produtores familiares no país.” (PETERSEN; ALMEIDA, 2006, p. 19)

Para Nilsa Luzzi (2007) o PTA representou a vertente de cunho mais social dos EBAA⁵⁰, tendo sido responsável por introduzir os temas dos “agricultores como sujeitos de mudança” e da “valorização do conhecimento social” nas discussões do movimento de agricultura alternativa.

Já a aproximação dos movimentos sociais rurais aos debates da agricultura alternativa se deu de maneira diversa, de acordo com a perspectiva de cada movimento, mas de maneira geral ocorreu na medida em que os movimentos iam percebendo as consequências do modelo de desenvolvimento ao qual eles historicamente lutavam para fazer parte: além do esgotamento dos recursos naturais, multiplicava-se o endividamento de agricultores pela aquisição de pacotes tecnológicos. Assim, embora desde meados de década de 1980 já houvesse alguns movimentos sociais (ou pelo menos algumas parcelas dos mesmos) dispostos a reorientar suas pautas no sentido de pleitear um modelo de desenvolvimento alternativo e sustentável, será especialmente a partir da década seguinte que esse compromisso será formalmente estabelecido⁵¹.

⁵⁰ A autora sugere que a partir do III EBAA, pode-se distinguir três vertentes entre os participantes: técnica, político-ideológica e social. (LUZZI, 2007, p. 29-30)

⁵¹ Para citar dois exemplos: o MST e o MMC redefiniram formalmente suas demandas após a sua vinculação à Via Campesina, respectivamente, em 1997 (LUZZI, 2007), e em 2004 (BONI, 2012). Segundo Valdete Boni (*ibidem*), a Via Campesina é um movimento internacional que tem a Reforma Agrária e a

Consideramos que a emergência de novos atores na discussão contribuiu para a ampliação do debate em torno das agriculturas alternativas e, mais que isso, inseriu aspectos sociais e políticos nas discussões técnicas e teóricas feitas até então por um seleto grupo de especialistas. Essa nova configuração do debate, especialmente a partir da década de 1990, repercutiu na consolidação da agroecologia como uma espécie de guarda-chuva conceitual, onde se acomodam os variados modelos de agriculturas alternativas⁵².

No âmbito estatal, a agroecologia começou a ter maior ênfase nos anos 2000, especialmente após o início do Governo Lula, em 2003, pressionado pelos movimentos sociais. Isso se relaciona com a constatação de Cleber Bosseti (2013, p. 129), de que, nesse momento, “no que se refere aos espaços institucionais relacionados à agricultura, parece ter ocorrido uma ampliação dos canais de comunicação entre Estado e os diferentes segmentos sociopolíticos”, de modo que algumas demandas históricas foram, se não atendidas, ao menos ouvidas. Ressaltamos três marcos dessa interação entre Estado e agroecologia: 1. A criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) em 2003; 2. a publicação do Marco Conceitual em Agroecologia da Embrapa em 2006, e, 3. A elaboração da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) em 2012, que culminou em 2013 no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

soberania alimentar como suas principais bandeiras de luta, estando presente na Ásia, África, América e Europa, onde coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras.

⁵² Chamamos a atenção para o fato de que essa mudança não ocorreu exclusivamente no contexto brasileiro, mas na própria formulação da agroecologia. Ou seja, em âmbito mundial Miguel Altieri é certamente o principal expoente da Agroecologia enquanto ciência, tendo publicado em 1980 sua primeira obra sobre o tema, sendo de 1983 o trabalho *Agroecology, the Scientific Basis of Alternative Agriculture* [Agroecologia, Bases Científicas para a Agricultura Alternativa], até hoje importante referencial na área. Antônio Buainain (2006, p. 57), no entanto, afirma que foram em trabalhos posteriores que Altieri (agrônomo de formação) passou a incorporar elementos políticos e sociais à sua perspectiva científica, característica essa que se torna fundamental para o enfoque agroecológico.

Sobre a Política Nacional de ATER de 2003, ressaltamos que sua criação foi resultado do diálogo com cerca de cem entidades (governamentais e não governamentais), em cinco cidades pelo Brasil. Essa política buscou diferenciar-se técnica e metodologicamente das políticas de assistência técnica e extensão rural anteriores, caracterizadas principalmente pelas práticas de transferência de tecnologias modernas, como vimos rapidamente no capítulo anterior. Dessa maneira, além da garantia da ATER ser pública, gratuita e direcionada exclusivamente para o segmento identificado como agricultura familiar, a proposta afirma que os serviços oferecidos “devem priorizar o uso de metodologias participativas, de tecnologias que preservem o meio ambiente e a gestão compartilhada do sistema” (LUZZI, 2007, p. 145).

Da mesma forma que as instituições de assistência técnica e extensão rural, a principal instituição de pesquisa agropecuária do Brasil, a saber, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), também esteve durante um longo período a serviço, exclusivamente, de um modelo específico de desenvolvimento rural, sendo considerada com um dos pontos de sustentação do projeto de modernização (BOSSETI, 2013). Nilsa Luzzi (2007) indica que dentro da própria Embrapa, desde 1985 surgiram iniciativas que propugnavam a ampliação do escopo de atuação institucional a partir da inserção da perspectiva de base ecológica, mas que tais iniciativas eram, no entanto isoladas e surtiram pouco efeito⁵³. Somente a partir da década de 90 é que o conceito de agroecologia começa a ser incorporado nas pesquisas, ganhando realmente destaque no final dessa década⁵⁴ e início da seguinte. Do ano 2000 a 2005 ampliou-se gradativamente os trabalhos com agroecologia⁵⁵, culminando em 2006 na institucionalização da

⁵³ A primeira dessas iniciativas foi o “Programa de Pesquisa para Agricultura Alternativa”, mas como indica Luzzi (2007), esse projeto, apesar de inovador, foi considerado um fracasso: um dos obstáculos, certamente, foi a falta de articulação entre os pesquisadores internos da Embrapa com novo presidente Luiz Carlos Pinheiro Machado, que assumiu a diretoria com uma equipe externa.

⁵⁴ Em 1999 realizou-se o I Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia, na sede da Embrapa Agrobiologia, no Rio de Janeiro, evento de importante repercussão dentro da instituição (Luzzi, 2007)

⁵⁵ Uma das referências já utilizadas aqui, o livro “Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável”, cujos editores técnicos

agroecologia pela Embrapa, através da publicação do Marco Referencial da Agroecologia. O processo para a elaboração desse documento envolveu 32 centros de pesquisa da instituição de diversas regiões do país, representantes do governo federal e de movimentos sociais, com o objetivo principal de estabelecer um programa institucional de pesquisa a ser adotado pela empresa. Apesar desse esforço, Nilsa Luzzi (2007, p. 154) afirma que:

“As pesquisas continuam sendo orientadas pela lógica clássica (por produto, disciplinar, delineamento experimental clássico, superioridade do conhecimento científico, realizada em condições artificiais), que não é adequada ao desenvolvimento de pesquisas com enfoque agroecológico. O desenvolvimento de pesquisas participativas que incorporam a complexidade do agroecossistema e o respeito ao meio ambiente ainda é amplamente minoritário nas instituições de pesquisa”⁵⁶.

Mais recentemente, em 2012, foi elaborado a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), que, de certa forma, pode ser considerada como o avanço mais significativo do Estado para o reconhecimento e apoio da agroecologia enquanto perspectiva de desenvolvimento rural. Tal política visa, sobretudo:

“(...) integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base ecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais

eram Adriana Maria de Aquino e Renato Linhares de Assis, foi produzido pela Embrapa no ano de 2005, ou seja, anterior ao elaboração do Marco Referencial.

⁵⁶ A tese de doutorado de Nilsa Luzzi em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ) foi publicada em 2007, portanto, imediatamente após o lançamento do Marco. A autora mesma pondera sua avaliação sobre a insuficiência das mudanças em curso, pois o fato de existirem “(...) demonstra, por outro lado, que o conhecimento agroecológico está em construção, tanto no meio acadêmico-científico como nas experiências práticas” (2007, p.154)

e da oferta e consumo de alimentos saudáveis” (BRASIL, 2012).

O esforço para a implementação da política incide como compromisso entre União, Estados e municípios e a gestão por duas instâncias (Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO – e Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO) busca integrar tanto representantes de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, como também de entidades da sociedade civil. Na PNAPO foram lançadas as sete diretrizes que deveriam orientar as ações:

I - promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica isentos de contaminantes que ponham em risco a saúde;

II - promoção do uso sustentável dos recursos naturais, observadas as disposições que regulem as relações de trabalho e favoreçam o bem-estar de proprietários e trabalhadores;

III - conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal baseados em recursos renováveis, com a adoção de métodos e práticas culturais, biológicas e mecânicas, que reduzam resíduos poluentes e a dependência de insumos externos para a produção;

IV - promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal, e priorizem o apoio institucional aos beneficiários da Lei nº 11.326, de 2006;

V - valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, especialmente àquelas que envolvam o manejo de raças e variedades locais, tradicionais ou crioulas;

VI - ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica; e
VII - contribuição na redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres. (BRASIL, 2012)

A partir dessas diretrizes, foram estabelecidos os desafios e as metas para o 1º Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO)⁵⁷, lançado em 2013 e cujo prazo para a execução foi estabelecido para três anos. Pelo propósito dessa dissertação, nos interessa ressaltar que o reconhecimento das mulheres rurais é sinalizado no Planapo como ponto estratégico, devido ao “importante papel exercido pelas mulheres na produção de alimentos e na preservação dos recursos naturais” (Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica, 2013, p. 22). Esse reconhecimento é resultado de décadas de mobilização tanto de correntes feministas na academia, mas principalmente das mulheres rurais, que além de exigirem transformações no modelo de desenvolvimento, disputaram e continuam disputando espaço dentro do campo agroecológico mesmo, como será visto a seguir.

3.3 As mulheres na agroecologia

De maneira geral, é aceito entre os teóricos que a agroecologia enquanto ciência buscou estabelecer-se a partir da crítica à própria ciência, especialmente quanto à compartimentalização dos campos e à hierarquização dos saberes, visando, sobretudo a transformação dos modelos de desenvolvimento insustentáveis para outros, mais sustentáveis. Como vimos também, essa promessa e/ou compromisso parece alcançar, ao longo do tempo, parcelas crescentes de profissionais,

⁵⁷ Além do PLANAPO, outros instrumentos da PNAPO são: crédito rural e outras modalidades de financiamento; seguro agrícola e de renda; preços agrícolas e extrativistas (mecanismos de regulação e compensação de preços); compras governamentais; medidas fiscais e tributárias; pesquisa e inovação tecnológica; assistência técnica e extensão rural; formação profissional e educacional; mecanismo de controle da transição agroecológica; sistemas de monitoramento e avaliação da produção (BRASIL, 2012)

movimentos sociais, ONG's e instituições estatais, embora não esteja livre de críticas.

As críticas podem ser provenientes de outras perspectivas que disputam o campo onde se define os modelos de desenvolvimento rural⁵⁸ ou de dentro da própria agroecologia, pela observação de profissionais que buscam integrar questões e ampliar as possibilidades de transformações possíveis. Nesse trabalho, nos propomos a analisar, dentro do segundo conjunto de críticas, algumas considerações de autoras feministas sobre a proposta agroecológica, tanto na produção científica/teórica como na prática.

Para iniciar, a filósofa Donna Haraway, em sua crítica sobre a objetividade da ciência, afirma que:

“As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm. Nas categorias filosóficas tradicionais, talvez a questão seja ética e política mais do que epistemológica.” (HARAWAY, 1995, p. 15)

Assim, apesar de a proposta agroecológica se posicionar a favor de uma explicação mais ampla do mundo, o que se pode perceber especialmente pela afirmação do conceito de agroecossistemas, algumas feministas demonstram que há aspectos importantes que não são observados e que implicam em reprodução de relações insustentáveis, como é o caso da desigualdade de gênero no meio rural. Nesse sentido, cabe a ressalva de Miriam Abramovay e Mary Castro (1997, p. 19), de que “o desenvolvimento será sustentável e equitativo quando homens e mulheres participarem de forma igualitária, em todos os níveis, da tomada de decisão”.

De certo modo Emma Siliprandi (2015) corrobora essa posição ao defender que não basta introduzir superficialmente a reflexão de

⁵⁸ Essa questão é discutida com propriedade na tese de doutorado de Cleber Bosseti (2013), intitulada “Perspectivas de desenvolvimento rural em disputa no Brasil”.

gênero, é preciso ir mais a fundo para compreender as relações de poder que incidem entre homens, mulheres e famílias. No entanto, como afirma essa mesma autora,

“(…) parece existir um ‘vazio de análise’ entre o nível micro enfocada pelas teorias agroecológicas (o agroecossistema) e o nível macro (as comunidades rurais, os “camponeses”, os “indígenas”, a “agricultura familiar”), um espaço que merece ser analisado, no qual se encontram as pessoas concretas, homens e mulheres que trabalham na agricultura.” (SILIPRANDI, *ibidem*, 2015, p. 95)

Se a autora identifica e denuncia um “vazio de análise” sobre as pessoas que fazem a agricultura, esse vazio é ainda mais significativo no caso das mulheres agricultoras, que, como demonstraremos a seguir, aparecem muito pouco nas formulações teóricas da agroecologia. Isso porque, apesar das diversas críticas à ciência hegemônica, ainda é comum entre os teóricos a estratégia de trabalhar com o indivíduo universal ou com a unidade de análise em termo de família rural. Recorremos ao termo “estratégia” porque consideramos que há implicações ardilosas nesses modos de produzir ciência, que inevitavelmente impõem restrições para um grupo específico, o das mulheres, e resultam em benefícios a outro, formado pelos homens. E isso não se restringe ao campo científico, mas expande-se para todos os outros aspectos da vida social da humanidade, especialmente após a expansão do liberalismo. De acordo com Lourdes Bandeira,

“(…) se o pensamento científico fundador propugnava a ideia de um sujeito ‘masculino universal’, o que equivaleu à exclusão feminina tanto da produção da ciência como de sua história, após a Revolução Francesa, o pensamento liberal garantiu a cidadania masculina e suspendeu as conquistas de lideranças femininas na política nas últimas décadas do Antigo Regime”. (BANDEIRA, 2008, p. 213)

A utilização do indivíduo universal como unidade básica de análise, pressupõe neutralidade: sujeito sem raça, gênero e/ou classe social. Para uma parte das feministas, a questão não é a inexistência

desse sujeito, mas a representação de uma parte muito específica dos sujeitos (homens, ocidentais, adultos, etc)⁵⁹. Sendo apenas sobre esses sujeitos específicos que se criam teorias e se estabelecem planos e metas, os demais se tornam invisibilizados, embora não menos importantes para a manutenção geral da vida, conforme visto no capítulo anterior sobre a divisão sexual do trabalho.

Dessa maneira, percebemos que, embora a ciência agroecológica se construa pela articulação entre conhecimentos científicos e saberes populares, na maior parte das vezes tais saberes são referenciados como sendo exclusivamente do *agricultor*, como representante de um conjunto amplo do meio rural. Inocência ou não, a falta de crítica e de ampliação do olhar dos pesquisadores corrobora para a permanência de práticas e ideias nas quais as mulheres, bem como crianças e/ou idosos, apareçam como complemento desse sujeito, reunidos pelos laços da família nuclear.

Nesse caso, a reflexão sobre a família e os sistemas de produção baseados na mão de obra familiar tem uma importância fundamental. Pois, se por um lado a agricultura familiar tem características reconhecidamente compatíveis com as propostas de sustentabilidade, especialmente por trabalhar a partir de uma lógica específica, na qual seus valores decorrem de uma simbiose entre ecossistema e aqueles que trabalham na terra (FINATTO & SALAMONI, 2008), por outro, esse sistema produtivo geralmente é uma “armadilha” para as mulheres, visto que as relações de exploração no seu interior são obscurecidas pelo cunho afetivo que se atribui às suas atividades (GARCIA, *et al.*, 2013).

Poderíamos demonstrar através de inúmeros exemplos na literatura científica que as mulheres não estão presentes em parte alguma ou, quando estão, são vinculadas aos “tradicionais papéis de gênero”, como é o caso encontrado na publicação de Miguel Altieri e Clara Nicholls, que diz:

“Los huertos están en continua producción todo el año y son fáciles de manejar en forma intensiva

⁵⁹ A crítica da Economia Feminista, por exemplo, incide sobre a utilização da referência ao *homo economicus* pela economia hegemônica, pois isso leva a descon siderações acerca das condições diferenciadas nas quais estão assentadas diversas relações de poder, entre elas as de gênero. A justificativa para se recorrer ao conceito de “*homo economicus*”, porém, passa pela busca de objetividade, a qual para a economia é representada exclusivamente através de modelos matemáticos.

al estar tan convenientemente cerca de la casa. Estos pueden ser fertilizados con desperdicios de la cocina, reciben riego suplementario con agua de pozo y son atendidos por mujeres y niños en sus tiempos libres”. (ALTIERI; NICHOLLS, 2000, p. 200)

A partir dessa afirmação, poderíamos retomar vários pontos já discutidos no capítulo anterior, como o entendimento de trabalho, de trabalho leve, de trabalho de mulher, de tempo livre, entre outros. No entanto, queremos apenas evidenciar que nessa publicação de 257 páginas, daquele considerado um dos principais expoentes da agroecologia em nível mundial, aparecem apenas quatro referências específicas sobre mulheres, em duas delas explicitamente como ajudante do marido e nas outras duas de maneira um pouco diferenciada: uma indicando, em duas linhas, a capacidade de reconhecimento de espécies vegetais por um grupo de mulheres nômades e a outra que informa – com certa surpresa⁶⁰ – a participação de mulheres em projetos de manejo dos recursos naturais.

De acordo com o levantamento de Emma Siliprandi (2015), em âmbito global, Joan Martínez Alier é o autor mais próximo dos teóricos da agroecologia que abordam as questões de gênero e de resistência das mulheres. No livro “Ecologismo dos Pobres” (2011), Alier dedica uma sessão à discussão “gênero e meio ambiente”, baseando suas formulações em trabalhos de feministas, especialmente Bina Agarwal e suas propostas para um “ambientalismo feminista”⁶¹. Dessa maneira, Alier busca demonstrar que a preocupação das mulheres rurais com o

⁶⁰ Segue a citação: “*Por medio del uso de metodologías de desarrollo de la capacidad de autogestión, los miembros de las comunidades rurales, inclusive de grupos de mujeres e indígenas, aprenden no sólo sobre los instrumentos técnicos para el manejo sustentable de los recursos naturales, sino que además aprenden a lograr el reconocimiento y el poder político necesario para asegurar resultados duraderos*”. (ALTIERI; NICHOLLS, 2000, p. 109, grifo nosso)

⁶¹ Essa proposta vem em contraposição ao ecofeminismo essencialista, corrente criticada por Bina Agarwal por entender que essa vertente feminista reforça a vinculação entre gênero e meio ambiente numa perspectiva biologizante e sem considerar as fontes materiais da dominação das mulheres. Para Agarwall, isso levaria a “(...) uma generalização da categoria mulher como um todo unitário, sem diferenciar raça, etnia, casta, classe, etc.” (in: Siliprandi, 2015, p. 73)

meio ambiente está relacionada menos com uma “empatia biológica intrínseca entre as mulheres e a natureza” e mais com o seu “papel socialmente construído como provedora do *oikos*”, o que as levaria a ter “compromisso cotidiano mais estreito com a utilização da natureza” (2011, p. 283) visando a manutenção da família⁶².

Na literatura produzida no Brasil sobre agroecologia, as mulheres agricultoras vão aparecer pela primeira vez em meados dos anos 1990, nos trabalhos de Maria Emília Pacheco fundamentados pelos referenciais da economia feminista (SILIPRANDI, 2015). Dessa maneira, Maria Emília Pacheco insere a questão a partir da divisão sexual do trabalho e da invisibilidade da mulher nos sistemas de produção convencionais, os quais se orientam pela lógica familiar. Para essa autora, os projetos agroecológicos deveriam não somente reconhecer as mulheres e suas atividades, mas, sobretudo, destacá-las como sujeitos dos espaços de produção (SILIPRANDI, 2015).

As formulações de Maria Emília Pacheco são resultados do seu trabalho como assessora da Fase (ONG que apoiou o Projeto Tecnologias Alternativas), quando teve oportunidade de participar de encontros de discussão sobre agroecologia e perceber que poucas mulheres participavam. Essa baixa participação das mulheres nos espaços de discussão, no entanto, não significava necessariamente que elas não participavam ou não tinham interesse em participar no desenvolvimento de projetos agroecológicos⁶³, o que pôde ser claramente percebido a partir dos anos 2000, quando são realizados vários trabalhos acadêmicos focados nessa perspectiva. É interessante perceber que entre todas as pesquisas indicadas por Emma Siliprandi

⁶² Essa perspectiva nos é interessante nesse trabalho porque embasa nossa escolha de campo: trabalhar com grupos mistos ao invés de com o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), cujo trabalho com agroecologia é considerável, mas que se alinha às correntes ecofeministas, conforme afirma Valdete Boni (2012).

⁶³ Meizen-Dick et. al, em documento da FAO de 2014, afirmam que “(...) embora as mulheres possam estar interessadas em participar de reuniões, elas frequentemente estão sobrecarregadas com o cuidado das crianças, com a preparação da comida e com as atividades agrícolas e, portanto, não conseguem inserir as reuniões de grupo no seu dia de trabalho” (*ibidem*, p. 254, tradução livre nossa)

(2015), realizadas nessa época e sob essa perspectiva, nenhuma delas foi feita por homens⁶⁴.

Ainda no contexto de produção de conhecimento teórico, voltemos rapidamente nossa atenção para o Marco Referencial em Agroecologia, elaborado pela Embrapa em 2006, com a colaboração direta de dezesseis profissionais, entre os quais apenas duas eram mulheres. Com exceção do prefácio, escrito por Paulo Petersen (então diretor executivo da AS-PTA)⁶⁵, não há uma única referência às mulheres agricultoras ou à sua contribuição para a construção e disseminação da agroecologia.

De alguma maneira, a permanência da invisibilidade das mulheres rurais na produção científica e teórica nos leva a pensar 1. que a discussão de gênero ainda é considerada um tema para “mulheres”; 2. é de menor importância para o referencial agroecológico; 3. que a crítica ao modelo hegemônico de desenvolvimento proposto pela agroecologia não atingiu a questão em sua totalidade, de modo que ainda dependa das mulheres, tanto da academia como dos movimentos sociais, a inserção de perspectivas que ampliem a tradicional visão de mundo e rompa com os padrões patriarcais.

A partir dessas considerações acerca das mulheres na teoria, faremos agora uma breve discussão sobre a prática agroecológica. Visando a sistematização, vamos nos basear em alguns pontos identificados por Siliprandi (2015) em estudos realizados nos anos 2000 (e já citados), que podem contribuir para promover a visibilização das mulheres rurais e valorização das suas atividades:

1. A valorização de atividades tradicionalmente realizadas por mulheres (horta, beneficiamento de alimentos) e/ou que as envolva em distintas etapas do processo produtivo;
2. A valorização do ‘cuidado’ (natureza e pessoas);
3. A participação de todos os membros da família;
4. O estímulo à participação das mulheres em cursos e seminários por ONG’s, Estado, financiadoras e movimentos sociais;

⁶⁴ A autora cita os trabalhos de Elenice Pastore (2003), de Karen Karam (2004), de Patrícia Mourão (2004) e Inês Claudete Burg (2005).

⁶⁵ De todo modo, a indicação de que “existem mulheres no meio rural” no prefácio de Paulo Petersen se encontra apenas por conta das declinações linguísticas, invariavelmente “agricultores e agricultoras” (EMBRAPA, 2006)

5. A participação nas feiras (e outros espaços públicos), pois possibilita não só o contato com outras pessoas, mas também o reconhecimento social do trabalho, refletindo no aumento da autoestima;
6. A possibilidade de ter rendas mais permanentes, pois isso aumentaria o poder de barganha dentro da família e a autonomia.

Como vimos no capítulo anterior, mesmo após o redirecionamento produtivo dos estabelecimentos rurais terem reduzido as áreas de policultivos para o consumo próprio, a responsabilidade pela alimentação do núcleo familiar permaneceu sobre as mulheres. Se em algumas situações a renda advinda da comercialização dos produtos era suficiente para a manutenção da família, isso não significa necessariamente que as compras de alimentos o eram, especialmente em casos em que a decisão de comprar não incidia sobre a mesma pessoa que tinha a responsabilidade de alimentar. Em outras situações, a renda da comercialização (ou da venda de trabalho) realmente não era substancial para manter as necessidades familiares. Dessa maneira e visando “cumprir seu papel”, as mulheres rurais buscaram manter uma certa produção de alimentos para consumo, de forma que acumularam e preservaram conhecimentos, técnicas e sementes que passam a ser interessantes na perspectiva agroecológica. Tais saberes, no entanto, não são importantes apenas quando se enfatiza questões como segurança e soberania alimentar, mas também o são quando se visa recuperar a biodiversidade e/ou a cultura local, por exemplo.

Além da responsabilidade pela alimentação da família, as mulheres tradicionalmente se ocuparam com as atividades de cuidado, que poderíamos dividir em pelo menos dois níveis (embora diretamente integrados): cuidado com a natureza e cuidado com as pessoas. Por um lado está claro que, na perspectiva agroecológica, a atenção ao meio ambiente seja um ponto resolvido, visto que toda a sua formulação teórica se baseia na necessidade de recolocar a natureza como central no processo produtivo, e não como um simples “meio” no qual se realizam atividades. Dessa maneira, ao converter o sistema de produção convencional para outro de base ecológica, o estabelecimento de certa forma se compromete em buscar formas de trabalhar em cooperação com a natureza. Por outro lado, porém, o cuidado com as pessoas parece ser colocado mais no sentido de fornecer alimentos orgânicos, ou gerar ocupação, e menos com as atividades indispensáveis do cotidiano,

conforme discutimos no capítulo anterior. Consideramos que a falta de discussões acerca da divisão sexual do trabalho pode comprometer a transformação mais radical nas formas de compreensão do cuidado, de maneira que o cuidado das pessoas permaneça sendo considerado como atividade de mulher.

Sobre a participação de todos os membros da família em projetos de base ecológica, isso ocorre porque a utilização de recursos poupadores de mão-de-obra, conforme propagados a partir da modernização da agricultura, não condiz com a perspectiva agroecológica em muitos sentidos, seja porque incidem em danos ao meio ambiente (uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, por exemplo), ou porque atrelam a agricultura às indústrias e ao mercado, tirando a autonomia dos agricultores; ou ainda porque se considera fundamental gerar ocupação produtiva no meio rural, como forma de criar condições de permanência da população no campo. Nesse aspecto, é interessante recorrer à Anita Brumer (1996) que ao analisar a inserção de mulheres rurais em atividades produtivas, infere que existe relação entre o tipo de produção, de tecnologia empregada e de divisão do trabalho, ou seja, segundo a autora, “(...) na pequena produção diversificada, com alto índice de produção para o autoconsumo, a participação das mulheres nos trabalhos produtivos é maior do que na grande produção de grãos, destinada ao mercado e baseada num elevado grau de utilização de máquinas” (*ibidem*, p. 41). No entanto, precisamos ter cuidado ao considerar que o aumento da participação da família nas atividades produtivas levaria necessariamente a uma ruptura do “monopólio gerencial do homem” (SILIPRANDI, 2015, p. 106), pois sem uma conscientização crítica, essa participação pode simplesmente acarretar mais trabalho para as mulheres, sem o correspondente reconhecimento e valorização.

Nesse sentido, o estímulo (e às vezes exigência) à participação das mulheres em cursos de formação e seminários por ONG's, Estado, agências financiadoras e movimentos sociais pode-se revelar um esforço para visibilizar a importância das mulheres em projetos de base ecológica. Como exemplo desse estímulo, voltemos nossa atenção para o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, de 2013, que apresenta como um dos seus objetivos, no eixo da produção, o reconhecimento e valorização do protagonismo das mulheres na

produção orgânica e agroecológica e o fortalecimento de sua autonomia econômica⁶⁶. Para tanto, constam entre as estratégias:

- Assegurar em todas as atividades de capacitação previstas no Plano a abordagem dos direitos e políticas referentes ao tema para as mulheres.
- Garantir a participação paritária entre agricultores e agricultoras participantes das ações de formação, capacitação e qualificação do PLANAPO.
- Garantir a participação de no mínimo 30% de mulheres na equipe técnica das ações de formação e capacitação.
- Promover a transição e produção de base agroecológica das mulheres por meio do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, revendo suas diretrizes, formas e instrumentos de organização, espaços das instâncias de gestão e participação social. (Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica, 2013, p. 58)

Considerando que até a Constituição de 1988 as mulheres rurais não tinham acesso a direitos trabalhistas básicos por não serem nem mesmo reconhecidas como agricultoras (SCHAAF, 2003), é indiscutível que a inserção desse ponto nos planos e metas de uma política de Estado é um grande avanço⁶⁷. Atentando-se especialmente para o incentivo à participação das mulheres agricultoras em cursos de formação e

⁶⁶ É perceptível que a dimensão econômica é central no estabelecimento dos objetivos e metas direcionadas para as mulheres no Planapo, no entanto, concordamos com Loreley Garcia (*et. al*, 2013) de que, quando se trabalha dentro dos referenciais feministas, mais do que identificar possibilidades de acesso à renda através de fontes alternativas, é preciso perceber em que medida as propostas favorecem a reorganização dos papéis sexuais, da divisão sexual do trabalho e se contribuem, de fato, para que as mulheres tenham mais poder e direitos.

⁶⁷ Emma Siliprandi (2015) recorda que quando o Plano foi lançado, a presidenta Dilma Rousseff enfatizou que, por meio dele, buscava-se atender a reivindicações específicas de movimentos de mulheres trabalhadoras rurais e camponesas, articuladas na Marcha das Margaridas de 2011.

seminários, cabe identificar de que maneira ocorre essa participação, quais são as funções assumidas pelas mulheres nesses espaços e como é a receptividade de suas contribuições.

Além da presença das mulheres na produção e em espaços formativos, também é fundamental que elas participem nas etapas de comercialização. Essa etapa se diferencia da maneira como é compreendida no modelo convencional de agricultura, onde a figura do atravessador é proeminente. Projetos de base agroecológica visam trabalhar a partir das propostas da economia solidária e de incentivo ao abastecimento local e regional como garantia de segurança alimentar. As feiras, nesse sentido, ganham importância por diversos motivos, entre eles porque os preços praticados podem ser tanto mais justos para os agricultores que vendem, quanto para os consumidores que compram, porque estimulam a proximidade e a confiança entre os envolvidos, porque favorece a visibilização de produtores e produtoras. Dessa forma, a presença das mulheres nas feiras podem repercutir positivamente para as mesmas, tanto na sua auto estima (por ter seu trabalho reconhecido e valorizado), como também por propiciar um contato maior com os recursos financeiros gerados pelo estabelecimento (BURG, 2005), embora isso não signifique necessariamente que elas se apropriem de tais recursos, seja para fins particulares ou mesmo comuns.

Essa discussão sobre o acesso a recursos financeiros e econômicos, porém, não é uma questão de menor importância, conforme demonstramos no capítulo anterior. Para complementar, gostaríamos apenas de enfatizar que a proposta agroecológica, ao estimular a diversidade produtiva, as formas alternativas de comercialização e valorizar produtos e serviços locais, poderiam potencializar a capacidade das mulheres de gerar rendas a partir de diferentes fontes. No entanto, a redistribuição mais equitativa dos recursos dentro das famílias depende, talvez, de um aprofundamento dos debates acerca da divisão sexual do trabalho.

Os fatores aqui assinalados (e outros) podem vir a favorecer as mulheres. Para isso, compreendemos que a discussão de gênero, tanto na academia como dentro do movimento agroecológico, é condição *sine qua non* para uma maior equidade, ou corre-se o risco de se repetir lógicas que expropriem as mulheres e afirmem a existência de um espaço e de um papel específico que elas precisam ocupar e atuar. No capítulo destinado à análise das entrevistas e dos dados, todos esses

pontos serão retomados e buscaremos inferir como são vivenciadas as experiências das mulheres do Núcleo Litoral Catarinense.

3.4 Algumas considerações acerca da Rede Ecovida de Agroecologia e do Núcleo Litoral Catarinense

Antes de passarmos para a análise das entrevistas, é interessante voltarmos nossa atenção ao movimento agroecológico do qual fazem parte as mulheres que participaram da pesquisa. Como já informado, trabalhamos com mulheres agricultoras da região da Grande Florianópolis e que fazem parte do Núcleo Litoral Catarinense. Esse Núcleo é um dos nós da Rede Ecovida de Agroecologia⁶⁸.

A Rede Ecovida foi formada oficialmente em 1998, a partir da necessidade de reunir as experiências de base ecológica que vinham sendo realizadas por agricultores familiares do Sul do país que se contrapunham ao modelo de desenvolvimento rural hegemônico (ROVER, 2011; SILVEIRA, 2013). No entanto, ela não é composta apenas por agricultores e agricultoras, mas também por técnicos, consumidores e comerciantes unidos em associações, cooperativas, ONGs e grupos informais.

Tais agentes já vinham participando de iniciativas isoladas de produção orgânica e alternativa e, devido às propostas do Ministério da Agricultura para a regulamentação de orgânicos em 1994, se aglutinaram para pleitear e assegurar que fossem aprovados processos alternativos e participativos. Ou seja, segundo Luis Rebelato dos Santos (sem data), o modelo proposto pelo Ministério seguia a recomendação da Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM, sigla em inglês), a qual propunha a “presença de uma instituição certificadora externa e um ‘inspetor’ desconectado da produção, comercialização e do consumo, ou seja, pretensamente ‘neutro’ para atestar a qualidade orgânica” (*ibidem*, p. 4). As ONG’s que atuavam no Sul do país posicionaram-se contra essa proposta por

⁶⁸ De acordo com Rover (2011, p. 57) “as redes de organizações sociais se referem a um conjunto entramado de processos organizativos, sejam eles ligadas à sociedade em geral, ou a particularidades sociotécnicas, comerciais, de mercado, da sociedade civil, de instituições estatais”. As redes são compostas por nós e fios, que se referem, respectivamente, às organizações constituintes da rede e às relações entre estas distintas organizações.

compreender que a mesma não convergia com os princípios agroecológicos com os quais trabalhavam, exigindo uma alternativa de certificação que fosse baseada em “(...) um sistema solidário de geração de credibilidade para os produtos orgânicos, um sistema de rede que pudesse articular agricultor e consumidor em um processo de certificação participativa” (*ibidem*, p. 4).

O resultado dessa discussão foi a publicação da Instrução Normativa 007 do Ministério da Agricultura em maio de 1999⁶⁹, que dispõe sobre as normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais e inclui a possibilidade da certificação ser realizada de acordo com as características regionais, desde que obedeça as exigências legais. Ou seja,

“Os produtos de origem vegetal ou animal, processados ou “in natura” para serem reconhecidos como orgânicos devem ser certificados por pessoa jurídica, sem fins lucrativos, com sede no território nacional, credenciada no Órgão Colegiado Nacional, e que tenha seus documentos sociais registrados em órgão competente da esfera pública” (artigo 9º da IN 007)

Assim, para atender as exigências legais de certificação, após a criação da Rede Ecovida de Agroecologia, foi criada a Associação Ecovida de Certificação Participativa⁷⁰ (com personalidade jurídica e dentro dos requisitos estabelecidos pelo Ministério da Agricultura), considerada como um braço operacional da Rede (ROVER, 2011). Para Charles Lamb, a criação da Rede, portanto, ocorreu por “(...) uma necessidade de não se adequar a uma legislação internacional de certificação de orgânicos e ter um processo reconhecido, participativo, e mais democrático em termos de abrangência” (entrevista concedida em novembro de 2015).

Dessa maneira, a organização da Rede é descentralizada e composta por núcleos regionais, os quais são autônomos para conduzir

⁶⁹ Disponível em: http://ibd.com.br/Media/arquivo_digital/c40fe6c4-51f3-414a-9936-49ea814fd64c.pdf

⁷⁰ A certificação participativa é feita pelos pares, ou seja, os próprios agricultores verificam e atestam a conformidade orgânica de outros agricultores, em sistemas de rodízio.

suas ações e o processo de certificação (ainda nesse tópico será exposto como ocorre esse processo no Núcleo Litoral Catarinense). A definição dos princípios e normas, bem como a elaboração de documentos referentes ao funcionamento e ao processo de certificação da Rede, é feita nos Encontros Ampliados, que ocorrem a cada dois anos em um município diferente. Entre os objetivos da Rede Ecovida, constam:

- a. desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia;
- b. estimular o trabalho associativo na produção e no consumo de produtos ecológicos;
- c. articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas;
- d. aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores;
- e. estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular;
- f. Ter uma marca e um selo que expressam o processo, o compromisso e a qualidade. (SANTOS, s/data)

Atualmente a Rede está presente em quatro estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e parte de São Paulo, de forma a reunir cerca de três mil famílias em 23 núcleos regionais⁷¹ (ECOVIDA, 2012, *apud*: SILVEIRA, 2013, p. 183).

Ainda sobre os núcleos regionais, Felipe Lampa (2014) informa que esses devem ser compostos por no mínimo vinte famílias, com características semelhantes, para que se facilite a troca de informações e também o processo de certificação participativa. Inicialmente, os núcleos são orientados a ter uma entidade responsável pela organização, como é o caso do CEPAGRO⁷² no Núcleo Litoral Catarinense, mas com a sua afirmação e consolidação é importante que os agricultores assumam integralmente as responsabilidades, como a própria gestão e as etapas de avaliação de conformidade orgânica, por exemplo. Mais

⁷¹ Não tivemos acesso a dados mais recentes, pois o sítio eletrônico da Rede Ecovida estava indisponível durante toda a etapa de elaboração final dessa dissertação.

⁷² Charles Lamb nos informou que o Cepagro, através de um projeto financiado pelo CNPq para a sistematização da metodologia participativa proposta pela Rede Ecovida, organizou o Núcleo Litoral Catarinense em 2002, onde a princípio estavam envolvidos quatro municípios.

adiante, entraremos em detalhes sobre as dificuldades que o Núcleo tem enfrentado para manter uma coordenação própria. Por enquanto, vale algumas ressalvas acerca do processo de avaliação de conformidade orgânica e emissão de certificados, visto que recorrentemente falaremos dessas atividades.

Nesse quesito, a transição da coordenação, do Cepagro para os próprios agricultores(as), no ano de 2013, inevitavelmente implicou alterações no modo como eram realizadas as certificações. Ou seja, apesar de os agricultores do Núcleo sempre terem participado dos procedimentos de verificação e certificação, tais atividades eram mais tranquilas por haver um corpo técnico disponível que lhes dava constante suporte. Quando os agricultores assumiram a coordenação, porém, houve necessidade de ajustes em todo o processo. Um desses ajustes foi sobre os períodos em que ocorriam as verificações e emissões de certificado, conforme indica a coordenadora atual do Núcleo:

“(…) como que a certificação era feita antes, no primeiro ano que eu fui coordenadora: ‘ah o teu grupo tá vencendo a certificação mês que vem, em março’. Em fevereiro vai ter reunião de Núcleo então o teu grupo vai chegar lá e dizer que tá vencendo e pedir pra alguém ir lá visitar. Ai ‘eu vou’, Piçarras vai lá visitar Florianópolis, então ia lá, visitava, mandava a documentação e tal. E daí o que acontecia, nesse primeiro ano eu vi que eu tinha trabalho o tempo todo com a documentação e a burocracia e a papelada da certificação. E ai, de seis reuniões que a gente fez naquele ano, que a cada dois meses o Núcleo se reúne, sempre tinha problemas voltado com as visitas de verificação, por faltar treinamento e orientação. Então sempre se ficava muito tempo das reuniões falando sobre preenchimento de documento e a forma de verificar. Então se perdia muito tempo e eu achava que essa questão burocrática ela é muito falha no sentido que a gente fica muito tempo na burocracia e pouco tempo nas questões que eu acho que são muito mais relevantes. Mas a burocracia também precisa pro agricultor ter esse respaldo. Então o que a gente fez, nessa visita que eu tive no Rio Grande do Sul, eu vi a experiência de um Núcleo que eles faziam a certificação em uma época do ano. Então eles tinham uma reunião

de Núcleo prévia, nessa reunião eles já acertavam tudo: quem visitava quem, ficavam um mês em visita, todos eram visitados e depois desse mês outra reunião de Núcleo, onde todos falavam e pronto, acabou. Emitia-se todos os certificados de uma vez só... então a gente fez nesse segundo ano dessa forma, para o coordenador não ter que ficar todo mês certificando alguém, para ter essa organização de procedimentos e principalmente para não perder seis reuniões do ano falando da mesma coisa. Então a gente deu esse passo, que eu acho que foi bem bom, uma evolução grande pro Núcleo nesse sentido, e a gente fez ano passado dessa forma e foi uma coisa que melhorou bastante.” (Claudete Ponath, fevereiro de 2016)

Além disso, foi necessário instruir os agricultores e agricultoras para que os mesmos realizassem as visitas de verificação de conformidade orgânica. Para tanto, foi realizada uma oficina de capacitação de olhar externo com um fiscal do Ministério da Agricultura em uma das reuniões gerais do Núcleo. Para a coordenadora, essa oficina foi imprescindível não apenas para possibilitar a verificação externa com qualidade, mas principalmente para que os agricultores se tornassem mais autônomos, seguros e críticos quanto às suas próprias práticas nos seus estabelecimentos produtivos.

As percepções quanto a essas mudanças são variadas, e diferem-se especialmente de acordo com o tempo de participação no Núcleo, conforme enfatiza a coordenadora:

“E o que é legal disso é que os novos que estão vindo, eles já estão aprendendo nessa metodologia, de organização, de reuniões, de oficinas, de parte burocrática, de que tudo isso tem que ter, então eles não reclamam para fazer reunião... quem reclama são os que já estavam, que pegaram o outro formato, mas os novos não.” (Claudete Ponath, fevereiro de 2016)

As entrevistas realizadas para essa pesquisa também revelaram diferentes compreensões quanto a transição da coordenação do Núcleo e as mudanças dela decorrentes. Para algumas mulheres, o processo

atualmente está muito mais agilizado e organizado, enquanto para outras, ficou evidente uma certa insatisfação ou incompreensão pelo afastamento do Cepagro, sendo esse avaliado como negativo. No capítulo a seguir, onde será analisado as entrevistas, faremos mais algumas considerações acerca desse ponto.

4. As mulheres agricultoras do Núcleo Litoral Catarinense na Região da Grande Florianópolis

Exposto nosso referencial teórico, seguimos agora para a análise das entrevistas, a qual será direcionada pelo objetivo geral estabelecido para essa pesquisa: perceber se a conversão do estabelecimento para sistemas produtivos de base agroecológica a partir de grupos mistos (sem ênfase feminista) possibilita a visibilização e valorização das mulheres agricultoras e seu trabalho e se isso reflete na organização do trabalho doméstico. Os objetivos específicos foram agrupados em tópicos que orientam a análise: as motivações que levaram à conversão/certificação; a organização do trabalho; os recursos econômicos e o acesso das mulheres a eles; a participação das mulheres no processo produtivo e decisório nas famílias e nos grupos a que estão vinculadas; e, finalmente, como tem sido inserida a questão de gênero nos debates dos grupos e Núcleo.

Conforme indicado nas considerações metodológicas, foram realizadas dez entrevistas semi-estruturadas com as agricultoras⁷³, uma com o coordenador de desenvolvimento rural do Cepagro⁷⁴ e uma com a atual coordenadora do Núcleo Litoral Catarinense⁷⁵. A partir do material das entrevistas, gravadas em áudio e transcritas, buscamos trazer em todos os tópicos as formulações das próprias entrevistadas. A exceção está mais no último tópico, onde recorreremos principalmente às considerações dos coordenadores entrevistados.

Para iniciar, elaboramos um quadro com algumas características que visam situar os sujeitos da pesquisa.

⁷³ Nove das entrevistas foram realizadas entre novembro e dezembro de 2015. Uma ocorreu em duas etapas: a primeira em setembro de 2015 e a segunda em janeiro de 2016.

⁷⁴ Entrevista concedida em novembro de 2015, na sede do Cepagro, em Florianópolis, SC.

⁷⁵ Entrevista concedida em fevereiro de 2016, em Balneário Piçarras, SC.

Quadro 3: Dados das entrevistadas: idade, etnia, estado civil, grau de escolaridade, número de filhos e de residentes na casa.

	idade	Etnia	Estado civil	Grau de escolaridade	Número de filhos	Número de residentes
1	47	Italiana	Casada	4ª série	6	6
2	27	Italiana/ polonesa	Casada	Ensino Médio	0	2
3	43	Alemã	Casada	4ª série	1	3
4	52	Brasileira	Casada	4ª série	2	3
5	50	Brasileira	Casada	4ª série	1	3
6	45	Brasileira	Casada	Superior incompleto	2	2
7	41	Alemã	Divorciada	4ª série	1	2
8	60	Alemã	Casada	3ª série	2	3
9	44	Brasileira	Casada	Ensino Médio	4	5
10	30	Alemã	Casada	Superior completo	0	2

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados nas entrevistas, 2015/2016.

Como podemos observar, as mulheres que participaram da pesquisa estão na faixa dos 27 aos 60 anos. Sete delas têm suas histórias de vida relacionada à agricultura “desde sempre”, enquanto três iniciaram essa trajetória após se casarem (duas delas há mais de 20 anos). Quanto ao tempo de residência no local atual, esse é bastante variável: indo de dois anos (no único caso de arrendamento) até a vida toda.

Sobre a condição de acesso à terra, oito mulheres informaram que o estabelecimento era próprio, entre os quais cinco tinham sido adquiridos por meio de compra e três tinham sido recebidos como herança (apenas uma informou que a herança tinha sido recebida por ela própria). Quanto às outras duas, uma trabalha na terra cedida pelo pai e a outra arrenda, estando o contrato no nome do marido. A titulação dos demais estabelecimentos nos surpreendeu pela variedade de casos: um está no nome da própria informante, três têm titulação conjunta, dois

estão em nome da sogra da informante e os três restantes no nome do marido. Os tamanhos das propriedades variam de 10 a 67 hectares, com uma média de 34 hectares⁷⁶, considerando apenas a informação de oito mulheres visto que duas não souberam informar.

Sobre a identificação étnica, essa também foi bastante heterogênea: quatro indicaram ter origem alemã, uma origem italiana, uma origem mista italiana e polonesa, e as demais se consideram “brasileiras”. De modo geral, as identificações correspondem às características dos municípios onde vivem, conforme indicado na contextualização dos mesmos.

Com exceção de apenas uma, que é divorciada há cerca de 23 anos, todas as outras são casadas, de modo que nos faz refletir acerca da afirmação de Paulilo (2003) de que o meio rural não é um ambiente propício às mulheres solteiras.

Apenas as duas mulheres mais novas não têm filhos, enquanto as outras têm de um a seis filhos. Quanto aos residentes⁷⁷ do domicílio, pudemos perceber situações diversas, reunidas aqui em três conjuntos: 1. aqueles em que os filhos são crianças e/ou adolescentes e vivem todos juntos; 2. Aqueles em que os filhos já são adultos e residem no local (senão todos os filhos, pelo menos alguns), havendo casos em que eles trabalham na propriedade e casos em que não trabalham; 3. Aqueles em que vivem na unidade apenas o casal, quer tenham ou não filhos.

Três entrevistadas afirmaram que exercem outras atividades fora do estabelecimento, como emprego formal ou serviço remunerado. Uma delas relatou trabalhar com carteira assinada, com jornada de 8 horas por dia, em uma agroindústria também certificada pela Rede Ecovida de Agroecologia⁷⁸. Nesse emprego, sua função é limpar, separar e embalar os produtos (serviços gerais). Ela vê vantagem em trabalhar lá, não

⁷⁶ Não entraremos em detalhes sobre o tamanho específico de cada estabelecimento pois não foi possível estabelecer alguma relação entre tamanho e número de culturas certificadas, como será visto mais adiante.

⁷⁷ Nessa pesquisa, optamos em considerar como residentes aqueles que dividiam a mesma casa e não o mesmo estabelecimento, visto que em alguns casos há compartilhamento da propriedade com outras pessoas/famílias, embora a certificação seja separada.

⁷⁸ De acordo com a coordenação, o Núcleo Litoral Catarinense emitiu 89 certificados no ano de 2015, sendo que 79 foram para produtores e 7 para agroindústrias.

apenas por receber um salário fixo, mas também porque ela mesma pode entregar os produtos do seu estabelecimento para essa agroindústria:

“(...) as duas coisas facilitam pra mim, porque como eu levo meu produto pra lá, o que meu marido produz, eu levo e trabalho lá, é todos meus produtos que eu manipulo, pra mim tá ótimo assim. Porque uma coisa liga à outra, né?”
(Entrevistada 5, dezembro de 2015)

Duas outras mulheres também têm atividades extras fora de casa: ambas lavam vidros de conserva e/ou de suco para agroindústrias de parentes, mas sem qualquer tipo de contrato. Consideramos que talvez por isso – por ser uma atividade informal – uma delas, a princípio, respondeu não ter nenhuma outra atividade além das que realiza em casa, tendo adicionado essa informação ao longo da entrevista. De todo modo, segundo essa entrevistada, trabalhar na agroindústria juntamente com a filha mais nova que reside na unidade, foi uma maneira que encontrou para “fazer um dinheirinho”, e acrescenta:

“(...) que nem, se fosse pra eu ir pra roça, eu não consigo, que por causa da coluna eu não consigo trabalhar na enxada, e por isso eu vou lá lavar os vidros.” (Entrevistada 1, novembro de 2015).

As outras sete mulheres indicaram que, pelo menos atualmente, se dedicam exclusivamente às atividades do estabelecimento. Percebemos que, além das atividades do próprio estabelecimento agropecuário, há poucas oportunidades de empregos e trabalho para as mulheres nos locais em que elas vivem. De acordo com as entrevistadas, além da agricultura, as mulheres trabalham como diarista ou faxineira. É importante ressaltar que o fator educacional foi quase sempre referenciado, ou seja, de maneira geral as entrevistadas acham que os poucos anos de estudo incidem nas poucas opções além dessas apontadas.

P: Quais oportunidades de trabalho para as mulheres?

R: Roça.

P: E além da agricultura?

R: Tem né? Se elas quiserem sair da agricultura e fazer outra coisa, depende delas... só que quem não estudou ou vai trabalhar de doméstica ou fica na roça ou vai ser faxineira, porque não estudou

né? Não tem muita opção (Entrevistada 5, dezembro de 2015)

“(...) tem umas que são professora, mas que são mais nova do que a gente, são assim na faixa de 28, 30 anos, tem umas mais velhas, assim, mas é bem raro... que tiveram oportunidade de estar estudando... Mas como a gente, que tão na minha faixa de idade, é na roça mesmo... a roça, os filhos, a casa... se divide né?” (Entrevistada 3, dezembro de 2015)

Observamos que das dez mulheres entrevistadas, apenas quatro estudaram além da 4ª série do Ensino Fundamental. Entre elas, estavam as mais novas (de 27 e 30 anos, com Ensino Médio e Superior completo, respectivamente) e duas que foram criadas no meio urbano, tendo se mudado para o rural apenas depois do casamento.

A falta de opções de trabalho, a qual elas relacionam com os poucos anos de estudo, pode ser o principal fator para que elas incentivem os filhos e filhas a estudar. Dessa maneira, das seis mulheres com filhos e/ou filhas acima de 18 anos, quatro relataram que esses estão na faculdade ou já se formaram em cursos de graduação em universidades privadas ou públicas. Isso não quer dizer, porém, que trabalhar na agricultura não seja considerado como uma opção: uma das mulheres relatou que o filho preferiu voltar para casa e trabalhar junto com a família depois de ter exercido por dois anos a profissão na qual se formou. Ela acredita que ele tenha optado em voltar porque, além de gostar, é mais livre das preocupações da vida urbana e do trabalho.

Outro depoimento revela que a entrevistada e o marido querem que o filho tenha a opção de escolha que eles não tiveram quando jovens, embora afirme que o filho, de 15 anos, já tenha gosto pela agricultura:

“(...) ele gosta. Mas a gente vai dar as duas oportunidades: a gente tá ensinando ele na agricultura e vai dar a opção dele de estudar também. Então, a partir do momento que ele disser que não quer ser agricultor, vai ter o estudo pra ele estar fazendo alguma coisa. Porque a agricultura é assim, às vezes sofre um acidente, sofre alguma coisa, aí tu não pode... não tem aquela capacitação de tá trabalhando ali. Aí pelo

menos para ele ter um futuro diverso da gente. Porque na verdade assim, a gente gosta do que faz, mas nós não tinha opção de escolher entre ficar na agricultura ou fazer outra coisa. Então a gente quer dar essa opção pra ele.” (Entrevistada 3, dezembro 2015)

Apesar das poucas oportunidades de emprego no meio rural para as mulheres, nos interessou saber se, caso houvesse opções, elas prefeririam exercer outra atividade que não a agricultura, o que nos levou a perguntar também quais as vantagens que elas viam em ser agricultora. As respostas foram bastante variadas, mas de maneira geral a agricultura é apontada como uma atividade mais flexível, que possibilita que elas possam, ao mesmo tempo, fazer o que gostam e se dedicar ao cuidado da família. Por outro lado, também aparecem referências às dificuldades do trabalho, seja por ser pesado e depender da natureza, ou porque não garante um rendimento, conforme podemos perceber nas seguintes falas:

“Eu prefiro ser agricultora, ter as coisas mesmo. Mas às vezes a gente para pra pensar: quem tem emprego mesmo às vezes não se sacrifica tanto como a gente. Mas mesmo assim é muito bom ter as coisas, ter o prazer de colher e ter as coisas mesmo. Então é bem complicado dizer... cada um tem suas vantagens, né? Porque ter emprego também é compromisso, tem que fazer horário, tem que se deixar mandar... então tudo vareia [sic].” (Entrevistada 7, dezembro de 2015)

“Tem, para uma pessoa assim que nem eu, que estudou pouco, que não teve oportunidade de estudar. Não sei... na minha opinião, é que a mulher trabalha mais a vontade, faz o que ela quer, colhe de tudo pra comer. Eu acho que tem vantagem. Se for pra eu sair trabalhar de faxineira, então é mais vantagem trabalhar na roça. Tem as vaquinhas, tem as criações, as galinhas... eu acho, na minha opinião. Mas por outro lado, quem estudou, fez uma faculdade, não compensa ir pra roça. Pega um empreginho bom, aí não convém se judiar na roça. Na minha opinião assim, não que eu quero reclamar, mas eu acho que o mais

judiado é o agricultor, né?” (Entrevistada 8, dezembro de 2015)

Além disso, ter na família pessoas que dependam de cuidados especiais, principalmente crianças pequenas, faz com que a atividade no estabelecimento seja mais bem quista do que serviços fora. Na fala de uma das entrevistadas transpareceu que um dos problemas enfrentados pelas mulheres e mães é a falta de creches no meio rural⁷⁹.

Quanto a essa questão referente à infraestrutura, encontramos uma situação de certo modo controversa, porque, se de um lado, nove entre as dez entrevistadas têm internet em suas casas⁸⁰, por outro, oito informaram que não têm acesso a transporte coletivo próximo ao seu local de moradia, entre essas últimas, apenas quatro dirigem, ou seja, as outras quatro dependem que alguém as leve quando querem ou precisam sair. Gostaríamos de aprofundar um pouco essa questão do transporte, ou melhor, da falta dele, porque isso, dentro do modelo da agricultura familiar, reforça hierarquias, conforme indica Loreley Garcia (*et. al*, 2013, p. 260-261):

“Nesse modelo, as mulheres estão alijadas da esfera pública, marcadas pelo isolamento que envolve a natureza de suas atividades e as confina dentro da casa. Outra marca da sua condição é a ausência do direito de ir e vir, tornando a circulação feminina uma fonte de conflito; elas estão sob a tutela dos maridos e necessitam de permissão para sair de casa.”

Nas situações observadas, não podemos afirmar se as mulheres precisam ou não de permissão pra sair, mas, no entanto, depender de

⁷⁹ O Relatório Anual Socioeconômico (BRASIL, 2015) aponta a disponibilidade de vagas em creches como um dos indicadores para a autonomia financeira das mulheres, uma vez que possibilita que as mesmas exerçam atividades remuneradas. Embora os dados não estejam separados por zona rural e urbana, percebemos que há uma grande deficiência nesse quesito, visto que, na média nacional, apenas 20,3% das mulheres com filhos e filhas de 0 a 3 anos conseguem que todos estejam vinculados a essas instituições.

⁸⁰ Ter acesso a internet em casa não significa necessariamente que as mulheres usem-na ou saibam usar, visto que muitas vezes é mais por causa dos filhos. De todo modo, mesmo quando apenas os filhos usam, o acesso à informação e contato com outras pessoas é facilitado.

outros para fazê-lo repercute negativamente na sua própria autonomia. Além disso, ressaltamos também que alguns dos locais onde realizamos as entrevistas, as estradas estavam bastante precárias, o que indica que, mesmo com acesso a transporte público ou privado, ainda assim se impõem restrições (nesse caso a todos) de passagem. Consideramos que a falta de manutenção dessas estradas dificulta não somente a circulação de pessoas (para lazer, trabalho, e, nesse caso, para a participação em atividades do grupo, Núcleo e/ou da Rede Ecovida), mas também à comercialização dos produtos.

4.1 Indicadores de análise

Feitas essas considerações iniciais e gerais, faremos a seguir uma análise direcionada às questões mais específicas sobre agroecologia, especialmente sobre as motivações para a conversão, a organização do tempo e do trabalho, os canais de comercialização e a divisão da renda entre os membros trabalhadores da família. Iniciamos com um quadro:

Quadro 4: Tempo na agroecologia e de certificação, responsável pela conversão, titularidade da certificação e número médio de culturas.

	Tempo na agroecologia	Tempo de certificação	Responsável pela conversão	No nome de quem está a certificação	Nº médio de culturas certificadas
1	5 anos	2-3 anos	Marido	Marido	20
2	3 anos	2 anos	Os pais	Marido	5
3	4 anos	4 anos	Ela	Marido	12
4	5 anos	4 anos	Ela	Marido	2
5	7 anos	3-4 anos	Marido	Marido	Não soube
6	10 anos	6 anos	Ambos	Marido	40
7	8 anos	6 anos	Filho	Dela	50
8	14 anos	6 anos	Ela	Dela	33
9	4 anos	3-4 anos	Ambos	Ambos	1
10	13 anos	3 anos	Ambos	Marido	50

Fonte: Elaborado pela autora.

4.1.1 Sobre as motivações para a conversão agroecológica

Nas entrevistas, surgiram quatro principais indicações sobre a maneira como as mulheres e/ou suas famílias tomaram conhecimento da agroecologia: através de ONG (Cepagro), em três casos; de instituição pública de pesquisa e extensão rural (Epagri), também em três casos; da comunidade (vizinhos, família e grupos produtivos), em cinco casos; e de movimento social (MMC), apenas um caso. Em algumas situações, as entrevistadas citaram mais de um incentivador para a conversão, mas, de maneira geral, podemos considerar o relevante papel dos próprios agricultores e agricultoras para a disseminação da agroecologia, através de exemplos concretos que provavam não apenas a viabilidade, no sentido econômico, mas principalmente os benefícios ambientais e sociais de tais experiências.

Quanto aos aspectos motivacionais para a conversão e/ou certificação da produção, identificamos duas principais vertentes: ideológica e econômica. Quanto à primeira, chamou-nos a atenção a situação relatada pela agricultora que tem mais anos de trabalho a partir da proposta agroecológica:

“(...) o meu pai, quando começou os agricultores a plantar batata inglesa com adubo químico, aquilo nunca entrou na cabeça dele. Ele fazia aquelas roças preta, naquela época a gente roçava as capoeiras, que hoje em dia já é, sei lá, que não pode mais roçar porque é proibido roçar e queimar. Mas na época do meu pai ele roçava aquelas capoeiras, a gente roçava com foice, metia fogo, queimava e tinha aquela cinza e a gente plantava batata inglesa ali dentro. Para ele, nunca entrava na cabeça dele. Eu comecei a ajudar a trabalhar com adubo químico quando a gente casou, com o fumo ali. Eu ajudei 6 anos a plantar o fumo, mas contra a minha vontade. Eu toda vida dizia pro meu marido que não dava, até que convenci ele a desistir. Porque não dá mesmo, é muito ruim, é muito veneno, é muita coisa.” (Entrevistada 8, dezembro de 2015)

Essa passagem nos permite perceber que, de fato, nem todos os agricultores se alinharam ao pensamento modernizante nas décadas de 1960/70, e não apenas por falta de condições financeiras (embora isso

não fique realmente claro na citação), mas por discordarem e/ou não acreditarem na maneira tal qual estava sendo proposta, ou seja, baseada em insumos químicos. Dessa maneira, a agricultora revela que sempre soube que era possível produzir sem utilizar produtos químicos e industrializados, embora tenha tido certa dificuldade para convencer o marido a deixar de utilizá-los no estabelecimento⁸¹. O convencimento total do marido e demais membros da família ocorreu a partir de 2001, após ela ter realizado cursos de formação com o apoio da Epagri, cujo técnico responsável do município na época (há cerca de 15 anos atrás) era sensível à causa e conhecia a vontade da entrevistada de trabalhar na perspectiva ecológica. Assim, quando perguntada sobre o principal motivo que a levou a procurar alternativas à produção convencional, sua resposta foi “deixar de trabalhar com agrotóxico, pela saúde”.

A preocupação com a saúde apareceu explicitamente em outras duas entrevistas:

“Eu acho que não é nem pela renda, é mais pela qualidade de vida mesmo, né? Porque assim, a gente trabalhou tanto tempo com agrotóxico e a gente vê tantas pessoas adoecendo, não sei se é do agrotóxico, o que que é, né? Eu já tava há tempo querendo sair desse círculo.” (Entrevistada 3, dezembro de 2015)

“Na real, foi problema de saúde dele. E vimos que não dava mais, a saúde tava sendo prejudicada e a gente vai aprendendo que aquilo ali tá errado, que prejudica a saúde, vemos tanta gente doente por causa do agrotóxico... daí a gente tem que preservar a saúde, né? Eu sou uma vida, tem que cuidar” (Entrevistada 5, dezembro de 2015)

Quanto às motivações de cunho mais econômico, percebemos que essas se revelam mais intensas nos casos onde há menor número de produtos certificados. A entrevistada número 4, por exemplo, que tem apenas dois produtos certificados, açaí e banana (ambos de certa forma

⁸¹ Depois desse período de seis anos que ela relatou ter trabalhado com fumo, a família produziu alimentos, especialmente cebola, feijão e milho, mas ainda no chamado modo convencional.

resultado mais de atividades extrativistas⁸²), conta que já sabia da existência dos orgânicos antes de ser certificada, sendo que o preço foi o que mais chamou a sua atenção:

“Às vezes a gente passava no supermercado e via aquela banca de orgânico... o preço da banana?! E por que que não vende? Porque aqui sempre foi orgânico. Esse tipo de bananal aqui sempre foi orgânico, não precisa botar nada. Ai a gente via aquele preço lá tão bom e a nossa bem baratinho. Era quase de graça.” (entrevistada 4, dezembro de 2015)

A possibilidade de certificar a produção veio através de um técnico da Epagri, que a princípio identificou o açaí na propriedade, fruto que até então era desprezado: “(...) antes a gente nem sabia que tinha açaí (...) Nascia, amadurecia, caia tudo e ninguém colhia” (entrevista 4, dezembro de 2015). Dessa maneira, o manejo do açaí passou a ocorrer (apenas nos meses de inverno) em substituição à retirada do palmito, enquanto o manejo da banana praticamente não sofreu alterações para adequar-se aos requisitos de conformidade orgânica. Outras práticas realizadas no estabelecimento, porém, precisaram ser substituídas, como, por exemplo, o uso de herbicidas por capina na região onde se cultiva cana-de-açúcar.

De certa forma, essa situação é semelhante a apresentada pela entrevistada de número 9, que tem apenas a banana certificada. Para ela, o interesse em certificar o produto, que também sempre esteve livre do uso de insumos químicos, foi para valorizá-lo no mercado. Já para a agricultora de número 2, que tem cinco produtos certificados e cujo carro-chefe da produção é a uva, não há muita diferença entre produzir orgânico ou convencional, no entanto, o preço final de venda é bastante diferenciado e mais interessante para o produto orgânico. Essa agricultora também demonstrou interesse pela questão da saúde, visto que ela e o marido já sofreram as consequências pela utilização de agrotóxicos quando trabalharam em outro estabelecimento agropecuário.

⁸² Os bananais da região são antigos e estão localizados em morros, misturado com a flora local: “A gente nem diz que planta, porque a gente não planta, a gente só colhe. Isso é uma bênção esse bananal. Porque é só ir buscar” (entrevistada 4, dezembro de 2015).

A entrevistada número 1, apesar de ter um número expressivo de produtos certificados (cerca de 20), também colocou que a maior motivação para a conversão do sistema produtivo foi o fator econômico. Nesse caso específico, o estabelecimento vinha de uma experiência de integração⁸³, o que geralmente é bastante penoso para os agricultores e agricultoras, enquanto o retorno financeiro nem sempre seja compatível com o investimento:

“(...) a última vez que plantamos fumo, nós trabalhamos o ano todinho e não recebemos nada. E a gente faz o pedido, e é um montão de dinheiro... então nós plantamos o fumo o ano todo e na hora de receber, não deu nem para pagar aquele pedido. E a gente trabalha o ano todo de graça, né? E agora, a gente não usa adubo, não usa nada. É só esterco, então o dinheiro sobra.” (entrevistada 1, novembro de 2015)

É preciso enfatizar, porém, que embora tenhamos feito uma divisão entre motivações econômicas e ideológicas, baseando-nos em algumas falas específicas que focaram mais em um ou outro aspecto, na realidade encontramos situações em que as motivações aparecem entrelaçadas. Podemos perceber isso através da entrevistada 10, que afirma: “a gente acredita e aposta nisso: que a agroecologia dá uma renda superior e é mais digna, acho que é essa a questão”. Essa agricultora também passou por experiência de integração no estabelecimento em que viveu com a família quando criança e adolescente, ressaltando as dificuldades desse modelo de produção.

Além disso, as motivações iniciais podem ser ampliadas com o passar do tempo:

“A primeira iniciativa até foi a renda, né? (...) é normal procurar ganhar mais, né? Mas é também uma maneira de ficar por aqui, porque provavelmente se a gente não tivesse feito isso, o [filho] hoje não tava mais trabalhando na agricultura.”. (Entrevista 7, dezembro de 2015)

⁸³ Marineide Maria Silva (2003, p. 100), ao trabalhar com a fumilcultura, indica que o processo de integração “(...) pode ser caracterizado pelo controle, por parte das empresas, do processo de produção e comercialização, via controle técnico, controle total da produção e fixação do preço da matéria-prima produzida”

Através de informações fornecidas pela coordenadora do Núcleo, pudemos estabelecer uma correlação entre as motivações para a conversão e/ou certificação e a participação das pessoas nos grupos produtivos, ou seja, onde a participação de mulheres e homens se dá de maneira mais equilibrada (como é o caso das entrevistadas 3, 6, 7, 8 e 10), as motivações são menos de ordem econômica, diferentemente daqueles grupos onde a presença masculina nas reuniões é majoritária (caso das entrevistadas 1, 2, 4, 5 e 9), onde o interesse econômico se revela mais intenso⁸⁴.

Buscamos compreender se o fator autoconsumo também incidiu ou incide em motivações para esse grupo de mulheres. Para Leite (2004, *apud* MALUF, 2009), a produção que tem por objetivo também o autoconsumo não apenas permite que as famílias rurais atendam suas necessidades constantes por alimentos, apesar de possíveis variações sazonais na sua renda, como também contribui para que as mesmas disponham de um padrão alimentar muitas vezes superior em relação às famílias do meio urbano que tenham uma renda semelhante, de forma que nem tudo seja sobre o que se ganha, mas também sobre o que se deixa de gastar. Dessa maneira, portanto, a diversidade produtiva⁸⁵ é um dos fatores fundamentais para favorecer o acesso a dietas mais ricas e garantir a segurança alimentar das famílias.

Como anteriormente identificado, percebemos que há uma correlação entre o número de culturas e a principal motivação para certificá-las: quanto menos produtos, maior o interesse pelas vantagens econômicas. Além disso, percebemos que nesses casos a fruticultura é o carro-chefe da unidade, embora sempre haja uma horta para consumo próprio. O que nos chama atenção, porém, é que o trabalho na horta,

⁸⁴ Essa correlação foi estabelecida a partir das informações baseadas na representatividade dos membros nos Encontros de Núcleo, conforme observado junto com a coordenadora nas listas de presença e em sua percepção pelo contato direto com os grupos.

⁸⁵ Nesse trabalho, consideramos a diversidade produtiva apenas a partir do número de produtos certificados, embora seja preciso reconhecer que muitas vezes nem todos os itens produzidos na unidade tenham sido listados para a certificação, seja por falta de interesse da unidade, ou a incipiência da cultura, ou ainda pela inexistência de condições para tanto, como é o caso de produtos beneficiados, para os quais se exige uma infraestrutura própria para a conformidade com a vigilância sanitária.

quando voltado exclusivamente para a reprodução da família, permanece sob responsabilidade exclusiva das mulheres, diferentemente de culturas mais diversificadas, mesmo aquelas especializadas em horticultura, onde o trabalho passa a ser coletivizado.

Nos casos em que há maior diversificação, notamos que as mulheres costumam referenciar com maior frequência as vantagens do acesso a alimentos orgânicos, conforme pode ser visto na fala a seguir:

R: Porque que nem, temos essas estufas aí, se a gente colhe alguma coisa, a gente sabe o que tá comendo e antes tinha que comprar. (...) hoje a gente compra só o que não consegue produzir aqui... nós não compramos leite, não compramos carne, não compramos óleo, não compramos ovo, não compramos nada, temos tudo aqui. E antes tinha que comprar tudo, porque a gente plantava só fumo.

P: Vocês começaram a plantar algumas coisas que vocês nem conheciam?

R: Verdura, né? Porque tem muitos tipos de verdura. Antes a gente plantava pé-de-feijão de vagem e uma beterraba e um repolho, e agora tem coisa que antes a gente nem nunca viu e nem sabia que tinha. E começamos comer coisa que nem conhecia o que era. (entrevistada 1, novembro de 2015)

Além da segurança alimentar, a diversidade produtiva incide também na redução da vulnerabilidade a perdas catastróficas (ALTIERI, 2010; BUAINAIN, 2006) em caso de intempéries climáticas ou contaminação, por exemplo. Essa questão pode ser observada no caso da entrevistada número 2, que teve uma grande parte da sua produção principal comprometida após as intensas chuvas que assolaram o estado catarinense nos meses de outubro e novembro de 2015.

De todo modo, mesmo quando se trabalha a partir da lógica da diversidade, é importante lembrar que dificilmente uma unidade agropecuária consegue produzir todos os alimentos consumidos pela família, de modo que os itens não produzidos são adquiridos externamente, seja por meio de compra e/ou troca entre produtores⁸⁶.

⁸⁶ Visando ampliar a diversidade de produtos nas regiões, a Rede Ecovida de Agroecologia criou em 2006 o Circuito de Comercialização, o qual envolve

Identificamos, porém, que apesar de produzir e comercializar produtos orgânicos, algumas famílias ainda não se organizam para adquiri-los, como é o caso da entrevistada 4, que informou que “o que eu produzo, eu produzo, o que não... eu compro do convencional”.

Para a coordenadora do Núcleo, essa questão ainda precisa ser muito trabalhada junto às famílias, pois é importante que os próprios produtores valorizem o trabalho que realizam:

“(...) o cara vai pra feira, vende. Depois vai pro mercado, pegar todo o dinheiro que ele ganhou de um consumidor com consciência... em vez dele investir no outro lado da consciência também, ele vai financiar quem? A Monsanto, a Cyngenta, o Wal-Mart, o Angeloni, do mesmo jeito e isso é complicado de ver, né? Mas é isso também que eu acredito que num trabalho de Rede a gente constrói essa realidade.” (Claudete Ponath, fevereiro de 2016)

Detectado esse entrave, a coordenadora informou que busca trabalhar essa questão a partir do incentivo ao consumo de alimentos orgânicos nas reuniões dos grupos e nos encontros de Núcleo, embora se depare com certa resistência por parte de alguns membros. A mesma entrevistada 4 revelou um certo descontentamento sobre uma reunião que foi em sua propriedade e para a qual teve que comprar produtos que habitualmente não compra. Apesar disso, algumas agricultoras demonstraram interesse e indicaram perceber a importância e a diferença desse tipo de produto:

“A gente planta um pouquinho na horta e já sente uma diferença ou quando a gente compra, que a gente não consegue comprar tudo orgânico, mas compra alguma coisa orgânica, a gente sente a diferença na hora. Igual o arroz, eu sinto a diferença. E eu gosto de arroz, independente o arroz, mas o outro [convencional] tu lava, lava e ainda fica aquele cheiro. E o orgânico tu lava duas vezinhas [*sic*], já tá branco e o gosto não tem comparação. E as verduras então... tu sente o sabor. Antes tu comia por comer, parecia... porque

diversos núcleos regionais, baseando-se sobretudo na troca de produtos (ROVER, 2011)

antes tu não percebia a diferença, mesmo quando a gente tava aqui, trabalhava mas não passava veneno na horta, mas as vezes quando eu tava lá [na cidade], eu comprava do mercado e dava uma diferença grande. Eu até achava que era bom, mas agora eu vejo a diferença.” (Entrevistada 2, novembro de 2015)

Em um dos grupos foi relatado práticas que favorecem e incentivam o consumo de alimentos orgânicos por meio de trocas entre os membros, conforme indicou a entrevistada 4:

P: E como são organizadas as atividades dos encontros/reuniões?

R: Geralmente é assim, a pessoa que traz a reunião faz ou o café, ou faz almoço, ou faz a janta. Agora no mês de janeiro vai ser na minha casa, então tá assim: se for dia 19 vai ser a janta, e se for dia 20 vai ser almoço, ainda não tá bem definido, mas num dos dois dias vai ser. Ai às vezes um traz uma planta, um chá feito, outro traz às vezes um suco, assim, traz alguma coisa pra tá experimentando. Pode ser um bolo diferente, um pão diferente, que foi feito orgânico, então tem a troca.

Em suma, podemos perceber que dentro do mesmo Núcleo há diferentes compreensões de agroecologia, de forma que, em algumas unidades, a produção de alimentos orgânicos faz parte de um projeto mais amplo de estilo de vida, implicando em posições diferenciadas quanto a consumo, comercialização e participação, enquanto em outras a produção de alimentos orgânicos é entendida como o fim mesmo da produção, sem alterar substancialmente o modo pelo qual as famílias se reproduzem.

4.1.2. Sobre o trabalho

Embora todas as mulheres entrevistadas estejam envolvidas em pelo menos alguma etapa do processo de produção – quando não em todas –, e muitas tenham contribuído diretamente para a conversão e certificação da unidade, conforme pode ser visto no quadro 4, notamos que 70% das certificações estão exclusivamente no nome deles.

De acordo com esclarecimentos da coordenadora do Núcleo Litoral Catarinense, documento de certificação é feito a partir das informações fornecidas pelos próprios agricultores, o que demonstra, de maneira geral, que permanece a ideia de que há um chefe da família, o qual é responsável pela unidade produtiva. Além da responsabilidade dos agricultores, é preciso chamar a atenção para uma possível influência do Cepagro para que as primeiras certificações tenham sido feitas dessa forma e não de outra, permanecendo assim por uma questão de facilidade. Essa possibilidade se colocou quando se explicita no trabalho realizado por Alessadra de Grandi (2003) que essa mesma ONG também foi uma das principais articuladores para a criação de miniusinas de leite em dois municípios catarinense. Ou seja, apesar dessa atividade ser tradicionalmente realizada pelas mulheres, quando ocorreu a criação das cooperativas, as esposas foram excluídas de participar oficialmente, não tendo, portanto, direito a voto para as tomadas de decisão, além de estarem em significativa menor presença nos cursos de formação e aperfeiçoamento, por exemplo.

A coordenação do Núcleo assegurou, no entanto, que entre seus objetivos para o ano de 2016 está incentivar a titulação de todos os membros trabalhadores da unidade produtiva (maiores de 18 anos, da família nuclear ou estendida)⁸⁷ na próxima certificação. Essa proposta de mudança é fundamental quando percebemos que nas unidades produtivas investigadas o trabalho da lavoura geralmente é realizado por todos os membros da família disponíveis (o casal e os filhos que vivem no estabelecimento), havendo casos de famílias pequenas que precisam contratar funcionários (por diária e permanente) ou trocar dias de serviço com vizinhos. Além disso, essa mudança pode contribuir para maior visibilização do trabalho realizado pelas mulheres e jovens.

Em conformidade com a literatura (BUAINAIN, 2006), a maior parte das entrevistadas avaliaram que a mão-de-obra é um dos fatores mais relevantes para a produção de base ecológica e que há um aumento de trabalho nesse tipo de produção. Esse aumento é relacionado principalmente com o abandono dos insumos químicos, especialmente herbicidas e agrotóxicos, de maneira que sejam demandadas capinas

⁸⁷ Essa mudança visa principalmente facilitar a comercialização dos produtos em feiras, por exemplo, visto que nem sempre é o titular quem realiza essa função. Além disso, essa mudança permite a comprovação de tempo de serviço para o acesso a benefícios previdenciários no futuro.

manuais ou com roçadeiras, além da preparação de caldas e remédios caseiros para o cuidado das plantas e animais, o que incide em mais atividades, mas também mais economia:

“(...) é mais serviço. Na minha opinião, isso é bom, porque o retorno também é melhor. E é assim, quem trabalha orgânico trabalha um pouco mais porque tem que preparar as caldas pra passar, os chás repelentes, eu preparo o álcool com a pimentinha, tudo tem que preparar. Mas em compensação, se tu vai comprar pronto, aqueles veneno são caro, eu nem sei o preço, mas escuto falar por ai... e isso também sai uma nota. (...) a gente trabalha um pouco mais, mas economiza nos insumo que a gente usa”. (Entrevistada 8, dezembro de 2015)

Uma das agricultoras ressaltou que a quantidade de trabalho também depende da qualidade da terra, de forma que quando o manejo da propriedade é feito adequadamente e se consegue estabelecer um equilíbrio, as atividades deixam de ser tão intensas, exigindo apenas mais atenção e manutenção.

Para as duas agricultoras que tinham experiências anteriores de integração produtiva, as mudanças mais efetivas ocorrem na qualidade do trabalho e na motivação, e menos na quantidade em si, conforme pode ser visto nas seguintes falas:

“Eu acho que é trabalhado mais, só que é mais leve, né? Porque com verdura e essas coisas, a gente não tem o fogo pra cuidar, que nem de noite a gente colocava fumo na estufa e não tem mais nada disso ali. Dai a noite não tem o que fazer, né? E antes não, a gente trabalhava até a meia-noite. E agora a gente tem trabalho sempre... que nem, com o fumo a gente plantava, esperava, depois colhia, a cabo de tempo que ia plantar de novo. Que a safra é um plantio por ano, e agora da pra ir plantando todo dia, se quiser.” (Entrevistada 1, novembro de 2015)

“(...) meus pais sempre trabalharam no convencional e eu não vejo isso [aumento de trabalho] no dia-a-dia. Porque o agricultor convencional também trabalha muito e com uma

motivação diferenciada... então a gente trabalha num projeto, numa filosofia nossa... e o agricultor convencional, falando pela perspectiva dos meus pais, trabalha com aquela meta com quem ele é cooperado ou para pagar a dívida que fez naquela estrutura gigante... e trabalha muito também e se intoxica, e tudo mais. Então eu acho que [a agroecologia] exige mais habilidade do agricultor, de estar ali, cuidando todo dia, não tem receita pronta... acho que a diferença tá na dificuldade que a gente encontra de achar novos caminhos e pra isso precisa de dedicação integral, mas eu não acho necessariamente que seja o volume de trabalho.” (entrevistada 10, setembro de 2015)

É considerável, porém, que nem todas as tecnologias disseminadas a partir da modernização da agricultura foram abandonadas, ou seja, algumas máquinas como trator, tratorito e tobata, continuam sendo utilizadas na maior parte das unidades que participaram dessa pesquisa. Como veremos adiante, a aquisição desse maquinário permanece entre o rol de investimentos feitos pelos estabelecimentos estudados.

De maneira geral, é relatada a carência de assistência técnica em praticamente todas as unidades investigadas: apenas quatro entrevistadas disseram que a recebem da Epagri, embora somente uma tenha indicado que a assessoria ocorra com frequência, visto que o técnico participa das reuniões do seu grupo. Falas como a das entrevistadas 4 e 8 permitem-nos perceber que o envolvimento da Epagri nas regiões depende mais das características pessoais do profissional e menos de um padrão estabelecido pela empresa:

“Olha, tem o técnico, mas depois que o técnico 1⁸⁸ saiu, até quando a gente formou o grupo, em 2007, era o técnico 1 e ele assim, apoiou muito a gente. Ai aquele foi embora, e veio o [técnico 2] e ele andava muito por ai nas propriedades, mas ele não era uma pessoa de ajudar. Já o técnico 1, tu podia pedir ajuda nisso, naquilo, ou sábado ou domingo, que não era horário dele trabalhar, ele ia

⁸⁸ Para preservar a identidade desses profissionais da Epagri, optamos em numerar os técnicos ao invés de usar seus nomes reais.

comigo na reunião para conseguir ajudar aquele grupo. Ele foi junto com nós lá na Universidade para conseguir o ponto [feira da ufsc]. O primeiro dia que nós fomos fazer feira lá, ele foi junto com nós de madrugada com o carro da Epagri e, assim, ele deu muito apoio pra nós. Ai chegou o técnico 2, e ele ia muito visitar os agricultores, ele não parava no escritório, só que não era uma pessoa assim de ajudar. Ai foi o técnico 2 agora, e veio o técnico 3. O técnico 3 não sai do escritório. Ele é uma pessoa muito boazinha pra atender a gente lá, só que ele tá pregado naquela cadeira no escritório e ele não sai de lá. A ultima vez que ele veio, eu tinha acabado de construir a minha estufa, a minha estufa tá com 2 anos, 2 e pouco produzindo. Ele veio uma vez nesse tempo ver a minha estufa. Então eu acho assim, se tu vai lá conversa com ele, ele te atende muito bem, mas eu acho que às vezes tinha que vir dar uma olhada, o que falta, dá uma assistência mesmo.” (Entrevistada 8, dezembro de 2015)

No período inicial da conversão, praticamente todas as unidades receberam algum suporte técnico do Cepagro, especialmente aquelas que entraram no Núcleo ainda sob sua coordenação. Três das entrevistadas revelaram-se descontentes com a redução do apoio dessa instituição, enquanto apenas uma indicou compreender que não há mais recursos destinados para manter essas atividades. A coordenadora atual do Núcleo aponta que, apesar da importância do Cepagro no momento inicial de organização dos grupos e formação do Núcleo, é preciso que os agricultores e agricultoras sejam mais autônomos e se mobilizem para realmente atuar em rede:

“Eu não sou contra o Cepagro, sou a favor que eles façam o papel deles de apoiadores. E eu olho muito pra dentro, pros deveres que os agricultores têm que estar construindo e não estão. Estão sempre esperando alguém de fora fazer, que alguém de fora venha trazer, que alguém venha coordenar, que algum técnico venha em vez de fazer reunião de grupo, ir visitar os outros grupos, trocar experiência, que é muito mais rico... eu tenho essa questão: eu valorizo quem estuda, o

técnico, tudo, mas eu acho que ninguém melhor de quem tá na prática pra trocar experiência, ali no dia-a-dia, para passar pra outro agricultor. Então eu acho que isso ainda falta muito dentro do Núcleo, que eu acho que é uma coisa valiosa, dos próprios grupos estarem trocando experiências.” (Claudete Ponath, fevereiro de 2016)

Ou seja, de acordo com a compreensão da coordenadora do Núcleo, as visitas às unidades, além daquelas destinadas a avaliação de conformidade, que visem, sobretudo, a troca constante de experiências, é uma questão fundamental para o fortalecimento da agroecologia. Nesse sentido, três entrevistadas salientaram que a principal assistência vem do próprio grupo em que participam. Identificamos que os dois grupos aos quais fazem parte tais mulheres têm entre os associados agrônomos e agrônomas, como no caso relatado pela entrevistada 5:

“(…) um ajuda o outro, tá com problema numa cultura lá, conversa com o outro, aquilo lá é bom. E como tem no grupo o [associado 1] e o [associado 2], que são agrônomos, eles entendem, já dão uma orientação (...) é bom, facilita e ajuda muito.” (entrevistada 5, dezembro de 2015).

Apesar dessa fala, quando participamos da reunião desse grupo, não houve um momento de visita da unidade produtiva que sediou o encontro. Pode ter sido uma situação isolada, mas também pode sugerir que os problemas das unidades sejam resolvidos mais no âmbito individual, com auxílio dos agrônomos, do que discutidos coletivamente.

Quanto ao outro grupo, conforme já salientado no tópico sobre as motivações a partir da fala da entrevistada 4, de que em todas as reuniões se faz uma visita à propriedade onde está ocorrendo o encontro, isso também aparece ressaltado pela entrevistada 10, que enfatiza que há uma intensa troca de experiências com os demais integrantes do grupo.

Já quanto ao trabalho doméstico, quatro entrevistadas relaram que fazem as atividades sozinhas, sem a colaboração dos outros membros da família. As outras seis têm alguma forma de cooperação nesse sentido, seja dos filhos e filhas e/ou do marido e/ou de diarista. Em um desses

casos, a responsabilidade do trabalho doméstico, embora compartilhado, é compartilhado apenas entre as mulheres da família uma vez que é feito apenas pela entrevistada e pela filha mais nova (embora haja mais três filhos homens e marido que moram na mesma casa). Além disso, essa mulher indicou que também cuida de dois netos no contra turno escolar para que a filha mais velha possa trabalhar fora.

Sobre a utilização do tempo livre, algumas sinalizaram que esse praticamente é inexistente, visto que as atividades do estabelecimento demandam atenção diária:

“Quando surge, a gente se reúne com a família. Mas não dá muito pra fazer coisa, porque a gente faz feira sábado, aí sábado à noite já sobe. Domingo dá uma descansada, mas se tem que fazer alguma coisa, a gente faz. E sempre tem.” (entrevistada 6, dezembro de 2015)

“Mas gosto de ir em baile, numa festa, quando dá. Sair com os amigos, mas muitas vezes a gente passa o final de semana e não sai. A gente fica trabalhando.” (entrevistada 7, dezembro de 2015)

“Pra falar a verdade a gente nem tem tempo livre, né? Aos domingo eu vou na missa... depois do meio dia, durmo uma soneca.” (entrevistada 8, dezembro de 2015)

Apesar disso, sete mulheres indicaram que utilizam o tempo livre de maneira semelhante ao marido ou o restante da família. As principais atividades que realizam juntos são: assistir televisão; ler; encontrar com os amigos; viajar para visitar parentes; fazer trabalho voluntário na comunidade; participar de grupos religiosos (católicos, luteranos e de Testemunhas de Jeová).

4.1.3 Sobre os recursos econômicos

Sete das dez entrevistadas informaram que a unidade produtiva faz algum tipo de controle financeiro, especialmente através do “caderno de campo”, uma ferramenta de administração, onde são registrados os gastos e os recebimentos da unidade produtiva. Entre elas, seis indicaram que o controle é feito pelo casal, com exceção da mulher divorciada, que realiza essa atividade junto com o filho. Apenas uma indicou ser a responsável exclusiva por tal atividade:

“Eu mesma que faço o caderno. Ai a gente tem o caderno de campo e lá anota: eu colhi tanto e ai quando vai pro [fulano da agroindústria] a gente tem um bloquinho que ele já sabe, quanto disso, quanto daquilo... então ali já tem toda a planilha.” (Entrevistada 3, dezembro de 2015)

Conforme indicado pela coordenadora do Núcleo, apesar de o caderno de campo ser uma exigência para a certificação, ainda não é feito por todos, sendo necessário a realização de um trabalho mais amplo junto aos agricultores e agricultoras do Núcleo. Ela considera que manter essa ferramenta atualizada ainda é difícil,

“(...) porque é um movimento burocrático dentro da propriedade e mais uma vez o pai acha que ele tem que fazer sozinho, e tem capacidade e muitas vezes ele não consegue passar pros filhos, porque muitas vezes os filhos não participam das reuniões, ele não traz os filhos pra reunião do Núcleo, o que iria facilitar bastante.” (Claudete Ponath, fevereiro de 2016)

Ou seja, essa visão condiz com os dados coletados de que, na maioria dos casos observados, os homens não dividem algumas responsabilidades da unidade com os demais membros da família, especialmente àquelas relacionadas ao controle financeiro, mantendo, assim, a hegemonia sobre os recursos econômicos da família, como será visto no tópico a seguir.

Por ora, salientamos que, apesar de nem todas as unidades manterem um controle financeiro, apenas uma indicou não haver aumento global da renda após a conversão e/ou certificação. Segundo ela,

“(...) pode chegar a algum dia a vir, mas acho que agora não. Quem mexe com o produto orgânico do jeito que tá, não. A gente economiza em insumo, mas gasta em mão de obra⁸⁹” (entrevistada 6, dezembro de 2015)

⁸⁹ Salientamos que essa percepção é proveniente de uma unidade que contrata regularmente mão de obra externa, e entre as entrevistadas, há apenas dois casos com essa condição.

Se, por um lado, o aumento dos rendimentos foi relacionado com a redução de despesas com insumos adquiridos nas agropecuárias, por outro a situação econômica das famílias também pode ser medida a partir dos investimentos feitos na propriedade. Nesse caso, todas as entrevistadas afirmaram ter havido melhorias nos últimos anos, como a instalação de estufas⁹⁰ e sistema de irrigação, a compra de máquinas (trator, tratorito, tobata) e de transportes (carros, utilitários e caminhões) e construção de galpões para instalação de agroindústria e/ou para limpeza dos produtos.

A realização de tais investimentos está diretamente relacionada com as possibilidades de comercialização dos produtos. Ou seja, identificamos que uma boa parte das unidades mantém relações com algum tipo de canal que favoreça as chamadas “compras firmes”, como o Box 721⁹¹ e agroindústrias. Consideramos aqui que esses canais de comercialização são de compra firme uma vez que os preços são definidos de antemão e garantem a colocação dos produtos no mercado⁹². Além disso, também há vendas diretas para consumidores: nas próprias unidades, em feiras e a domicílio.

⁹⁰ “Estufas” aqui se refere a instalações para a produção de hortaliças e não para a secagem do fumo, muito comum na paisagem catarinense.

⁹¹ O Box 721 é o único a comercializar apenas produtos orgânicos certificados no Ceasa/SC. O espaço foi inaugurado em 2013, embora sua formulação tenha sido iniciada dois anos antes através de parceria entre o Cepagro e o Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (Lacaf) da Universidade Federal de Santa Catarina, com o apoio financeiro do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Atualmente o Box é dirigido por um agricultor.

⁹² Nessa modalidade, também se localizariam as compras institucionais (especialmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE), caso houvessem casos relatados. A única entrevistada que indicou já ter tido essa relação comercial, no entanto, demonstrou que essa compra não é “tão firme”, uma vez que a sua unidade entregou produtos para a merenda escolar do município durante um ano sem receber o pagamento combinado (já fazia mais de um ano que aguardava, quando ocorreu a entrevista). Apesar disso, muitos grupos têm se organizado para acessar esse programa a partir de 2016 por considerá-lo uma boa oportunidade para escoar a produção com segurança.

Quadro 5: Principais canais de comercialização das unidades em que as mulheres foram entrevistadas. Total acumulado.

Box	Agroindústria	PNAE	Feira	Casa	Mercado	Domicílio
4	4	1	3	3	1	2

Fonte: Elaborado pela autora.

O Box 721 é apontado por três mulheres como a melhor forma de escoar a produção, entre os motivos constam: o pagamento imediato quando da entrega do produto (entrevistada 1); por ser um ponto fixo que propicia a comercialização de mais produtos e em maiores quantidades (entrevistada 2); porque garante a venda (entrevistada 7).

As agroindústrias são apontadas por três entrevistadas como o melhor canal de comercialização, especialmente pela segurança para receber o pagamento (mensal) e também porque reduz as atividades e os investimentos necessários, conforme pode ser visto na seguinte fala:

“O melhor modo de vender é como a gente tá fazendo: que a gente pega, colhe, né? E leva pro [pessoa da agroindústria], e ele limpa, ele lava, e embala. Porque a gente ainda não tem uma cozinha preparada para aquilo, né? Um espaço criado pra aquilo ali, e ele já tem, né? Então facilita pra gente.” (entrevistada 3, dezembro de 2015).

As exigências da vigilância sanitária para a manipulação dos alimentos são bastante rígidas e implicam num investimento alto para os agricultores e agricultoras. Como pudemos perceber, apenas uma das entrevistadas está construindo uma cozinha específica (com azulejo, piso, janelas de vidro, balcões de mármore, etc.) para esse fim. Tal investimento está sendo realizado através de um financiamento pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Aqui cabem duas ressalvas: a primeira é de que essa agricultora foi a única que acionou o Pronaf em seu próprio nome, e a segunda é que essa mulher é a única divorciada entre as entrevistadas.

Entre essas três que escolheram as agroindústrias como melhor canal de comercialização, apenas uma também faz feira. Esta última entrevistada, porém, informou que há um número mais significativo de

pessoas envolvidas com a produção na unidade. As demais, que fornecem quase que exclusivamente para as agroindústrias (apenas eventualmente vendem alguns produtos em casa para quem as procura) têm menos mão-de-obra disponível e não contratam ou trocam dias de serviço com regularidade⁹³, sendo essa uma questão importante:

“Eu acho que é muito difícil esse negócio de levar e trazer... tem que ter a pessoa que produz e tem que ter a pessoa que comercializa. É muito difícil a gente parar e hoje eu tenho que vender, hoje tenho que ir pro Ceasa... e o serviço aqui quem é que faz?” (entrevistada 4, dezembro de 2015)

A agroindústria para onde a unidade produtiva dessa entrevistada entrega os produtos também compra de outros membros do grupo produtivo do qual ela faz parte. É preciso enfatizar que essa agroindústria também é certificada pela Rede Ecovida e fornece os produtos exclusivamente para uma rede de supermercados da região da Grande Florianópolis. Na fala de muitos agricultores e agricultoras, percebemos que a possibilidade de comercialização para essa agroindústria motivou muitos deles a certificarem seus produtos, no entanto, uma das entrevistadas pondera os benefícios e se posiciona a favor da comercialização na feira:

“Ele [dono da agroindústria] é uma pessoa bem legal, só que ele é um atravessador. Ganha a parte dele, então quando chega no consumidor, já outro valor. A gente ganha x, ele ganha mais um tanto e o consumidor paga mais um tanto. E quando é na feira, não. A gente faz um preço menor... menor não, é meio igualado, algum produto mais, algum produto menos. Mas é direto, tu não tem atravessador. Por isso eu acho interessante a feira,

⁹³ A entrevistada 2 trabalha de modo mais cooperativo com os pais e irmão (que apesar de terem certificações diferentes, dividem a área do mesmo estabelecimento); a entrevistada 5, embora tenha informado que apenas o marido se dedica integralmente à produção (visto que ela trabalha 8 horas/dia na agroindústria), acrescentou que a área da unidade produtiva é pequena (não soube informar o tamanho); as entrevistadas 6 e 7 contratam mão-de-obra regularmente; as entrevistadas 8 e 10 são as que têm comercialização mais diferenciada e menor: entregam os produtos a domicílio para consumidores regulares.

pelo contato também com o consumidor, é bem legal. Gosto de ver o pessoal comentando, e daí um vai ensinando o outro. O outro vai explicando pro outro... um outro vai ensinando receita. É bem interessante. Os pais vão com os bebês, comprar comida pros bebês. E a gente cuida bastante, para não faltar nada e o consumidor confia.” (entrevistada 5, dezembro de 2015)

As formas de comercialização mais diretas, como feiras, entregas de produtos e de cestas a domicílio e venda na própria unidade produtiva, foram apontadas por quatro entrevistadas como a melhor e mais justa forma de escoar a produção. Além de possibilitar a venda dos produtos sem a presença do atravessador (o que deixa o preço final do produto mais acessível), todas as mulheres indicaram que o contato com os clientes é muito importante e satisfatório, pois de certa forma evidencia o trabalho dos agricultores e agricultoras. Como vimos, na perspectiva agroecológica, as feiras são consideradas o canal de comercialização ideal, pois ajudam a criar relações de confiança e laços de solidariedade entre produtores e consumidores, estimulam o consumo de alimentos locais e regionais de acordo com a sazonalidade, ou seja, está de acordo com as limitações impostas pelo meio ambiente, e fortalecem a economia solidária.

4.1.4 Sobre o acesso das mulheres aos recursos econômicos

Apesar de ainda se tratar de recursos econômicos, esse tópico trabalhará mais especificamente o acesso a eles pelas mulheres entrevistadas. Como vimos, praticamente todas as mulheres disseram que houve aumento da renda da unidade produtiva após a conversão e/ou certificação. Além disso, a maior parte delas, junto com a família, mantém algum tipo de controle das entradas e saídas dos recursos do estabelecimento.

No entanto, oito entre as dez participantes da pesquisa informaram que não há nenhuma forma de partilha dos rendimentos entre os membros trabalhadores da família. Entre as duas que informaram que há alguma divisão, um caso refere-se ao pagamento de diária aos filhos quando os mesmos trabalham na feira (o que será retomado mais adiante), embora não haja uma definição de partes específicas para cada um do casal e um único caso onde a divisão ocorre

entre o casal. Nesse caso, trata-se da unidade arrendada, cujo casal é formado em curso de graduação e a mulher conheceu a agroecologia através do Movimento de Mulheres Camponesas. Essa entrevistada afirmou que usa seu dinheiro pessoal para viajar para a casa dos pais ou de amigas que moram em outros municípios, e também guarda para investir, futuramente, em um sítio próprio junto com o companheiro.

As demais mulheres justificaram a não divisão da renda pela ideia de que trabalham em família e pela família: “não divide nada, nós convivemos em família” (entrevistada 8). De maneira geral, porém, elas buscaram enfatizar que têm acesso ao dinheiro quando querem ou precisam:

“Como se diz, as contas são pagas junto, as sobras são divididas juntos, feito compra coletiva junto, então não tem divisão da renda aqui. Não tem problema de pegar pra comprar uma coisinha pra mim, não tem esse problema.” (Entrevistada 3, dezembro de 2015)

Uma das entrevistadas disse que não teve mudança com a certificação, porque quando ela precisa de dinheiro, ela “pede” ao marido e ele dá⁹⁴. Essa agricultora informou que o dinheiro que costuma gastar consigo própria é para comprar tinta de cabelo, remédios e fazer as unhas:

“(...) semana passada eu fui arrumar minhas unhas, e voltei, (...), tem que andar um pedaço a pé, na lama. Ai quando eu cheguei, liguei pra minha cunhada, que eu tinha ido no salão. Ela assim se eu tinha um evento pra ir, e eu ‘não, eu tenho que colher banana’. Ela achou uma graça. Ué, por que não? Se eu trabalhar e não puder nem fazer as unhas”. (Entrevistada 4, dezembro de 2015)

Essa fala é interessante porque nos permite perceber que o controle social da mulher é feito não apenas pela família, mas também por outras pessoas. Maria Ignez Paulilo (2003) observa que em algumas situações a repressão do grupo pode ser superior a do marido, de modo

⁹⁴ Não podemos afirmar se o uso da expressão “pedir” foi mais por hábito ou se realmente há uma autorização do marido para que ela use o dinheiro.

que quando a mulher desafia as normas, ele mesmo também pode ser exposto ao ridículo.

Ainda a fim de compreender como se dá o acesso das mulheres aos recursos econômicos resultantes do trabalho na unidade de produção, elaboramos outras questões através das quais buscamos identificar se elas tinham conta em banco e bens em seu nome.

Observamos que apenas duas mulheres não têm conta em banco. Em um dos casos o marido possui conta, mas individual; e no outro, o marido também não tem (prefere fazer todas as transações em dinheiro), usando a do filho quando precisa. As demais mulheres, ou têm contas individuais ou têm contas conjuntas com os maridos (ou filho) e uma tem conta poupança. Algumas das mulheres que possuem contas em banco afirmam, no entanto, que não a utilizam, visto que, de maneira geral, não é muito prático se considerarmos as dificuldades de locomoção já relatadas e as distâncias entre as áreas rurais e urbanas, onde se encontram as agências bancárias.

Quanto a bens, seis entrevistadas informaram que não tem nenhum em seu nome, três têm (carros, imóvel e caminhão comprado através de financiamento do Pronaf), e uma indicou que a propriedade está no nome do casal, exceto uma parte que já foi colocada em nome do filho do casal. Consideramos que ter algum bem no seu nome de alguma maneira incide sobre a segurança das mulheres caso ocorra algum contratempo.

Antes de finalizar esse tópico, gostaríamos de chamar a atenção também para a situação dos filhos que trabalham junto nos estabelecimentos, pois, se para a mulher é problemático não ter acesso aos rendimentos do trabalho, para os filhos e filhas também o é, sendo essa uma das motivações para que os mesmos busquem trabalhos no meio urbano⁹⁵, conforme identificou Valmir Stropasolas (2004).

Como vimos, apenas uma entrevistada afirmou que paga aos filhos a diária pelo trabalho que realizam nas feiras, da mesma forma

⁹⁵ Esse autor dedicou-se à questão da juventude rural e revelou algumas justificativas dadas pelos jovens que entrevistou sobre o movimento migratório em direção à cidade, a saber: “(...) a falta de oportunidades para o exercício de atividades produtivas e/ou profissionais, no espaço rural, que propiciem independência econômica, gerencial e tutelar da família e, sobretudo, do pai. Expressam também, que o esforço realizado nos processos de trabalho não são reconhecidos e valorizados como um trabalho passível de ser remunerado, como outro qualquer” (STROPASOLAS, 2004, p. 165)

que paga outros colaboradores. Para ela, “(...) é bom que eles participem para saber de onde sai o dinheiro” e dessa forma ela acredita que estimula a participação dos mesmos.

De maneira geral, porém, os filhos que trabalham na unidade, nas mais variadas etapas do processo produtivo, e não recebem um valor monetário correspondente pelo seu trabalho, sendo mais comum – embora não pronunciada – a ideia de que o acesso a propriedade em si, no futuro (por meio de herança), será o pagamento pelo trabalho realizado. Para os rapazes essa situação pode ser mais recorrente. Há dois casos em que as entrevistadas têm um casal de filhos, adultos, em ambos as filhas mulheres moram na zona urbana, onde trabalham, e os filhos homens moram e trabalham na propriedade. Em um dos casos, a entrevistada informou que uma parte do estabelecimento já foi passado para o nome do filho, sem indicar a mesma situação à filha e, no outro, a informante afirmou que atualmente tudo o que têm entrado de rendimento está direcionado para a construção da casa do filho, no mesmo terreno, para que ele possa se casar.

Além desses casos, apresentamos um que se refere à família com o maior número de filhos, onde quatro deles participam ativamente da produção e não recebem nenhum pagamento específico pelo trabalho:

“(...) quando eles [os filhos] querem sair, a gente sempre dá o dinheirinho deles, pras coisas deles. Então o que é meu, é deles. O que é deles é meu. A gente trabalha tudo junto.” (entrevistada 1, novembro de 2015)

Não tivemos oportunidade de conversar diretamente com os filhos, mas pela idade dos mais velhos (27, 23 e 18 anos) é provável que essa restrição financeira possa vir a dificultar um planejamento de médio e longo prazo para sair de casa e construir sua própria trajetória, por exemplo. Aqui, mais uma vez, podemos pensar nas diferenças de perspectivas entre as moças e rapazes, pois chama a atenção o fato de que as duas filhas mulheres mais velhas do casal sejam as únicas que não estejam dedicadas à propriedade da família; uma delas mora na região e trabalha em uma agroindústria não certificada, enquanto a outra mora e trabalha no meio urbano. A busca por opções fora da propriedade podem estar relacionadas com a necessidade de estabelecer sua própria família e projetos pessoais, bem como livrar-se da tutela familiar, além de que muito provavelmente tenham uma menor

expectativa que a dos irmãos quanto recebimento da propriedade como herança, como mostram alguns estudos (PAULILO, 2003; entre outros).

Ainda é interessante chamar a atenção para um caso excepcional em que o filho foi o maior incentivador e protagonista da conversão na unidade, situação essa que revelou-se na família cuja mulher é divorciada. Conforme a entrevistada informou, antes da conversão ela e o filho moravam na mesma casa que seus pais, e que o filho teve que negociar com o avô um espaço para começar seu projeto de produzir orgânicos. Atualmente, eles moram na mesma propriedade, porém, ela e o filho compartilham uma casa separada dos seus pais. Apesar de uma resistência inicial, a entrevistada percebeu que além das vantagens econômicas, essa era uma forma não apenas de atender uma demanda do filho, mas também de mantê-lo no meio rural como agricultor, conforme já foi explicitado no tópico sobre as motivações para a conversão e/ou certificação (entrevistada 7).

4.1.5 Sobre a participação das mulheres no processo produtivo e decisório nas famílias e grupos a que são vinculadas

Com exceção das mulheres 1, 5 e 9, as demais entrevistadas afirmaram que trabalham regularmente nas atividades de lavoura/roça, embora todas participem em pelo menos uma etapa do processo (como produção, colheita, separação e limpeza dos produtos, entrega, controle financeiro, comercialização e beneficiamento). No caso das mulheres que informaram que não trabalham nas atividades da lavoura, já vimos que a entrevistada 5 exerce atividade remunerada em uma jornada de 8 horas diárias, de forma que as motivações das outras duas (1 e 9) despontam como um reforço daquilo que já fora identificado por Alessandra De Grandi (2003), de que a mão-de-obra das mulheres não apenas é mais flexível, mas como também é liberada quando há filhos com idade suficiente para substituí-las nas atividades consideradas mais desgastantes.

Além das atividades estritamente produtivas, percebemos que as unidades estudadas costumam atender visitantes: oito das mulheres indicaram que usualmente recebem estudantes (escolares e universitários), pessoas interessadas em começar projetos agroecológicos e clientes que além de comprar, querem conhecer a produção. Nesses casos, cinco informaram que são elas próprias (às vezes junto com a família) que recebem os visitantes, mostram a

propriedade, explicam como são feitas as atividades e, eventualmente, preparam alguma refeição. De maneira geral, esses momentos de interação com o público são considerados como algo bastante positivo:

“Eu acho importante, às vezes até divulga aquilo que a gente tá fazendo. Vem mais estudantes, que fazem pesquisa, o pessoal da universidade. Aqui do município tem pouco. Até teve uma professora que quis vir com os alunos no começo do ano, aí depois acabaram não vindo porque o prefeito não liberou o ônibus para eles virem. (...) Então ela ficou muito sentida que ela não teve condições de vir... às vezes as pessoas não valorizam as coisas que tem.” (Entrevistada 7, dezembro de 2015)

Duas das entrevistadas sinalizaram interesse em ampliar a capacidade do estabelecimento para receber visitantes, dentre elas uma indicou que tem vontade de desenvolver atividades de turismo rural com pernoite, o que ainda não ocorre devido a necessidade de maior infraestrutura e pessoas para trabalhar.

Além de receber visitantes externos, também há as visitas entre os grupos que visam não apenas realizar as verificações de conformidade para a certificação participativa, mas também fortalecer os laços entre os mesmos. Para tanto, é recomendado que os grupos façam reuniões mensais e que cada um desses encontros ocorra em um estabelecimento diferente, dando oportunidade para que todos conheçam e troquem experiências⁹⁶. Seis mulheres indicaram que participam frequentemente desses encontros e, conseqüentemente, visitam outras propriedades:

P: E a senhora costuma visitar outras propriedades?

R: Sim, a gente gosta muito. Dai quando a gente faz essas reuniões, é sempre uma tarde ou a gente pega assim, umas 4, 5 horas da tarde e vai, aí a gente visita aquela propriedade, olha tudo e depois a gente senta e discute o geral, né? (Entrevistada 4, dezembro de 2015)

⁹⁶ Uma das entrevistadas indicou que é por esse motivo que se recomenda que cada grupo produtivo tenha até 12 unidades participantes, para que durante o ano, cada um dos estabelecimentos possa receber o grupo pelo menos uma vez.

Quatro mulheres, porém, indicaram que não visitam ou vão pouco nas unidades produtivas dos outros membros do grupo. Duas delas indicaram que normalmente outras pessoas da família participam mais ativamente dessas atividades: uma delas indicou que antes ela participava de todas as reuniões, mas desde que o filho voltou a viver na unidade e trabalhar ali, ele é quem vai:

“É bom porque ele tá participando, tá aprendendo, tá conhecendo e tá vendo como é que é por aí. Porque eu já vi, já conheci” (entrevistada 4, dezembro de 2016)

No caso da entrevistada 7, também é o filho quem sempre participa das reuniões do grupo, pois segundo ela, embora contratem mão-de-obra externa, é sempre necessário que alguém fique no estabelecimento. No caso da entrevistada número 2, houve a indicação de que participa nas reuniões apenas quando essas ocorrem na casa dos pais. A entrevistada número 1, que também relatou não participar com tanta frequência das reuniões, informou que:

“(...) a gente vai quando tem como sair, né? Que não é sempre que dá pra sair, né? Mas quando vou é por causa da Rede, se não eu não ia, né?” (entrevistada 1, novembro de 2015)

A influência da Rede Ecovida e do Núcleo Litoral Catarinense para a participação das mulheres será vista no tópico a seguir, por ora, vamos retomar a qualidade da participação feminina nas reuniões de grupo.

Assim, apesar de três mulheres terem informado que não participam ou participam pouco das reuniões, sete afirmaram que (quando) participam, o fazem ativamente, contribuindo com suas próprias opiniões e experiências. Três entrevistadas, no entanto, relaram que quando vão aos encontros não costumam se envolver nos debates:

“Nesse ano, pra não dizer que não fui, fui em mais ou menos em 3... quando eles fazem aqui... mas assim, eu não posso ficar lá junto no grupo, porque eu fico fazendo comida... então eu não sei se eu participo ou não participo, porque eu apenas assino o nome, mas não participo nada lá junto.(...) Quando é por aí, eu sempre faço comida, eu fico mais na parte da cozinha e não sei

o que eles ficam discutindo.” (Entrevistada 1, novembro de 2015)

“Precisa de ajuda no outro ponto também [o de preparar a comida], então como ele tá participando e prestando atenção, depois ele passa pra mim. Eu não me importo. Eu prefiro tá na cozinha mesmo.” (Entrevistada 2, novembro de 2015)

A outra mulher que relatou não opinar nas reuniões justificou sua ausência da seguinte forma: “porque eu acho que pra saber falar em público, tem que saber, pra não faltar palavra” (entrevistada 4), de modo que sua principal função nesses encontros também é fazer a comida. Para Maria Ignez Paulilo (2003, p. 206), “espaço público e vergonha andam juntos na educação feminina”, de modo que as mulheres temem falar alguma bobagem e serem ridicularizadas por isso⁹⁷. Essa mesma entrevistada, porém, afirmou que no seu grupo há mulheres que participam e que, inclusive, “tem umas matracas”⁹⁸, referindo-se especialmente às mulheres aposentadas, as quais a agricultora em questão acha que falam mais do que de fato fazem. Isso nos recorda o que foi apontado por Alessandra De Grandi (2003) em sua pesquisa de mestrado sobre as miniusinas de leite, onde ela pôde perceber que não apenas os homens justificavam a não participação das mulheres nas cooperativas recorrendo à estereótipos da “natureza feminina”, como as próprias mulheres incorporaram e utilizavam esses mesmos estereótipos para denegrir outras mulheres do grupo.

A partir de suas percepções pessoais, todas as mulheres indicaram que acreditam que as demais mulheres do grupo têm as mesmas condições de participar e se expressar nas reuniões que os homens, sendo ouvidas e respeitadas por suas experiências e opiniões, embora não seja exatamente assim que tenhamos encontrado na prática. Em uma das entrevistas foi indicado que “o grupo tem cabeça evoluída” (entrevistada 4), em algumas outras foram feitas referências sobre a participação de certa forma igualitária entre mulheres e homens nas reuniões e no processo produtivo.

⁹⁷ De certa forma, justifica-se que o Movimento das Mulheres Camponesas seja exclusivamente composto por mulheres, por criar, assim, um espaço “seguro”, sem o olhar (repreensor) masculino.

⁹⁸ Matraca refere-se a quem fala demais.

Ainda quanto à percepção das mulheres sobre a participação feminina nos grupos e no Núcleo, é inevitável observar que, apesar de positiva, na realidade dos grupos produtivos que entraram no recorte dessa pesquisa, nenhum deles é coordenado por mulheres⁹⁹ e nenhuma das entrevistadas demonstrou interesse em pleitear cargos de gestão, tanto no grupo como no Núcleo.

Todas as mulheres informaram que ficam sabendo dos eventos da Rede Ecovida e do Núcleo especialmente através dos grupos produtivos dos quais fazem parte. Quando esses encontros são ou mais distantes e/ou duram mais de um dia, as mulheres indicaram haver maior dificuldade para participar: cinco informaram que nunca foram; duas indicaram que quando a reunião tem pernoite, costumam participar apenas um dia; e três afirmaram participar com mais frequência, mesmo quando há necessidade de dormir. Nesses últimos casos, é interessante perceber que normalmente as mulheres vão sozinhas ao encontro, seja porque é preciso que alguém assuma as responsabilidades da unidade ou por interesse pessoal:

“Fui, naquela oportunidade fui sozinha, que o [marido] não podia sair, né? Que tem época que a gente não tem como sair, né? Tem que ficar olhando, tem que tá regando... tem que escolher um (...) Ai assim, geralmente escolhe, tu vai. Porque o serviço aqui é mais pesado do que tá indo, né? Ai tem dias que tem que tá fazendo alguma coisa que eu não dou jeito de fazer, daí só ele, né? Dai a gente optou isso.” (Entrevistada 3, dezembro de 2015)

“(...) eu tenho mais vontade de vir nesses encontros que ele” (Entrevistada 10, setembro de 2015)

Sobre a participação das mulheres em outros espaços públicos, como movimentos sociais, movimentos sindicais ou grupos, percebemos que a igreja é o local onde elas estão mais envolvidas: cinco das

⁹⁹ Entre os 14 grupos produtivos do Núcleo, apenas três são coordenados por mulheres, embora nenhuma delas esteja dentro do perfil estipulado nessa pesquisa: duas delas são classificadas como neo-rurais e uma delas está aposentada, sendo seu benefício proveniente da sua atividade como professora.

entrevistadas disseram dedicar-se a alguma atividade religiosa (católica, protestante e Testemunha de Jeová). Duas mulheres indicaram que em algum momento fizeram parte de grupos de mães, e apenas uma participou do Movimento de Mulheres Camponesas há alguns anos atrás, quando ainda vivia no Oeste Catarinense.

Ademais, apenas três indicaram que atualmente fazem parte do sindicato de trabalhadores rurais e uma indicou que está estudando a possibilidade de se filiar nessa entidade¹⁰⁰. Em uma pesquisa realizada no Vale do Itajaí (SC) em 1995, Paulilo (2003, p. 200) notou, porém, que “a sindicalização foi apenas uma maneira de as mulheres terem acesso aos direitos trabalhistas, não implicando tal fato nenhuma outra alteração do seu comportamento tradicional”.

4.1.6 A inserção do debate de gênero no Núcleo Litoral Catarinense

Apesar das mulheres estarem presentes na agricultura desde sempre e de terem mantido algumas práticas condizentes com a perspectiva ecológica de produção, mesmo que apenas para o autoconsumo, em situações em que o estabelecimento se modernizou, a sua participação nos encontros sobre agroecologia começou a ocorrer – mesmo que timidamente – no fim da década de 1990, de acordo com Maria Emília Pacheco (SILIPRANDI, 2015). A partir desse período, houve um esforço de ONG’s e movimento de mulheres para que a presença feminina em encontros fosse ampliada, não apenas para se equilibrar a participação de homens e mulheres, mas também para dar visibilidade às suas atividades e à sua contribuição para a construção da agroecologia.

Na Rede Ecovida de Agroecologia é possível localizar dois momentos distintos de inserção da discussão de gênero. O primeiro deles se deu com a formalização do GT Gênero da Rede Ecovida, no ano de 2004, após um seminário em Mario Campos (MG) promovido pelo GT Gênero do Fórum Sudeste da Rede PTA, conforme indica Emma Siliprandi (2015)¹⁰¹. Para Charles Lamb, coordenador de

¹⁰⁰ Aqui é preciso salientar que a agricultora aposentada, cuja exceção já foi explicada anteriormente, também fazia parte do sindicato antes de receber o benefício.

¹⁰¹ Emma Siliprandi (2015) salienta que esse seminário identificou que, apesar de estarem ocorrendo esforços para a abordagem de gênero dentro de diversas

desenvolvimento rural do Cepagro, as discussões de gênero dentro das entidades nesse período foram possibilitadas pelo contexto histórico estruturado a partir do primeiro governo Lula, que, em atenção às demandas dos movimentos sociais, criou a Secretaria Especial de Mulheres em 2003. Apesar disso, porém, o GT veio a se dissolver entre 2009-2010, porque, ainda segundo Lamb em entrevista concedida em novembro de 2015, “houve um entendimento de que as regiões e os núcleos deveriam assumir essa pauta e trabalhar localmente/regionalmente”, o que, de maneira geral, não ocorreu.

Em 2015 esse tema foi novamente inserido no 9º Encontro Ampliado da Rede Ecovida em Marechal Candido Rondon, no Paraná, numa oficina intitulada “Mulheres: Gênero e Agroecologia”. Essa abordagem lançou as diretrizes para que a discussão fosse levada para os encontros dos núcleos regionais. Dessa maneira, no encontro do Núcleo Litoral Catarinense, ocorrido em Imbuia em setembro desse mesmo ano, houve a oficina “Mulheres & Gênero”¹⁰².

Identificamos que, apesar do esforço em inserir o debate, manteve-se algumas posturas já criticadas no 1º Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), ocorrido no Rio de Janeiro em 2002 (SILIPRANDI, 2015), como, por exemplo, o uso dos termos “gênero” e “mulher” como sinônimos, reforçando a ideia de que se trata de um “assunto de mulher”¹⁰³. Inês Claudete Burg (2005), em sua dissertação de mestrado, avaliou que, embora a Rede Ecovida de Agroecologia tenha em seu ideário e entre seus princípios de funcionamento a igualdade entre homens e mulheres, tal tema ainda é relegado apenas às mulheres, como se o feminismo tratasse dos problemas de mulheres, para mulheres.

entidades que trabalhavam com a proposta agroecológica, as mesmas ignoravam o acúmulo do movimento feminista, de forma que relações tradicionais entre homens e mulheres e mulheres/natureza fossem exaltados, justificados, sobretudo, pela cultura local.

¹⁰² Essa oficina seria ministrada por uma coordenadora da Rede Ecovida, que, no entanto, não se fez presente. Para manter a programação, Karolyna Herrera e eu aceitamos o convite do Núcleo para fazer uma fala junto ao público, que ficou restrito às mulheres.

¹⁰³ Quanto a isso, no 1º ENA colocou-se o desafio de “dissociar gênero de questão de mulher e envolver homens e mulheres na discussão; incorporar a questão de gênero como princípio de sustentabilidade” (SILIPRANDI, 2015, p. 148)

Ainda sobre os eventos recentes da Rede Ecovida e do Núcleo, onde foram inseridas oficinas sobre gênero, é interessante observar como foram organizadas as programações nesses espaços:

Quadro 6: Programação dos eventos da Rede Ecovida e Núcleo Litoral Catarinense no ano de 2015

Evento	Atividades no mesmo horário
9º Encontro Ampliado da Rede Ecovida 20 a 22 de abril de 2015 em Marechal Cândido Rondon, PR	* Mulheres: Gênero e Agroecologia * Formação, Juventude e o Futuro da Rede Ecovida * Certificação ¹⁰⁴
Encontro do Núcleo Litoral Catarinense 09 e 10 de setembro de 2015 em Imbuia, SC	* Certificação Participativa: Cadastro da Unidade Produtiva/ Agroindústria, Plano de manejo, DTC, Caderno de Campo * Adequação de agroindústrias: engenhos e alambiques artesanais * Rodada de negócios: compras para merenda escolar; experiências diversas sobre comercialização (BOX 721 – Feiras – Mercados diversos) * Mulheres & Gênero ¹⁰⁵

Fonte: Elaborado pela autora.

Como podemos observar, a disposição das oficinas colocou em concorrência temas importantes para os agricultores e agricultoras, de modo que os/as participantes dos eventos precisaram inevitavelmente

¹⁰⁴ A programação desse evento foi retirada do sítio eletrônico do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Território do Vale do Itajaí (<http://neavaleadoivai.blogspot.com.br/2015/04/9-encontro-ampliado-da-rede-ecovida-em.html>), visto a inacessibilidade da página da Rede Ecovida de Agroecologia há alguns meses, o que dificultou o acesso a informações sobre a própria Rede para fins dessa pesquisa.

¹⁰⁵ Retirado do sítio eletrônico do Cepagro (<https://cepagroagroecologia.wordpress.com/2015/09/01/territorio-com-24-municipios-reune-se-em-imbuia-para-o-encontro-do-nucleo-litoral-catarinense/>)

escolher em qual espaço participar, levando a um isolamento das questões e obstaculizando a socialização das mesmas pelo conjunto¹⁰⁶.

Também é relevante as escolhas dos próprios coordenadores entrevistados (do Cepagro e do Núcleo) sobre em qual espaço participar nos referidos encontros. O coordenador do Cepagro informou-nos que no Encontro Ampliado da Rede Ecovida participou da oficina de gênero, enquanto a coordenadora do Núcleo Litoral Catarinense, que atualmente é a responsável por levar as questões para dentro do Núcleo, optou por participar da oficina de certificação, visando atender outras demandas consideradas mais urgentes do próprio Núcleo. Quanto ao Encontro do Núcleo Litoral Catarinense, nenhum dos dois pôde participar da oficina de gênero, pois eram responsáveis por outros espaços de diálogo que ocorreram concomitantemente. Apesar disso, podemos afirmar com certeza, devido a nossa própria participação no mesmo, que o espaço foi exclusivamente composto por mulheres. Algumas das mulheres entrevistadas para esse trabalho participaram da oficina de Imbuia, e uma delas expressou suas percepções:

“Eu achei legal, porque eu nunca tinha participado dessas coisas. Eu achei interessante. (...) Lá no grupo até foi comentado, era bom que eles [os homens] iam tá sabendo das coisas também se tivessem junto. Assim, ficam falando, falando, mas eles não sabem de nada. Eu acho que se eles soubesse de alguma coisa, seria diferente. Talvez as mulheres falassem menos também...”
(Entrevistada 1, novembro de 2015)

Não desprezamos a dificuldade para organizar eventos desse porte, especialmente pela restrição de tempo para abordar todos os temas relevantes para os agricultores e agricultoras. No entanto, essa compartimentalização temática em encontros agroecológicos – ao invés de trabalhá-los de maneira transversalizada com os demais temas –, dificulta a compreensão das questões de gênero (e também geração) como base do princípio de sustentabilidade, conforme o desafio lançado pelas mulheres do 1º ENA, citado anteriormente.

¹⁰⁶ Ou seja, se as mulheres optassem em participar do debate de gênero, essa escolha poderia ser relacionada com a ideia de que nesse espaço se discutem questões referentes a elas, que podem estar menos interessadas do que nas questões produtivas.

Ainda é considerável que a retomada da questão de gênero nos eventos da Rede pode estar intimamente relacionada com a conjuntura política atual, sendo resultado mais de pressões externas do que realmente pela percepção legítima de sua necessidade. Ou seja, o lançamento de diversas políticas públicas destinadas exclusivamente para as mulheres fez com que a questão se coloca-se como indispensável, o que fica claro na fala do coordenador do Cepagro:

“(…) porque tem políticas direcionadas para mulheres, e tem a chamada de ATER para mulheres, chamada de ATER para a juventude, a chamada de ATER pra agroecologia, assim o próprio governo federal – sem aqui entrar no mérito se é equívoco ou não – foi fatiando esses públicos para melhor distribuir os seus recursos e orientações orçamentárias e isso gerou de novo um debate interno dentro da Rede Ecovida do que é trabalhar gênero, né?” (Charles Lamb, novembro de 2015)

Trabalhar questões de gênero implica, entre muitas coisas mas necessariamente, a desconstrução da ideia de família como núcleo homogêneo e simétrico quanto às relações de poder existentes¹⁰⁷, o que é diferente de ir contra a entidade “familiar” em si. Tal questionamento, por sua vez, pode ser ainda mais complicado quando se trabalha com sistemas produtivos baseados na mão-de-obra familiar, de modo que o debate seja comumente apaziguado por instituições e movimentos sociais mistos ou mesmos de mulheres, com caráter mais essencialista, a fim de evitar conflitos mais profundos. Quanto a isso, Loreley Garcia et al. (2011) afirmar que:

“(…) são os próprios movimentos sociais atuando no campo que disseminam a ideia de que a agricultura familiar é sinônimo de relações harmônicas e igualitárias, reciprocidade e justiça, porém, isso não passa de uma falácia, ou ainda pior, revela

¹⁰⁷ Muitos autores apontam como idealizações as características que comumente se atribuem à agricultura familiar, tais como “comportamento unificado em torno de um mesmo objetivo” (De Grandi, 2003, p. 44); “(...) firmando-se, no entanto, a partir de um discurso ideológico e de uma visão normativa de homogeneidade e harmonia, livre das tensões, das desigualdades e dos desvios no cumprimento de regras idealizadas.” (STROPASOLAS, p. 153); entre outros.

desinteresse e descompromisso com a proposta da equidade entre os gêneros” (p. 83)

Dessa maneira, se no âmbito do Cepagro parece mais interessante o fato de o debate de gênero, nesse segundo momento, ter vindo “muito mais amaciado”, onde as mulheres mesmas “querem a defesa da família”, ultrapassando o que seria um “debate só feminista”, para nós parece haver carência de discussões profundas sobre o tema, no qual se questione o papel tradicional das mulheres do campo¹⁰⁸, que, por sua vez, colabora para a consolidação de um imaginário onde não se perceba subordinação, opressão e desigualdades no interior das famílias, conforme informado pela maior parte das entrevistadas. Tal percepção é afirmada mesmo quando identificamos que oito entre nove mulheres entrevistadas (excluído o caso excepcional da mulher divorciada) não recebam ou não se apropriem individualmente de alguma parte do rendimento do trabalho na unidade produtiva, de modo que possa haver uma não autonomia financeira das mesmas; ou ainda que em sete casos a certificação esteja exclusivamente no nome do marido em detrimento dos demais membros que participam ativamente da produção¹⁰⁹.

Até aqui discutimos essa questão a partir da percepção da entidade que contribuiu para a formação e estruturação do Núcleo durante muitos anos e que, de certa maneira, continua exercendo alguma influência e assistência ao mesmo. No entanto, é preciso voltar a atenção para o posicionamento da atual coordenação, que assumiu a responsabilidade e, com isso, adquiriu legitimidade para inserir (ou não)

¹⁰⁸ A mérito de exemplo, uma das mulheres entrevistadas informou que, apesar de não participar ativamente de reuniões e encontros do grupo e núcleo, ela participou no ano de 2015 de uma oficina organizada pelo Cepagro para a produção de sabão e sabonete. Conforme nos informou uma técnica do Cepagro, essa oficina teve como público alvo as mulheres, exclusivamente, uma vez que “são as mulheres que se sensibilizam mais em relação a questões de saúde no âmbito da família” (técnica do Cepagro)

¹⁰⁹ Para De Grandi (2003), pode haver também uma aceitação da desigualdade, o que para ela seria aquilo que Bourdieu denominou de *habitus*, em ação, conforme indica a partir de sua pesquisa: “(...) a hierarquia era baseada na tradição do patriarcalismo, sendo, portanto, difícil para as mulheres, mesmo estando em contato com outras formas de relacionamentos mais igualitários como as veiculadas pela mídia, esboçarem reações que iriam provocar conflitos nos relacionamentos com seus companheiros” (*ibidem*, p. 61).

determinadas perspectivas nas reuniões e encontros dos grupos e Núcleo.

Conforme já dito, o Núcleo atualmente está sob coordenação de uma mulher, que tem sua trajetória de vida diferente daquela privilegiada nesse estudo, ou seja, apesar de ter origem na agricultura, durante uma boa parte de sua vida esteve dedicada a projetos outros, trabalhando em empresas e morando no meio urbano. Seu retorno ao meio rural se deu por ambições ideológicas, sobretudo, pela busca de um estilo de vida mais sustentável e saudável, conservando, porém, certas perspectivas de independência que o trabalho assalariado favorece, especialmente no que se refere à autonomia financeira¹¹⁰.

Contextualizado seu local de atuação e fala, é compreensível que muitas das questões de gênero que são historicamente debatidas em movimentos de mulheres e/ou feministas, dos quais ela nunca participou, não tenham lhe ocorrido. Segundo a mesma, o primeiro contato com tais questões se deu após o 9º Encontro Ampliado da Rede Ecovida, embora ela mesma não tenha participado da oficina de gênero:

“É um tema que eu nunca ouvi falar, em outros encontros que eu fui também, de questão de gênero, e acho que é um tema importante, que a gente tem que ver como a gente poderia estar levando isso pra frente. Não só do lado da mulher, eu acho, mas do lado da autonomia como um todo e para todos. A questão do reconhecimento de cada um dentro da unidade produtiva e da família, de cada um ter o seu espaço.” (Claudete Ponath, fevereiro de 2016)

Seu posicionamento se mostra, pelo menos aparentemente, aberto a novas reflexões e a favor da discussão de gênero dentro do Núcleo e dos grupos, afirmando a intenção de que essa ocorra no sentido de reavaliar a posição de cada membro da família, incentivando a autonomia individual. A percepção de que é preciso incentivar a participação de todos em projetos agroecológicos fica bastante evidente quando retomamos a questão sobre a coordenação do Núcleo e a dificuldade de passagem da gestão atual para a subsequente. Para a

¹¹⁰ Na entrevista realizada com ela, a mesma afirmou que há divisão de renda e de outros recursos econômicos entre ela e o companheiro, embora haja o compartilhamento de alguns bens e planos para o futuro.

coordenadora do Núcleo, essa poderia ser uma oportunidade para integrar mais atores ao Núcleo, embora seja necessário uma mudança na percepção das próprias famílias:

“Mas é o que eu coloco também, que aí é a hora da mulher, do jovem que tá em casa... de engajar a família.. eu sempre coloco nas reuniões. Porque o que aconteceu quando teve essa questão da mudança da coordenação do Cepagro e tal, a primeira coisa... não, na verdade eu já tava um ano como coordenadora, e quando fez um ano teve que ter a reeleição para ver se eu continuava e eu tava com planos de sair do país e eu queria entregar a coordenação e aí não tinha ninguém para assumir. E qual foi o primeiro ponto que se levantou: vamos contratar uma secretária, ou alguém pra fazer. Alguém que podia ser qualquer pessoa. E no mesmo instante eu disse ‘mas como assim? Alguém não, tem que ser alguém de dentro do Núcleo. Não precisa ser a gente que tá aqui, agricultor, mas cadê os filhos dos agricultores? Cadê as meninas que tão em casa? Cadê o pessoal que tem facilidade com internet, com comunicação?’. Aí foi uma coisa que eu bati muito o pé, porque é uma possibilidade de gerar uma renda, uma ocupação... porque às vezes eles não gostam de agricultura, mas ele gosta de pesquisa, gosta de computador, de internet, e se sente mais útil. Então, assim, de estar encaixando as pessoas, né? É que dentro da agroecologia tem lugar pra tudo, só que a família tem que ter essa leitura. Então foi uma coisa assim, e eu acabei ficando mais um ano, porque não tinha ninguém para assumir” (Claudete Ponath, fevereiro de 2016)

Apesar disso, porém, detectamos que o desconhecimento do tema, conforme relatado pela própria coordenadora, e a falta de contato com os debates acumulados pelo movimento feminista ao longo de décadas, pode dificultar que as questões de gênero sejam trabalhadas com maior profundidade junto ao Núcleo e grupos produtivos por parecerem superadas. Podemos exemplificar essa percepção através da avaliação da coordenadora, segundo a qual não percebe problemas

substanciais (ou graves), por nunca terem sido relatadas situações de violência física, embora seja reconhecido, até mesmo legalmente no Brasil, a existência outros tipos de violência, os quais podem implicar em situações igualmente ou ainda mais catastrófica para as mulheres, como a violência psicológica, sexual, patrimonial, moral, para ficar apenas naquelas elencadas na Lei Maria da Penha, de agosto de 2006¹¹¹.

Pelo enfoque desse trabalho, emergiram mais especificamente questões relacionadas a restrições econômicas e de participação das mulheres nas reuniões e encontros. Nesse último ponto, embora tenhamos encontrado mais mulheres que afirmam participar, o que corresponde com a avaliação geral da coordenadora do Núcleo e do coordenador do Cepagro, ainda se percebe na fala de ambos que há uma certa desigualdade participativa naturalizada:

“Se eu fosse tomar por base nas reuniões, tem três grupos ali que são só homens, mas se tu for ver a realidade do grupo, as mulheres tão atuando”
(Claudete Ponath, fevereiro de 2016)

¹¹¹ Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006)

“(…) é indiscutível que a mulher tem uma percepção e uma sensibilidade, é a grande incentivadora de muitas iniciativas, por mais que tenha uma presença ainda forte masculina nas decisões, mas eu considero que ela é até aparente” (Charles Lamb, novembro de 2015).

De certa maneira, é preciso perguntar-se onde estão essas mulheres que participam das atividades produtivas mas não nos espaços deliberativos, por que elas não participam e, quando participam, qual a qualidade de seu envolvimento, quais atividades fazem, se/como/o que falam. Foram essas questões que nos colocamos e, pelo menos no espaço restrito que estudamos, percebemos que nem sempre p discurso e a prática convergem.

5 Considerações finais

Nossa intenção principal nesse trabalho era perceber em que medida a agroecologia, através de suas críticas e práticas ao modelo de desenvolvimento hegemônico e à ciência, possibilita a visibilização e a valorização das mulheres agricultoras e do seu trabalho produtivo e doméstico. Optamos em investigar mulheres ligadas a grupos produtivos mistos articulados por uma rede que estabelece diretrizes a serem observadas e seguidas. A investigação, por sua vez, foi feita através de entrevistas semi-estruturadas que propunham alguns indicadores, entre eles, constavam observações acerca do trabalho, da certificação, da divisão da renda, do acesso aos recursos econômicos e das participações nas atividades do grupo produtivo, do Núcleo Litoral Catarinense, da Rede Ecovida e outras.

Assim, pudemos perceber que, apesar de não haver muitas possibilidades de trabalho para as mulheres no meio rural em questão, a maior parte delas gosta da agricultura pela liberdade que essa proporciona, pois permite que elas estejam próximas às famílias e organizem o seu tempo conforme queiram. Soma-se a isso, na perspectiva agroecológica, a possibilidade de produzir pelo menos uma parte da sua alimentação e ter segurança da qualidade desses alimentos, o que, porém, nem sempre é enfatizado por algumas agricultoras, cujo interesse maior na certificação dos produtos é o retorno financeiro.

Notamos que apesar das mulheres estarem bastante ligadas ao processo de conversão e/ou certificação, bem como intensamente

envolvidas com a produção (e outras atividades do estabelecimento, como o recebimento de visitantes, por exemplo), em apenas duas situações o documento de certificação da Rede Ecovida está no seu nome (considerando a mulher divorciada) e um está em nome do casal, estando todos os demais no nome do marido das entrevistadas. Conforme explicitado pela coordenadora do Núcleo Litoral Catarinense, as informações para a elaboração do documento é enviada pela própria unidade, o que indica que o homem ainda se entende como “chefe” da mesma. Todavia, essa questão está na agenda para ser discutida junto aos integrantes do Núcleo e visa incentivá-los a fazer a certificação conjunta. De certa forma, o interesse em fazer essa mudança nos documentos está mais ligada com as demandas da comercialização, especialmente as diretas, quando os agricultores têm mais contato com os consumidores. Apesar de não implicar grandes dificuldades para quem envia as informações para a elaboração do documento de certificação, consideramos que o interesse em modificá-lo pode não ser muito grande, pois, como percebemos, os principais canais para escoamento da produção observados nessa pesquisa são o Box de Orgânicos do Ceasa e as agroindústrias, de modo que as mulheres participam menos das negociações.

Como observou Inês Burg (2005) em sua dissertação de mestrado, quando as mulheres participam da comercialização através de feiras, elas têm mais acesso aos recursos econômicos. Nesse sentido, consideramos que talvez o predomínio das vendas não-diretas ao consumidor reforça o fato de que, em parte substancial dos casos investigados, não haja divisão da renda, incidindo na não garantia de acesso das mulheres aos recursos econômicos resultantes do trabalho. A única exceção, quanto a isso, é da entrevistada que conheceu a agroecologia através do Movimento de Mulheres Camponesas quando ainda morava no Oeste catarinense junto a sua família. Além de não ter uma renda, uma considerável parte das mulheres entrevistadas também não possuem bens no seu nome.

A maior parte das nossas entrevistadas afirmou que costuma ir às reuniões dos seus grupos produtivos. Dentre as que vão, no entanto, nem todas participam das discussões em si, pois acreditam que ajudam mais quando assessoram outras atividades “necessárias”, como na preparação da comida para os demais integrantes. De maneira geral, as entrevistadas avaliaram que as mulheres dos seus grupos são ouvidas e respeitadas quando opinam ou levam alguma situação para o grupo.

Apesar disso, nenhum dos grupos aos quais fazem parte as entrevistadas têm mulheres na coordenação, e, de acordo com as informações da própria coordenação do Núcleo, alguns desses grupos têm presença majoritária de homens em sua composição. Além disso, pelo o que observamos, o respeito pelo que é dito pelos homens é maior do que pelo que é dito pelas mulheres, haja vista a expressão utilizada por uma das entrevistadas (“matraca”) para (des)qualificar a participação das mulheres no seu grupo.

Percebemos que, de maneira geral, as mulheres estão pouco envolvidas em outros espaços, a igreja é onde elas realizam mais atividades e apenas três são sindicalizadas. Essa baixa participação das mulheres em organizações e/ou em atividades, além daquelas realizadas na unidade produtiva, pode estar relacionada com muitos fatores apontados nesse trabalho, como a distância de algumas unidades dos centros urbanos; as péssimas condições das estradas; mas também pela pouca disponibilidade de transporte público no meio rural combinado com o fato de que muitas delas não dirigem e, portanto, ficam totalmente dependentes de outras pessoas, o que nem sempre favorece suas saídas.

Visto tais resultados, é notável que haja um caso destoante dos demais. Os motivos para essa diferença podem ser muitos, como por exemplo, apesar de ter origem na agricultura, seu marido ser considerado um neo-rural, ou por se tratar da única entrevistada formada em curso de graduação, ou ainda ela ser a única entre os casos observados que tenha participado do Movimento de Mulheres Camponesas. Esses fatores podem ter facilitado e contribuído para que essa entrevistada tenha um posicionamento muito mais esclarecido sobre a subordinação e a situação feminina. Sua fala revela também o domínio sobre alguns temas abordados no MMC, como pode ser visto na sua opinião sobre espaços de discussão só para as mulheres nos encontros do Núcleo:

“Eu acho bem legal... até para ampliar um pouco essa discussão, mas o que é gênero, e o que as mulheres entendem disso, e como elas se veem nessa relação. Porque às vezes elas acham que aquilo que elas sempre fizeram, e que elas não gostam, é normal, é assim porque elas simplesmente nasceram mulher, então tem que fazer, tem que ser, tem que agir daquela forma. Eu acho que é bem legal e acho que precisa ter mais

espaços, inclusive projetos” (entrevistada 10, setembro de 2015)

Além disso, buscando compreender como e em que medida é inserido o debate de gênero no Núcleo Litoral Catarinense e na Rede Ecovida de Agroecologia, recorremos a dois informantes-chave (coordenadora do Núcleo e coordenador do Cepagro). Quanto a esse aspecto, nos pareceu que há não apenas desconhecimento, mas até mesmo um certo temor acerca dessa temática. Percebemos que a recente retomada da discussão nos eventos da Rede está mais relacionada com a conjuntura política do atual governo, que têm lançado políticas públicas, programas de crédito e financiamento específicos para mulheres, do que por compreender a necessidade de transformar as relações entre homens e mulheres mais equitativas. Dessa maneira, ainda parecem válidas as críticas que Emma Siliprandi (2015) apontou terem sido formuladas em 2004 no seminário promovido pelo GT Gênero do Fórum Sudeste da Rede PTA, de que a inserção das discussões de gênero nas entidades que trabalham com agroecologia tem sido feita sem considerar o acúmulo do movimento feminista, além de que continuam, em nome da família e em respeito à cultura local, exaltando relações tradicionais entre homens e mulheres.

Dessa maneira, concluímos que a inserção da temática de gênero em discussões de grupos e associações agroecológicas, bem como sua apropriação pelos órgãos governamentais e políticas públicas, sem um diálogo comprometido com o feminismo, tem seu caráter emancipatório enfraquecido, impedindo que haja o reconhecimento de relações e/ou situações de opressão e/ou subordinação às quais as mulheres estão envolvidas, bem como não implica na maior visibilização ou valorização das mulheres e do seu trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2011. 379 p. Tradução de Maurício Waldman

ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara I. **Agroecologia: Teoría y práctica para uma agricultura sustentable**. México: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente/ Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe, 2000. 250 p.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia, Agricultura Camponesa e Soberania Alimentar. **Revista Nera**, Presidente Prudente (SP), ano 13, n. 16, p. 22-32, jan./jun., 2010. Semestral.

ASSIS, Renato Linhares de. **Agroecologia: Visão Histórica e Perspectivas no Brasil**. In: Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável / editores técnicos, Adriana Maria de Aquino, Renato Linhares de Assis. – Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. P. 173-184

ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba (PR), v. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002. Editora UFPR. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/viewFile/22129/14493>> Acesso em: novembro de 2015.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 207-228, janeiro-abril, 2008.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. 4. Ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 170 p. Tradução de Marco Estevão e Renato Aguiar.

BIROLI, Flavia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas: o Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e suas práticas**. 2012. 253 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BORIS, Eileen. Produção e reprodução, casa e trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 101-121, jun, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/08.pdf>> Acesso em: janeiro de 2016.

BOSSETI, Cleber José. **Perspectivas de desenvolvimento rural em disputa no Brasil**. 2012. 408 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC: 2013.

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília: IICA, 2006.

BURG, Inês Claudete. **As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense**. 2005. 147 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba (PR), v. 6, p. 11-28, jul./dez. 2002. Editora UFPR. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/viewFile/22129/14493>> Acesso em: agosto de 2015.

BRASIL/Presidência da República. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos

Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF, 07 de ago. 2006 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: fevereiro de 2016.

BRASIL/Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2015. Disponível em: http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf. Acesso em: janeiro de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.794 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília, DF, 20 de ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: julho de 2015.

BRÜGGEMANN, Fernando Maciel. **Recursos naturais com potencial turístico para o desenvolvimento local sustentável do município de Rancho Queimado (SC)**. 2001. 180 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC: 2001.

BRUMER, Anita. **Mulher e desenvolvimento rural**. In: Mulher, família e desenvolvimento rural. Cléo Presvelou, Fancesca Rodrigues Almeida, Joaquim Anécio Almeida (orgs.). Santa Maria: Ed.da UFSM, 1996. p. 39-58

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, Apr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: setembro de 2015.

Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica** - PLANAPO. --

Brasília, DF: MDS; CIAPO, 2013. Disponível em:
http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/Brasilia_groecologico_Baixar.pdf. Acesso em: janeiro de 2015.

CAPORAL, Francisco Roberto.; COSTABEBER, José Antônio.
Agroecologia: enfoque científico e estratégico. Agroecol.e
Desenv.Rur.Sustent.,Porto Alegre, v.3, n.2, abr./junh.2002. p. 13-16.
Disponível em:
<http://www.pvnocampo.com.br/agroecologia/agroecologia.pdf> Acesso
em: fevereiro de 2015.

CAPORAL, Francisco Roberto.; COSTABEBER, José Antônio.
Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília :
MDA/SAF/DATER-IICA, 2004

CARRASCO, Cristina. **A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?** In: A produção do viver: ensaios da economia feminista. Nalu Faria e Miriam Nobre (orgs.) São Paulo: SOF, 2013. p. 11-49

CARRASCO, Cristina. **Estatísticas sob suspeita:** proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres. Tradução: José Valenzuela Perez. São Paul, SOF Sempreviva Organização Feminista, 2012.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Mirian. **Gênero e meio ambiente.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO: UNICEF, 1997.

CEPAGRO. **Certificação Participativa.** Coleção Saber na Prática: Vivências em Agroecologia, v. 2. Florianópolis, 2013. 44 p.

CEPAGRO/FRBL. **Agroecologia: saberes e práticas.** Florianópolis, 2015. 40 p.

CIPRIANI, Maria de Lourdes Tamanini. **Representações sociais e perspectivas de vida de mulheres fumicultoras: articulando gênero e trabalho.** Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. 1998. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/77966/148693.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: janeiro de 2016.

DE GRANDI, Alessandra Bueno. **Relações de gênero em famílias agricultoras em Santa Catarina**. In: Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Maria Ignez S. Paulilo e Wilson Schmidt (orgs.). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. p. 39-70

DEERE, Carmem Diana; LÉON, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Tradução de Letícia Vasconcellos Abreu, Paula Azambuja Rossato Antinolfi e Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DEPONTI, Cidonea; ALMEIDA, Jalcione. **Indicadores para avaliação da sustentabilidade em contextos desenvolvimento rural local**.

Disponível em:

<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/430.pdf>. Sem data. Acesso em: janeiro de 2016.

EMBRAPA. **Marco Referencial em agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Escala Educacional, 2009

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. **O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social**. In: Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Delma Pessanha das Neves, Leonilde Sérvolo de Medeiros (orgs.) Niterói: Alternativa, 2013.

FACO, Vanessa Marques Gibran. **Famílias de zona rural e urbana: características e concepções de adolescentes**. Dissertação de Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2007. Disponível em: http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97450/faco_vmg_me_bauru.pdf?sequence=1. Acesso em: janeiro de 2016.

FARIAS, José Giovani. **Do pasto à paisagem**. 2013. 272 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/324582.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2016.

FARIA, Nalu. **Economia Feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural**. In: Estatísticas rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Andrea Butto (org.) Brasília: MDA, 2009. p. 13-28

FEIDEN, Alberto. **Agroecologia: Introdução e Conceitos**. In: Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável / editores técnicos, Adriana Maria de Aquino, Renato Linhares de Assis. – Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. P. 49-70

FINATTO, Roberto Antônio; SALAMONI, Giancarla. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. In: **Sociedade & Natureza**. vol.20 no.2 Uberlândia Dec. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1982-45132008000200012&script=sci_arttext. Acesso em: janeiro de 2016.

GARCIA, Loreley; SOUSA, Eduardo S. Soares; NASCIMENTO, Silvana de Souza; OLIVEIRA, Josilene R. de; MONTEIRO, Lorena Lúcia; NUNES, Edilon Mendes. **Família como armadilha: a busca por fissuras no cotidiano das mulheres rurais nos Cariris paraibanos**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

GARCIA, Loreley; NASCIMENTO, Silvana de Souza; SOUSA, Eduardo Sergio Soares; RIBEIRO, Josilene **Família como armadilha: o outro lado da agricultura familiar**. In: **POLÍTICA & TRABALHO Revista de Ciências Sociais**, n. 38, Abril de 2013, pp. 251-269. Disponível em: [file:///C:/Users/usuario/Downloads/15077-28454-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/15077-28454-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: março de 2015.

GELINSKI NETO, Francisco. **A agricultura Alternativa em Santa**

Catarina. Texto para discussão, Nº 10/2002. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico/Departamento de Ciências Econômicas. 2002. Disponível em: <http://fgelneto.paginas.ufsc.br/files/2011/08/Agricultura-alternativa-em-Santa-Catarina.pdf>. Acesso em: setembro de 2015.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5), 1995. p. 07-41.

HENN, Iara Aquino. **Agroecologia e Relações de Gênero em projeto societário**. In: Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Delma Pessanha das Neves, Leonilde Sérvolo de Medeiros (Orgs.). Niterói: Alternativa, 2013. p. 65-88.

HERRERA, Karolyna Marin. **Da invisibilidade ao reconhecimento: uma análise do papel da mulher rural a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola**. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2015.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007

HOBSBAWN, Eric J. **A Era do capital**. Tradução de Luciano Costa Neto. São Paulo: Terra e Paz, 2011.

IBGE. **Censo agropecuário de 2006**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: janeiro de 2016.

IBGE. **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: janeiro de 2016.

IBGE. **Biguaçu**. Sem data. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/biguacu.pdf>. Acesso em: janeiro de 2016.

KARAM, Karen. A mulher na agricultura orgânica e novas ruralidades. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 303-320, jan./abr. 2004.

LAMPA, Felipe Martins. **Recampesinização na distribuição de alimentos**: uma análise comparativa entre dois núcleos da Rede Ecovida de Agroecologia e suas relações com os mercados. 2014. 179 p. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014.

LIMA, Arlindo Jesus Prestes; CARMO, Maristela Simões do. Agricultura Sustentável e a Conversão Agroecológica. **Desenvolvimento em questão**. Editora Injuí, ano 4 • n. 7, jan./jun. 2006 p. 47-72

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores sociais. 2007. 182 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/files/311/10932837.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2014.

MALUF, Renato S. **Segurança Alimentar e Nutricional**. 2. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MATTOS, Rafael Arosa de. **População neo-rural e agricultura orgânica: mudanças no meio rural da região metropolitana do Rio de Janeiro**. Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre, Julho de 2010. Disponível em: [file:///C:/Users/usuario/Downloads/download\(1880\)%20\(1\).PDF](file:///C:/Users/usuario/Downloads/download(1880)%20(1).PDF). Acesso em: dezembro de 2015.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEINZEN-DICK, Ruth et. al. 2014. **Gender and social capital for agricultural development**. IN: QUISUMBING, Agnes R. et. al. *Gender in agricultura: closing the knowledge gap*. London; New York: Springer, FAO, IFPRI, 235/266.

MELO, Hildete Pereira; DI SABATTO, Alberto. **Gênero e trabalho rural**: 1993/2006. In: Estatísticas rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Andrea Butto (org.) Brasília: MDA, 2009. p. 33-121

MENDONÇA, Maria Alice Fernandes Corrêa. **Agroecologia e indicadores de sustentabilidade**: uma revisão teórico-metodológica. 2011. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa. 2011. Disponível em: <
<http://www.novos cursos.ufv.br/posgrad/ufv/posextensaorural/www/wp-content/uploads/2013/09/Maria-Alice-Fernandes-Corr%C3%AAa-Mendon%C3%A7a.pdf>> Acesso em: janeiro de 2016.

NOBRE, Mirian; FARIAS, Nalu. (org): **Economia Feminista**. São Paulo: SOF, 2002.

PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje** – v. 5/nº28, 1987.

PAULILO, Maria Ignez S. **Produtor e agroindústria**: consensos e dissensos. Ed. UFSC, 1990.

PAULILO, Maria Ignez S. **Movimento de Mulheres Agricultores**: terra e matrimônio. *In*: Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Maria Ignez S. Paulilo e Wilson Schmidt (orgs.). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. P. 183-210

PAULILO, Maria Ignez S. **Movimentos das Mulheres Agricultoras e**

os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In: Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo/Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. P. 179-201

PAULILO, Maria Ignez S. Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo. **Revista Estudos Feminista**. Florianópolis, SC. 2010, vol.18, n.3, pp. 927-940 .

PETERSEN, Paulo; ALMEIDA, Silvio Gomes. **Rincões transformadores:** Trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro - uma perspectiva a partir da Rede PTA (versão provisória). 2006. Disponível em:
<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:vycvX2bnFtMJ:www.coptec.org.br/biblioteca/Agroecologia/Artigos/Texto%2520Historico%2520Agroecologia%2520Brasil%2520-%2520ASPTA.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: dezembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS MORNAS. Sítio eletrônico. Disponível em: <http://www.aguasmornas.sc.gov.br/>. Acesso em: janeiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR GERCINO. Sítio eletrônico. Disponível em <http://www.majorgercino.sc.gov.br/major-gercino/>. Acesso em: janeiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO. Sítio eletrônico. Disponível em <http://www.rq.sc.gov.br/historia>. Acesso em: janeiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BONIFÁCIO. Sítio eletrônico. Disponível em: <http://www.cidadedesabonifacio.com.br/>. Acesso em: janeiro de 2016.

RENK, Arlene. **Mulheres camponesas: experiência de geração.** In: História das mulheres de Santa Catarina. MORG, Antonio (org.) Chapecó e Florianópolis: Argos e Letras Contemporâneas, 2001.

ROVER, Oscar. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. In: **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 47, N. 1, p. 56-63, jan/abr 2011. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/1044/239. Acesso em: fevereiro de 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. **Entre a igualdade e a diferença: mulheres camponesas em lutas de gênero.** 2010. 289 f. Tese (Doutorado) - Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94385/278457.pdf?sequence=1>. Acesso em: setembro de 2015.

SANTOS, Luiz Carlos Rebelatto dos. **Formação e consolidação da Rede Ecovida de Agroecologia e a sua experiência de certificação participativa.** Sem data. Disponível em: http://facesdobrasil.org.br/articles/0029/9956/Anexo_P34_Luis_Rebelatto_-_Rede_Ecovida.pdf. Acesso em: fevereiro de 2016.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Tradução de Christine Rufino Dabat Maria Betânia Ávila a partir do original: Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: janeiro de 2015.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais.** Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SECRETARIA DO TURISMO E CULTURA DE NOVA TRENTO.

Sítio eletrônico. Disponível em:

<http://www.novatreto.sc.gov.br/turismo/>. Acesso em: janeiro de 2016.

SHAAF, Alie van der. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**. Nº. 10, Porto Alegre, 2003. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222003000200014&lang=pt. Acesso em: setembro de 2015.

SILIPRANDI, Emma. Desafios para a extensão rural: o "social" na transição agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002 E. Disponível em: http://www.emater.tcche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n3/revista11_artigo.pdf. Acesso em: dezembro de 2015.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 290 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2015.

SILVA, Marineide Silva. **A fumicultura em Santa Catarina**: discutindo a rentabilidade à luz das implicações sociais e econômicas. In: Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Maria Ignez S. Paulilo e Wilson Schmidt (orgs.). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. p. 99-123

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SILVEIRA, Suzana Maria Pozzer da. Rede Ecovida de Agroecologia: uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira catarinense? In: **Revista INTERthesis**, Florianópolis, v.10, n.2, p. 181-213, Jul./Dez. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/Dialnet->

RedeEcovidaDeAgroecologia-5175757.pdf. Acesso em: setembro de 2015.

SPECHT, Analine Almeida. ECONOMIA FEMINISTA. **Cadernos Brasil Local: Desenvolvimento e Economia Solidária**. Suplemento Julho, a. 2009, p. 04-12. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/Suplemento Julho Analine Economia Feminista Analine%20(2).pdf>. Acesso em: janeiro de 2016.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **Visões de mundo rural dos jovens**: da invisibilidade à busca por cidadania. In: Agricultura familiar. Bernadete Wrubelvski Auede e Maria Ignez S. Paulilo (orgs.) Florianópolis: Insular, 2004. p.153-170

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.

TAGLIARI, Paulo Sergio. Agroecologia em Santa Catarina: como a pesquisa e extensão se inserem. **Rev. Bras. de Agroecologia**, Vol. 1 No.1, nov. 2006. P. 1669-1673. Disponível em: http://www.abagroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/view/6192/4508. Acesso em: janeiro de 2016.

TEIXEIRA, Jodenir. Modernização da Agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas Três Lagoas-MS, V 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005. p. 21-42. Disponível em: file:///C:/Users/usuario/Downloads/1339-3752-1-SM.pdf. Acesso em: janeiro de 2016.

VERÍSSIMO, Erico. **Ana Terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

ZOLDAN, Paulo Cesar; MIOR, Luiz Carlos. **Produção orgânica na agricultura familiar de Santa Catarina**. Florianópolis: EPAGRI, 2012. 94 p. Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/437875-Producao-organica-na-agricultura-familiar-de-Santa-Catarina/>. Acesso em: novembro de 2015.

ANEXO

Questionário e Roteiro de Entrevista

Nº do questionário: _____ Data: ____/____/____

1. Nome da agricultora:
2. Idade:
3. Etnia/origem:
4. Estado civil:
5. Têm filhos? () sim () não Quantos? _____ () mulheres () homens
6. Grau de escolaridade:
7. Localidade (comunidade, município e grupo):
8. Há quanto tempo vive nesse local?
9. Se tem origem na agricultura, herdou terra?
10. Condição de acesso à terra (proprietária, arrendatária, etc)
11. A propriedade está no nome de quem?
12. Tamanho do estabelecimento:
12. Quais os principais cultivos e/ou atividades desenvolvidas na propriedade?

Produto/Atividade	Quem é o principal responsável?	Vende? Como? Onde?

Moradores e trabalhadores* - Essa tabela teve redução na sua dimensão para constar nesse anexo

Nome		
Parentesco com a mulher		
Sexo		
Idade		

Grau de escolaridade		
Estado Civil		
Tem filhos? Quantos?		
Vive na mesma casa?		
Trabalha/colabora na unidade?		
Ocupação		

AGRICULTURA E OUTRAS ATIVIDADES

1. Há quanto tempo é agricultora?
2. Exerce outra atividade? Qual?
3. Qual a jornada de trabalho nesse trabalho?
4. Quanto tempo dedica para a agricultura e quanto para essa(s) atividade(s)?
5. Que tipo de contrato regulamenta esse trabalho?
6. Tem vontade de parar de fazer alguma dessa(s) atividade(s)? Qual? Por quê?
7. Há quanto tempo trabalha com agroecologia?
8. Antes da conversão você trabalhava? Com o quê?
9. Tinha alguma renda própria? No que costumava usar?
10. Sendo moradora desse local, quais são as opções de trabalho para as mulheres? E para os homens?
11. Existe alguma vantagem em ser agricultora ao invés de exercer outra atividade? Qual?

AGROECOLOGIA

1. Quando foi que a propriedade deixou de usar veneno? Quando usava, mantinha horta? Para consumo próprio e/ou para vender?
2. Como conheceu a agroecologia?
3. Quem iniciou a conversão agroecológica na propriedade?
4. Desde quando é certificado?
5. A certificação é no nome de quem?
6. Quem é responsável pelo pagamento da anuidade?
7. Tem algum técnico ou técnica que dá assistência no processo?
8. E como é? Sobre o que conversam?
9. Geralmente o técnico ou técnica fala com quem?
10. Quem decide o que e como plantar?

11. Você acha que há um aumento de trabalho com a agroecologia? Se há aumento, isso é bom ou ruim?
12. Como resolve isso? Os filhos trabalham? Contratam mão-de-obra externa?
13. Com a necessidade de mais mão-de-obra e da participação de todos e em mais atividades (se for o caso), foi também compartilhado o poder de decisão e as responsabilidades?
14. Como você organiza o tempo da(s) sua(s) atividade(s) com os filhos e o cuidado da casa?
15. Você tem ajuda? De quem? Em que atividades?
16. Alguma atividade que antigamente era de sua responsabilidade exclusiva, hoje – após a conversão - é realizada pelo seu companheiro?
() horta () leite () processamento () ovos () doméstico () outros _____
17. Havia comercialização desses produtos? Se sim, como era feita (onde, quem ficava com o dinheiro)?
18. Foi comprado algum equipamento ou feito alguma melhoria no espaço para facilitar essa(s) atividade(s)?
19. Vocês recebem visitantes na propriedade? Como é essa experiência? O que você faz?
20. E você costuma visitar outras propriedades? Qual o objetivo?
21. O que você faz no seu tempo livre?
22. Qual sua forma de diversão e lazer?
- 23 E do seu marido?
- 24 O que as filhas e os filhos fazem?
25. Você dirige? Costuma sair sozinha de carro? Para ir onde?

CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

1. Onde vende a produção?
2. Se em feira, quem vai na feira?
3. Quem separa e organiza os produtos que vão pra feira?
4. Vende pro PAA ou PNAE? A nota é no nome de quem?
5. Para você, qual o melhor modo de vender a produção?

RENDA

1. Vocês fazem algum controle do dinheiro que entra e sai? Quem é responsável por isso?

2. Como vocês se programam para pagar contas fixas (como luz ou empréstimos)?
3. Quando precisa fazer um investimento maior, como faz?
4. Com a produção agroecológica, você notou aumento na renda da família?
5. A opção pela conversão a agroecologia foi influenciada pela possibilidade de aumento da renda?
6. Como é feita a divisão da renda entre os membros trabalhadores da família?
7. Você acha que houve aumento na sua renda própria?
8. Possui conta em Banco? Conjunta ou individual? Tem cartão próprio? Costuma usar? Em que momentos?
9. Em que você normalmente investe a sua renda própria?
10. Com o que você gastou o último dinheiro que entrou?
11. Já fez alguma compra a prestação com seu próprio dinheiro?
12. Tem algum bem no seu nome? (imóvel, carro, máquina)
13. Você costuma dar presente para alguém? Pra quem? Que tipo de presente? De onde tira o dinheiro para isso?
14. Se os ganhos com a agroecologia fossem semelhantes ao da agricultura convencional, mesmo assim a faria?

PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES POLÍTICAS

1. Participa de algum movimento social, sindicato ou grupo? Qual?
2. E de um movimento ou grupo de mulheres? Qual? Como é / foi? Vai nas reuniões? Com que frequência?
3. Há quanto tempo é associada ao Núcleo Litoral Catarinense?
4. Você costuma ir às reuniões do seu grupo produtivo? Com que frequência?
5. Participou de alguma atividade de formação pela Rede Ecovida ou outra?
6. Qual a duração? Teve que pernoitar fora de casa?
7. Todos foram ou apenas você?
8. Se foi apenas uma pessoa, como foi decidido quem iria?
9. Quem cuidou da casa nesse período?
10. Como fica sabendo dos eventos?
11. Há incentivos do grupo para a sua participação?
12. Como você se sente nesses espaços e eventos? Você costuma falar?

13. Como são distribuídas as atividades necessárias para a realização do encontro ou reunião do grupo (organização de alojamento, preparação da comida, palestras e falas)?

14. Você acha que as mulheres têm as mesmas condições de expressar suas opiniões nas reuniões de grupo e de Núcleo?

15. Você acha que mudou alguma coisa no Núcleo depois que a coordenação foi assumida por mulheres?

16. O que você pensa sobre isso? Havia homens na coordenação antes? Houve resistência de alguém pelo fato delas serem mulheres?

17. Como foi a eleição? Você participou ou deu sua opinião?

18. Você acha que a atual coordenação estimula a participação das outras mulheres?

19. Você acha que as mulheres se sentiram mais estimuladas para participar?

20. O que você acha de ter espaços de discussões sobre mulheres agricultoras e agroecologia nos encontros do Núcleo e do grupo?

21. O que teu marido acha disso?

- As coisas por aqui estão melhores ou piores do que costumavam ser?